



II - DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA



II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

Nos últimos anos, o Governo vem implementando um conjunto de medidas com vistas ao desenvolvimento e à diversificação da estrutura produtiva do País de forma a ampliar os patamares de competitividade da economia no cenário internacional.

Lançada em maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) se fundamentou no aprendizado e nas conquistas da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que vigorou de 2004 a 2007. Apesar dos avanços conquistados pela PITCE, ao final do período de implementação da Política havia consenso no Governo e no setor produtivo de que o crescimento de longo prazo da economia brasileira exigia conferir maior envergadura à política industrial, mediante a ampliação da abrangência de suas ações e o aperfeiçoamento da capacidade dos órgãos governamentais de desenhar, implementar e avaliar políticas públicas.

O modelo de operação da PDP foi focado nas áreas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), Biotecnologia, Nanotecnologia, Complexos de Defesa e de Saúde e Energia Nuclear e, também, em áreas denominadas “destaques estratégicos”, como Micro e Pequenas Empresas, Exportações, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Limpo e Integração com a América Latina e Caribe e com a África. Em meados de 2008, o agravamento da crise financeira americana, com ressonância forte em diversos países, inclusive no Brasil, demandou adaptações nas linhas de atuação da PDP. A Política passou então a ser um instrumento de manutenção da capacidade de crescimento e sustentação da economia brasileira no contexto da crise financeira.

Com prazo de vigência fixado para até 31 de dezembro de 2010, diversas medidas da PDP apresentaram desdobramentos importantes ao longo do primeiro semestre de 2011. Entre elas, cabe destacar:

- Normatização da aplicação do novo Drawback Integrado Isenção, mecanismo de incentivo à exportação que permite a importação ou a aquisição no mercado interno, de forma combinada ou não, de mercadoria equivalente à empregada ou consumida anteriormente na industrialização de produto exportado com isenção do Imposto de Importação (II) e com redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das contribuições para o PIS/Pasep, Cofins, PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação; e
- Regulamentação do Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero), que suspende a exigência do pagamento do PIS/Pasep, Cofins, IPI, PIS/Pasep-Importação, Cofins-Importação e do IPI incidente no desembaraço aduaneiro de importação, beneficiando a fabricação de produtos considerados estratégicos para o setor aeronáutico, como forma de torná-lo mais competitivo.

Os principais indicadores da economia brasileira sinalizaram, ao final do ano de 2010, que a reorientação dos trabalhos da PDP foi efetiva. Entretanto, o desafio de crescimento econômico de longo prazo da economia brasileira exigia que os esforços da política industrial brasileira se voltassem para a inovação e a competitividade. Para enfrentar esse desafio, foi lançado em 2011 o Plano Brasil Maior (PBM).

1. Plano Brasil Maior (PBM)

O Plano Brasil Maior (PBM) constitui a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do Governo para o período de 2011 a 2014. Estruturado para propiciar à economia brasileira maior inovação e competitividade em um





contexto de crise mundial e de mudança estrutural na economia, estabelece as diretrizes para a elaboração de programas e projetos a serem formulados em parceria com a iniciativa privada. Seu objetivo é aumentar a competitividade do parque produtivo nacional a partir do aumento do investimento, do incentivo à inovação tecnológica e da agregação de valor aos produtos brasileiros.

O PBM incorporou das políticas de fortalecimento do setor produtivo que o antecederam, os objetivos de ampliação do diálogo entre o poder público e o empresariado, bem como o aperfeiçoamento das condições de coordenação e articulação institucional e das estruturas de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

Mais abrangente que as políticas industriais anteriores, o PBM propõe uma série de medidas que o distingue das políticas que o precederam, ao mesmo tempo em que preserva e revigora ações cujo foco permanece atual e que têm se mostrado efetivas. São exemplos dessas medidas:

- Ações que visam estimular a aproximação entre produção científica e o esforço tecnológico empresarial, resultantes da Lei da Inovação e da Lei do Bem;
- Ações de sustentação da trajetória de crescimento da participação do investimento no PIB, como as contidas no Plano de Sustentação do Investimento (PSI);
- Maior foco em ações com forte interface com a inclusão produtiva e com a proteção das empresas mais frágeis frente à concorrência externa, sobretudo em setores intensivos em mão de obra;
- Ampliação e aprofundamento de mecanismos de proteção comercial, para lhes dar mais agilidade e torná-los mais proativos. O sistema de proteção comercial brasileiro, embora tenha logrado êxitos incontestáveis, após a eclosão da crise internacional, tornou-se insuficiente. Ademais, as evidências de que produtos variados e em grande quantidade chegavam aos portos brasileiros com preços inferiores aos vendidos no mercado do país exportador motivaram uma mudança de postura;
- Criação de um arcabouço baseado no uso do poder de compra do Estado para estimular segmentos específicos, sobretudo os que realizam elevado esforço inovador. O uso do poder de compra é instrumento decisivo de política industrial mesmo nos países cujo parque industrial é altamente competitivo. Pelo porte relativo de seu Estado e pelo fato de o Brasil contar cada vez mais com um núcleo de empresas que incorrem em custos e riscos significativos em seu esforço de passarem a competir via qualidade e inovação, decidiu-se pela criação de um novo e poderoso mecanismo capaz de alterar decisivamente a demanda por inovação e aumentar a efetividade das medidas existentes;
- Reforma do sistema de governança da política industrial, buscando maior interação com as políticas educacional, de ciência e tecnologia (C&T), ambiental e de defesa, entre outras, e com a sociedade civil, e aprimoramento de sua coordenação interna, integrando diversos fóruns de formulação e consulta sob uma única estrutura deliberativa. Uma metodologia única de criação e discussão interna de medidas novas foi elaborada como forma de dar organicidade e sistematicidade ao ciclo de políticas públicas no interior do PBM. O resultado é uma estrutura mais aberta e com foco estratégico, conforme delineado no Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011, que instituiu o PBM e seu Sistema de Gestão; e
- Apoio às áreas do sistema produtivo nacional com elevada capacidade de inovação e de agregação de valor, como as da cadeia de petróleo, gás e construção naval, as dos segmentos baseados na economia do conhecimento natural e as das cadeias de suprimentos para energias limpas, complexo de saúde, complexo mecânico e complexo de defesa.





Embora internacionalmente o esforço tecnológico se concentre em poucos setores – sobretudo eletrônico, farmacêutico, aeronáutico e equipamento de precisão –, há evidências de que cada vez mais as empresas, independentemente do setor em que se concentram, apostam na inovação como fator competitivo. No Brasil, o esforço tecnológico é significativo em setores que não são tradicionalmente inovadores, como a extração de petróleo e a produção de etanol. São nesses setores que temos destaque no cenário internacional em termos de competitividade.

No que diz respeito ao estímulo ao investimento, cabe destacar as seguintes medidas:

- Redução do IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos até dezembro de 2012. Essa medida foi regulamentada em 2 de agosto de 2011, por meio dos Decretos nºs 7.541, 7.542 e 7.543;
- Redução gradual do prazo de devolução dos créditos PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital de 12 meses para apropriação imediata. Essa medida, de aplicação imediata, consta da Medida Provisória (MP) nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e
- Acordo entre os bancos públicos para a harmonização das políticas de financiamento. Essa medida depende de mudanças nas políticas internas de crédito dessas instituições, o que vem sendo liderado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com relação aos financiamentos na área industrial, cabe registrar o desembolso do BNDES de recursos da ordem de R\$ 15,1 bilhões, em 2011, para ampliar a capacidade produtiva. Na área de operações indiretas, o referido banco desembolsou R\$ 71,2 bilhões, sendo que, destes, R\$ 60 bilhões destinaram-se à aquisição de equipamentos mediante produtos do BNDES-Finame, linha de financiamento industrial, e do Cartão BNDES.

No que diz respeito ao estímulo à inovação e ao adensamento tecnológico do parque produtivo nacional, cabe destacar as seguintes medidas:

- Regulamentação do mecanismo de “encomendas tecnológicas” pelo Decreto nº 7.539, de 2 de agosto de 2011, dando efetividade às cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;
- Ampliação dos seguintes Programas do BNDES: de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços relacionados ao setor de Petróleo e Gás Natural (Pro-P&G); de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma); de Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (Prosoft); de Financiamento às Empresas da Cadeia Produtiva Aeronáutica Brasileira (Pro-Aeronáutica); e de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Plástico (Proplástico), dentre outros;
- Ampliação da disponibilidade de crédito pré-aprovado para planos de inovação, conforme a Resolução BNDES nº 2.161/2011, que prevê a inclusão de planos plurianuais de inovação de empresas no BNDES Limite de Crédito Inovação;
- Criação do Programa BNDES Qualificação para apoio à expansão da capacidade de instituições privadas de ensino técnico e profissionalizante;
- Criação de Programa Fundo Clima para financiamento de projetos que reduzam emissões de gases de efeito estufa. Essa medida foi autorizada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.008, de 14 de setembro de 2011, regulamentada pelo BNDES por meio da Resolução nº 2.180, de 1º de novembro de 2011;





- Utilização das compras governamentais como indutor de inovação e de agregação de valor à produção nacional: regulamentação da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que definiu a aplicação da margem de preferência de até 25% para as compras de produtos manufaturados e de serviços nacionais, por meio do Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, que inclusive instituiu a Comissão Interministerial de Compras Públicas. Entretanto, para serem atendidos os critérios de especificidades exigidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ainda são necessárias regulamentações para cada produto. Nesse sentido, encontra-se em estágio avançado o estabelecimento de critérios específicos de margens para a compra de aquisições de bens de TICs e de Saúde, já tendo sido editado, em 7 de novembro de 2011, o Decreto nº 7.601, que dispõe sobre as margens de preferência nas licitações para aquisição de produtos de confecções, calçados e artefatos;
- Novo Regime Automotivo: contemplando incentivo tributário como contrapartida ao investimento, agregação de valor, emprego e inovação. A MP nº 540, de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, lança as bases desse novo regime, com vigência até 2012, conforme o Decreto nº 7.567, de 15 de setembro de 2011, que a regulamenta. Uma nova regulamentação começou a ser discutida pelo Comitê Executivo do Complexo Automotivo, com vistas a oferecer descontos tributários proporcionais à eficiência energética e ambiental dos veículos produzidos, à realização de P&D e à ampliação do conteúdo nacional; e
- Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), proposto pela MP nº 544, de 29 de setembro de 2011, possui elevado potencial de alavancar investimentos de empresas que gastam mais de 10% de seu faturamento em P&D.

Adicionalmente, outros regimes tributários especiais de caráter setorial estão em avançado estágio de discussão no âmbito do PBM. Todos esses regimes partem do princípio de que desonerações tributárias e estímulos creditícios e regulatórios específicos são fundamentais para a elevação do conteúdo local e o aumento do esforço tecnológico. São exemplos de regimes em consideração: o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto); o Regime Especial para a Cadeia de Fornecedores de Petróleo e Gás (Repeg); o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro); e o Regime Especial para a Indústria Química (Reiq).

No que diz respeito à ampliação de estímulos às empresas menores ou às pertencentes a setores produtivos com elevada capacidade de absorção de mão de obra, devem ser destacadas as seguintes medidas:

- Ampliação do capital de giro para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) pelo Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren) do BNDES, incluindo novos setores e condições de crédito e prazo mais coerentes com a demanda existente. Essa medida, que faz parte do Plano de Sustentação do Investimento (PSI) foi implantada pela Resolução BNDES nº 2.131, de 2 de agosto de 2011;
- Ampliação do Simples Nacional e do programa Microempreendedor Individual (MEI); e
- Desoneração da folha de pagamento das cadeias produtivas de confecções, calçados e *software*.

Essa medida estimula setores que sofrem desvantagens competitivas pela elevada participação da folha de pagamentos em seus custos e também oferece vantagens adicionais a empresas exportadoras.

Finalmente, foram adotadas medidas específicas para alterar a competitividade externa das empresas nacionais, cabendo destacar:





- Instituição do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que consiste na devolução de créditos residuais no montante de até 3% ao longo da cadeia produtiva, para bens manufaturados e semimanufaturados exportados, perfazendo quase nove mil códigos de Nomenclaturas Comuns do Mercosul (NCM). Esse regime também foi instituído pela MP nº 540, de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011;
- Aceleração do ressarcimento de créditos aos exportadores com o processamento automático, com pagamento em até 60 dias, para empresas com escrituração fiscal digital. Essa medida, de aplicação imediata, já está em vigor e passará a ter pleno efeito a partir de março de 2012, prazo máximo para a adesão obrigatória das empresas à escrituração digital;
- Criação do Fundo de Financiamento à Exportação para Micro, Pequenas e Médias Empresas pela MP nº 541, de 2011, convertida na Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, cuja regulamentação deverá ocorrer em 2012;
- Ampliação de 30 para 150 do número de Analistas de Comércio Exterior atuando nas atividades de investigação. Em que pese os avanços institucionais em curso, o maior empecilho ao aumento da potência da defesa comercial brasileira está na carência de mão de obra especializada. Foi constituído sistema de acompanhamento e monitoramento dessas medidas, buscando aferir seus efeitos e custos. As medidas adicionais que se incorporarão ao PBM a partir do efetivo funcionamento dos Comitês Executivos, Coordenações Sistêmicas e Conselhos Setoriais, cuja instalação se completará em 2012, terão de ser adequadas aos objetivos e metas estratégicas do PBM, de forma a viabilizar monitoramento e avaliação rigorosos e céleres de todos os trabalhos do referido Plano.

Embora muitas das medidas já anunciadas contribuam para o alcance das metas do PBM, espera-se que ao longo de 2012 ações ainda mais incisivas sejam implantadas, à medida que os Conselhos de Competitividade Setorial e as Coordenações Sistêmicas do PBM estejam em pleno funcionamento e que as Agendas Setoriais e Sistêmicas comecem a ser apresentadas à consideração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Em particular, aguarda-se a sugestão de medidas fiscais no âmbito dos regimes tributários especiais dos setores capazes de gerar resultados em termos de aumento do conteúdo local e do esforço tecnológico como contrapartida da desoneração e de estímulos creditícios novos a serem concedidos.

a) Comércio Exterior

Em alinhamento às diretrizes definidas pelo PBM, foram desenvolvidas ações visando ao fortalecimento do combate às práticas ilegais e desleais de comércio exterior e ao aumento da competitividade das exportações brasileiras, por meio de reforço de ferramentas de defesa comercial e combate a fraudes, discussão de medidas voltadas para a desoneração tributária das exportações e proposição de mecanismos de financiamento ao comércio exterior.

O comércio exterior brasileiro movimentou a cifra recorde de US\$ 482 bilhões em 2011, ultrapassando em mais de 25% o valor de 2010. As exportações atingiram US\$ 256 bilhões e as importações, US\$ 226 bilhões. O superávit comercial mostrou-se igualmente robusto, ao registrar US\$ 30 bilhões, o maior saldo positivo dos últimos quatro anos. Em relação às exportações, o crescimento de 26,8% sobre 2010 sustentou-se pela elevação dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais e pela expansão no volume embarcado de bens industrializados. A diversificação de mercados de destino é outra estratégia que vem contribuindo para o bom desempenho das exportações. A combinação desses fatores ensejou uma taxa de crescimento acima da mundial, elevando a participação das vendas externas brasileiras sobre o comércio internacional para mais de 1,4% em 2011. Quanto às importações, o avanço de 24,5% foi decorrência do ritmo da atividade econômica do País.

As perspectivas para 2012 são de crescimento moderado do comércio exterior brasileiro, em virtude das incertezas geradas quanto ao desempenho de economias da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos da América (EUA). Entretanto, esse cenário pode vir a ser atenuado pela dinâmica econômica dos países emergentes.





Com o propósito de integrar ações e projetos de promoção da cultura exportadora por meio da construção de Mapas Estratégicos de Comércio Exterior, foi lançado em abril de 2011 o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE). Esta iniciativa reúne 15 instituições nacionais e regionais e 23 Estados da Federação. Em 2012, estão previstas a consolidação de Mapas Estratégicos e Planos de Ação, bem como o início da execução das atividades pactuadas, que, juntas, consubstanciarão uma política de comércio exterior para cada unidade da Federação. Os documentos estão focados em setores estratégicos de cada Estado e refletirão o planejamento dos governos, entidades e órgãos envolvidos para o quadriênio 2012-2015.

No âmbito dos Encontros de Comércio Exterior (Encomex), foram realizados três eventos, sendo dois regionais – em Salvador (BA) e Porto Velho (RO) – e um internacional – Encomex Mercosul, em Curitiba (PR). Em 2011, os Encomex ganharam novo formato visando melhor adequação às demandas das pequenas e médias empresas exportadoras e ao potencial exportador. Dentro do programa Redeagentes, foram realizados 21 treinamentos e cursos sobre como exportar, em 11 Estados e 14 Municípios, para cerca de 800 pessoas. Para 2012, está programada a realização de 37 treinamentos e cursos de capacitação voltados para agentes de comércio exterior e pequenas empresas. Da série Aprendendo a Exportar, foram lançados os produtos multimídia Aprendendo a Exportar-Cooperativismo e Aprendendo a Exportar para a União Europeia. Há previsão de lançamento do Aprendendo a Exportar – Versão 3 e do Aprendendo a Exportar - Amazônia Ocidental e Estado do Amapá, este último em parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Em agosto de 2011, foi lançada a versão 2 da Análise das Informações de Comércio Exterior (*AliceWeb*), sistema de divulgação de estatísticas de comércio exterior, com melhorias de acessibilidade e incremento de novas variáveis, com destaque para os dados por Municípios e para as versões em inglês e espanhol do Sistema.

Concluiu-se a versão 2 do Radar Comercial, sistema de inteligência comercial criado para identificar oportunidades de mercados para os produtos brasileiros de exportação, com o aperfeiçoamento da navegação e a inclusão de novos países, totalizando 120 mercados. Após a implementação da nova versão, houve aumento de 70% no uso do sistema.

Com o objetivo de disseminar informações de comércio exterior, foi lançada, em fevereiro de 2011, a Balança Comercial de Cooperativas. De periodicidade mensal, o boletim apresenta a evolução dos principais produtos exportados e importados e dos mercados compradores e fornecedores em que atuam, transformando-se em fonte de informação para montagem de estratégias de comércio exterior.

Também em agosto de 2011 foi lançado o Portal Brasileiro de Comércio Exterior (PBCE) (www.comexbrasil.gov.br) em substituição ao Portal do Exportador, ampliando o conteúdo de informações ao incluir assuntos relacionados à importação. O objetivo do Portal é se tornar referência nessa área e, ao mesmo tempo, constituir-se em facilitador de comércio, especialmente para as micro, pequenas e médias empresas. O serviço de atendimento on-line também foi ampliado, passando a se chamar Comex Responde, para atender às consultas sobre todos os temas afetos ao comércio exterior.

A Vitrine do Exportador, *website* de promoção de exportadores brasileiros, também foi totalmente reformulada em 2011. A nova versão, lançada em novembro, possibilitará maior interatividade e divulgação de empresas mediante a criação de vitrine virtual individualizada. Além de informações sobre os principais mercados e produtos exportados pela empresa, é possível incluir imagens, vídeos, geolocalização e dados comerciais, sendo os serviços totalmente gratuitos. A vitrine virtual dispõe ainda de uma área para envio de propostas de negócios por parte dos importadores.

No que concerne à defesa comercial, uma das medidas implementadas em defesa da indústria foi a criação, em junho de 2011, do Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX), que tem por finalidade a atuação conjunta do





Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e do Ministério da Fazenda (MF) no combate a práticas ilegais de comércio exterior. Vinte produtos foram submetidos à sua apreciação, tendo sido tomadas medidas, nas respectivas esferas de competência dos Ministérios, em relação aos produtos sobre os quais foram identificados indícios de irregularidades.

No tocante ao combate às práticas desleais de comércio exterior, entre janeiro e dezembro de 2011 foram iniciadas 24 investigações antidumping e três investigações de subsídios acionáveis, e encerradas 36 investigações antidumping, das quais 22 com a aplicação de direitos *antidumping* e 14 investigações sem a aplicação de medidas.

Ao final de dezembro de 2011, 34 investigações estavam em curso, incluindo quatro investigações anticircunvenção, três investigações de subsídios acionáveis e 86 medidas de defesa comercial estavam em vigor, sendo uma de salvaguarda, 84 direitos *antidumping* e uma medida compensatória.

No que se refere ao apoio aos exportadores brasileiros investigados no exterior, foram atendidos 16 setores cujas exportações foram alvo de investigações *antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas em outros países.

Em 2012 serão publicadas as novas regras relativas a investigações para a aplicação de medidas compensatórias capazes de neutralizar distorções causadas por subsídios e salvaguardas. Previamente, será realizada consulta pública destinada a franquear oportunidade para que todos os agentes com interesse na área de defesa comercial possam contribuir para o aprimoramento de novas disciplinas.

Em 2011 foi dado início às investigações de origem não preferenciais, com o objetivo de impedir o ingresso no Brasil de produtos que burlam a aplicação de uma medida de defesa comercial, por meio de uma declaração de origem incorreta. Foram abertas 10 investigações de origem não preferenciais, das quais seis foram concluídas com resultados significativos para os setores afetados. Para 2012, está prevista a abertura de outras 25 investigações de origem não preferenciais.

Visando promover a competitividade do comércio exterior, o Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom) beneficia as empresas com redução da alíquota do Imposto sobre a Renda (IR) a zero, nas remessas ao exterior, decorrentes da participação em feiras e de outras ações de promoção comercial. Em 2011 registraram-se 2.202 operações de promoção comercial, com valores de registros efetivados da ordem de R\$ 77,28 milhões, superando em mais de 16% a quantidade de operações registradas em 2010. Para 2012, será desenvolvida uma nova versão para o Sisprom, com mais funcionalidades e facilidades para os usuários, o que propiciará a dispensa de apresentação de alguns documentos, com a introdução de procedimentos visando à utilização da certificação digital para o cadastro de usuários do Sistema.

Em 2011 foram aprovadas operações de crédito que alavancaram exportações no valor de US\$ 8,2 bilhões pelo Programa de Financiamento à Exportação (Proex) e pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE). No âmbito do PBM, foram estabelecidas duas medidas relacionadas ao financiamento e à garantia das exportações: criação do Fundo de Financiamento à Exportação de MPME (FFEX) e criação de modelo de cobertura pelo FGE para exportação a países de maior risco. Em 2012 será definida a operacionalização das novas modalidades de apoio à exportação.

Ainda em relação ao financiamento à exportação, em 2011, as operações de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e sobre Cambiais Entregues (ACE) do Banco do Brasil superaram os US\$ 17 bilhões, batendo seu recorde histórico. O BNDES desembolsou por meio da linha BNDES – Exim, em 2011, cerca de US\$ 6,7 bilhões.





Essas linhas são de extrema importância para os exportadores brasileiros, pois possibilitam às empresas captar recursos com juros inferiores às taxas praticadas no mercado interno, o que torna os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional.

Na área de logística de comércio exterior, foi realizado levantamento, junto ao setor privado, dos principais gargalos nas operações de importação e exportação. Esse levantamento orientará uma proposta abrangente de modernização e otimização dos fluxos de comércio exterior, em articulação com outros órgãos atuantes no comércio exterior brasileiro. O Governo também estará empenhado no desenvolvimento de um projeto de simplificação das exportações de até US\$ 50 mil, em todos os modais de transporte, com base no modelo dos serviços Exporta Fácil dos Correios.

Em 2012, será iniciado o projeto do Sistema de Desempenho Logístico, meta prevista no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins de mensuração da efetividade e eficácia da logística das operações de comércio exterior.

A harmonização dos regimes de admissão temporária e *drawback*, no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), é tema para o exercício de 2012. Os Estados-Partes do Mercosul estão autorizados a utilizar os regimes de *drawback* e admissão temporária até 31 de dezembro de 2016, para o comércio intrazona, e deverão instruir o Grupo Mercado Comum (GMC) a aprovar em 2012 uma proposta de harmonização dos regimes aduaneiros especiais de *drawback* e admissão temporária.

Nas operações de comércio exterior, o ano de 2011 foi marcado pela inovação nos sistemas de informação.

O Módulo Anuência LI do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), em produção desde maio de 2011, permite que os órgãos anuentes nas operações de importação definam critérios pelos quais os Licenciamentos de Importação (LI) possam ser deferidos automaticamente, permitindo, assim, uma significativa desoneração das equipes responsáveis pela análise desses licenciamentos.

Também em 2011 foram iniciados os trabalhos de definição do sistema *Drawback* Integrado Isenção *Web*, previsto para ser lançado em 2012, por meio do qual as análises que ainda são realizadas manualmente em formulários de papel poderão ser realizadas *on-line*, com a automatização de boa parte dos procedimentos.

O Siscomex Exportação *Web* (Novoex) trouxe melhorias e inovações em relação ao Sistema anterior e está totalmente integrado aos demais módulos do Siscomex, inclusive na etapa aduaneira, agilizando o processamento das exportações brasileiras.

Com relação aos mecanismos de incentivo à exportação, merece destaque a entrada em vigor do novo *Drawback* Integrado Isenção, que compreende a isenção do Imposto de Importação e a redução a zero do IPI, PIS/Pasep e Cofins, incidentes nas importações e aquisições no mercado interno de mercadoria equivalente à empregada ou consumida na industrialização de produto exportado ou à empregada em reparo, criação, cultivo ou atividade extrativista de produto já exportado.

A novidade desse mecanismo, em vigor desde fevereiro de 2011, é a possibilidade de repor o produto nacional utilizado na produção de mercadoria já exportada. Além disso, a empresa pode, à sua conveniência e oportunidade, optar por repor seus estoques por meio de importação, aquisição no mercado interno ou combinação de ambos.

A consolidação da legislação de comércio exterior, cujas normas encontram-se esparsas em diversos diplomas legais, foi um dos desafios também enfrentados em 2011. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações: i) consolidação da relação dos





órgãos anuentes do comércio exterior, com suas respectivas competências em relação aos tipos de produtos ou atividades que anuem; ii) compilação de todas as penalidades previstas na legislação dos órgãos anuentes; e iii) consolidação das leis que dispõem sobre o comércio exterior de forma a atualizar as referências a órgãos que foram extintos ou substituídos por outros; a harmonizá-las com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Mercosul; e a declarar a revogação expressa de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores.

Em 2011, a legislação que trata das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) foi complementada e aperfeiçoada. Existem no Brasil, atualmente, 23 ZPEs em diferentes fases pré-operacionais. As ZPEs são áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem exportados, com a possibilidade de venda para o mercado interno de até 20% da produção. No exercício de 2011, além de dar prosseguimento à análise de propostas de criação de novas ZPEs e de instalação de projetos industriais, foram publicadas resoluções aperfeiçoando os requisitos, parâmetros básicos e roteiro para apresentação e avaliação técnica de projetos industriais, e a Orientação Superior da Política das ZPEs, permitindo que Municípios e/ou Estados possam submeter propostas de criação dessas Zonas. Além disso, o primeiro projeto industrial foi autorizado para instalação em ZPE no País, com investimentos totais na ordem de US\$ 8 bilhões e estimativa de geração de 38 mil empregos diretos e indiretos, durante a construção, sendo que na entrada da operação está prevista a geração de 21 mil empregos diretos e indiretos.

b) Metrologia e Qualidade Industrial

Em 2011, as principais ações do Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) foram relacionadas à inovação, em atendimento à política industrial do Governo como eixo técnico do processo de inovação e de fortalecimento e modernização da indústria nacional, na busca contínua pela melhoria dos serviços ao cidadão.

A Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, além de alterar o nome do Inmetro para Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, ampliou o escopo de certificação do Instituto, promoveu maior segurança jurídica e agilidade, bem como possibilitou aumento da eficiência, eficácia e excelência dos seus serviços, conferindo maior robustez ao combate às práticas enganosas de comércio.

Em atendimento ao Programa de Certificação de Sistemas de Registro Eletrônico de Ponto (SREP), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Inmetro desenvolveu a regulamentação para os registradores, assim como atuou no sentido de conferir se esses produtos atendem aos requisitos técnicos de *software* e de segurança da informação preestabelecidos.

Na área de energia elétrica estão sendo envidados esforços para garantir maior confiabilidade aos serviços de medição. Os “medidores inteligentes”, ou *smart meters*, representam uma nítida evolução em relação aos medidores eletromecânicos e eletrônicos tradicionais. Podendo possuir funcionalidades como o registro de medições em faixas de horários com tarifas diferenciadas, permite ao consumidor programar a utilização de determinados eletrodomésticos ao longo do dia, com racionalização do consumo de energia elétrica, maior proteção contra fraudes e possibilidade de utilização de pré-pagamento. Em parceria com a Eletrobras, está sendo desenvolvido um “*chip* de segurança metrológica”, que permitirá ao Inmetro atestar que as informações manipuladas por medidores estão seguras. Para 2012, está prevista a implementação dos requisitos estabelecidos para *softwares* aplicados aos medidores eletrônicos e aos Sistemas Distribuídos de Medição de Energia Elétrica.

O Inmetro iniciou a operação do Pente de Frequências Ópticas, o que o torna o único instituto da América Latina capaz de medir superfícies com escalas em nanômetros (que equivalem à bilionésima parte de um metro). Essa capacidade de medição tem impacto significativo em vários ramos da indústria, tais como aeroespacial, automobilística e metal-mecânica.





Em 2011, o Inmetro desenvolveu um programa de acreditação para provedores de Materiais de Referência, já tendo acreditado cinco produtores nacionais. Materiais de Referência ou “padrões” são substâncias ou artefatos, com uma ou mais propriedades suficientemente bem determinadas, e podem ser utilizados na calibração de equipamentos, no acompanhamento e na avaliação de operadores, no controle e atribuição de valores a outros materiais e no desenvolvimento de metodologias. Considerando que esses materiais de referência historicamente são produzidos por empresas estrangeiras, com alto custo de importação, o programa garante que as empresas nacionais fabricantes desses materiais adquiram competência técnica de forma a que seus produtos, mais baratos, possam ser utilizados nas mais diversas áreas (fármacos, alimentos, indústria química e outras), com garantia de integridade.

Ainda com relação aos Materiais de Referência Certificado (MRC), foi desenvolvida atividade de cooperação com o *National Institute of Standards and Technology* (Nist), a qual prevê o desenvolvimento pelo Governo de MRC para biocombustíveis de aviação.

A utilização de bicicletas ampliou o Programa Caminho da Escola, como nova alternativa de acesso às escolas. O Inmetro definiu as especificações técnicas da bicicleta e disponibilizou laboratórios acreditados para a realização dos ensaios necessários visando à comprovação do atendimento aos requisitos estabelecidos. Até outubro de 2011, foram beneficiados 81 Municípios, num total de 30 mil bicicletas, acompanhadas de capacetes, doadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Ainda no âmbito desse Programa, a avaliação de ônibus escolares alcançou a adesão de mais de 3 mil Municípios, que licitaram a compra de cerca de 15 mil ônibus escolares, dos quais 10.006 já foram inspecionados pelo Inmetro com especificações técnicas que passaram a atender plenamente às condições da zona rural, beneficiando 400 mil alunos.

Com objetivo de ampliar a relevância e a qualidade de seus serviços, bem como a incessante busca por excelência técnica, científica e de gestão pelo apoio à inovação tecnológica, foi implantado, em 2011, projeto com vistas ao desenvolvimento de um único processo de acreditação de organismos de avaliação da conformidade, buscando identificar interfaces com atividades complementares e estabelecer requisitos para essas atividades. Para 2012, deverá ser concluído, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), um sistema informatizado que contemple esse processo único, de forma a aumentar a governança do processo.

Para aumentar a transparência e a participação na elaboração de Programas de Avaliação da Conformidade, foi disponibilizado o portal de comissões técnicas (CT-Web) no qual qualquer cidadão brasileiro pode acompanhar e participar do processo de elaboração de regulamentos e encaminhar contribuições durante os processos de consulta pública. Essa ferramenta permite a participação efetiva de micro e pequenas empresas nas reuniões realizadas para elaboração de regulamentos.

No âmbito do diálogo comercial entre os Governos brasileiro e o dos Estados Unidos, destaca-se o projeto de cooperação para a troca de experiências entre os Pontos Focais interlocutores dos dois países acerca do Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT) da Organização Mundial do Comércio (OMC). O referido projeto resultou no pioneiro Estudo de Impacto Econômico das Atividades dos Pontos Focais do TBT do Brasil e dos EUA. Para 2012, está prevista a realização de um *workshop* reunindo os Pontos Focais com os demais países do continente americano, objetivando promover os negócios entre as empresas e as melhores práticas dos Pontos Focais do continente americano. Merece destaque também o acordo firmado com o *Consumer Product Safety Commission* (CPSC), priorizando o interesse comum de imprimir elevado grau de segurança aos produtos de consumo nos mercados onde atuam, com alinhamento dos requisitos de segurança similares (iniciando pelos berços infantis), sistemas de coleta de dados de acidentes de consumo e sinalização sobre áreas de riscos emergentes.





Dentre as atividades previstas para 2012, merecem destaque: apoio, pelo Comitê Brasileiro de Regulamentação (CBR), ao Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-Reg), coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, com vistas a implantar metodologia de análise de impacto regulatório nas 27 autoridades regulamentadoras de caráter federal com atuação em cada uma das unidades federadas; desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade e metrologia voltados à sustentabilidade; ampliação dos serviços de Metrologia Biológica, possibilitando o aumento da confiabilidade dos diagnósticos médicos e a segurança e eficácia dos tratamentos; e ampliação da Metrologia Forense, atendendo às demandas da sociedade e do Ministério da Justiça.

c) Propriedade Industrial

Desde março de 2011, o sistema via Internet e-Patentes permite que os usuários tenham acesso digital aos pareceres emitidos pelas divisões técnicas e à carta patente expedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). A partir de 2012, será possível o depósito eletrônico de patentes e o acompanhamento digital de toda a fase processual do pedido, aumentando a transparência das ações do Instituto para a sociedade. O número de concessões de patentes no ano de 2011 foi de 3.806 Cartas Patentes expedidas.

Na área de Marcas foi aprimorado o processo de informatização. Uma nova versão do e-Marcas, sistema de depósito de marcas pela Internet, foi lançada em outubro de 2011, resultando numa interface mais amigável e segura para os usuários. No início de 2012, será implantado o novo sistema interno de gestão do exame de marcas, denominado IPAS (*Intellectual Property Automation System*), desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Essa nova plataforma permitirá o aumento da produtividade dos examinadores.

Na área de contratos de transferência de tecnologia, foi concluída em 2011 a etapa relativa ao documento síntese de diretrizes de exame dos principais procedimentos de análise técnica das modalidades contratuais Uso de Marcas e Serviços de Assistência Técnica e, em 2012, será a vez das modalidades contratuais Fornecimento de Tecnologia, Exploração de Patentes e Franquia. Com o intuito de facilitar o acesso e imprimir agilidade ao processo de requerimento de averbação dos contratos de transferência de tecnologia, em 2012, se dará início ao e-Contratos, tendo como 1ª fase a implementação dos formulários eletrônicos. Também será implementado o projeto de construção de uma base de dados para fins estatísticos, possibilitando a geração de pesquisa analítica sobre o impacto econômico da propriedade industrial, de forma a subsidiar as decisões empresariais.

Foi assinado acordo com vigência de quatro anos entre o Governo brasileiro e a OMPI. O Acordo contempla ações de cooperação no eixo Sul-Sul e de cooperação para Disseminação da Cultura de Propriedade Intelectual e o Intercâmbio de Melhores Práticas.

Destaca-se também a consolidação e o fortalecimento do Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Industrial na América do Sul, denominado Prosul. Foram realizados encontros entre examinadores de patentes, com o objetivo de desenvolver uma plataforma comum de integração e intercâmbio dos dados e sistemas de informação da região, o que permitirá o aumento da qualidade no exame, a diminuição do prazo de decisão do pedido de patente e a redução do *backlog*.

Na disseminação da cultura de propriedade industrial e inovação em âmbito nacional, os multiplicadores de conhecimento que atuam junto às pequenas e microempresas exportadoras receberam treinamento e cartilha sobre a importância da proteção dos ativos intangíveis e sobre o incremento da competitividade advindo do investimento em inovação. Com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi iniciada a integração da sua Plataforma Lattes com o





banco de dados do INPI, o que possibilitará maior visibilidade aos detentores de patentes e outros ativos intangíveis, além de incentivar a interlocução da universidade com a indústria.

A Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI desenvolveu atividades de formação e capacitação na modalidade de educação a distância, que culminará com lançamento do Curso Geral de Propriedade Intelectual a distância, de formação básica, em parceria com a OMPI. Outra ação de grande alcance é o Curso de Especialização em Propriedade Intelectual e Inovação, realizado a distância, que já em sua primeira turma, em 2012, pretende formar 2 mil alunos, dentre professores e técnicos vinculados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de todas as regiões do Brasil.

No combate à pirataria, foram desenvolvidos cursos específicos de capacitação para agentes públicos, principalmente para os agentes da Receita Federal e para as polícias. Em 2011, foram capacitados 306 agentes públicos em sete alfândegas e inspetorias da Receita Federal do Brasil, incluídos aeroportos, portos e portos secos. A meta é que a capacitação supere o número de 300 agentes públicos em 2012.

d) Comércio e Serviços

Confirmando a tendência mundial de que, quando um país se desenvolve, o setor de serviços cresce proporcionalmente mais que os outros segmentos da economia, o complexo de comércio e serviços no Brasil vem ganhando importância. Em 2003, o PIB de serviços representava 65% do PIB brasileiro e nos últimos anos essa participação já supera 68%. O segmento de serviços é responsável por mais de 60% do Investimento Direto Estrangeiro (IED) recebido pelo Brasil e por mais de 75% dos empregos formais. É importante mencionar que o Plano Brasil Maior (PBM) incorporou em seu escopo a temática de serviços e a estruturou na dimensão setorial do Plano.

Em atendimento à Resolução nº 25, de 2011, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), está sendo desenvolvida a nova versão do Portal do Empreendedor, que abrangerá todas as modalidades de empresas do País, além do Microempreendedor Individual (MEI). Esse novo Portal se tornará fonte de referência de informações para os empreendedores, trazendo todas as informações e os procedimentos necessários para a abertura, o registro e a legalização de empresas no País. Além disso, novas aplicações e funcionalidades para o MEI, entre elas alterações e baixas, estarão disponíveis no Portal em procedimentos simples e desburocratizados, que permitirão a alteração do endereço e das atividades do negócio.

Desde sua implantação em julho de 2009 até dezembro de 2011, as inscrições do MEI, realizadas mediante o Portal do Empreendedor, totalizaram 1.871.176 empreendedores registrados, superando em 24,7% a expectativa de 1,5 milhão de inscrições até dezembro de 2011. Estima-se que as inscrições ultrapassem o total de 2,5 milhões em 2012.

Com base nos relatórios estatísticos encaminhados pelas Juntas Comerciais do País, no período de janeiro a dezembro de 2011 foram realizadas 608.519 constituições, 1.764.802 alterações e 223.619 extinções de empresas, totalizando 2.596.940 de atos registrados.

Foi sancionada a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a qual concedeu autorização ao Poder Executivo para instituir a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS). Essa Nomenclatura servirá como marco orientador para o PBM, sobretudo nas ações voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao financiamento e à desoneração das exportações de serviços. Por outro lado, a possibilidade da extensão da aplicação da NBS a outras esferas de atuação do poder público, especialmente no campo tributário, também justifica a sua instituição.





e) Artesanato e Pequenas e Microempresas

No âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), em 2011, os seguintes resultados merecem destaque: elaboração da Base Conceitual do Artesanato; capacitação para artesãos, técnicos e multiplicadores de 18 Estados, selecionados pelas Coordenações Estaduais do Programa; participação em 13 eventos de comercialização de produtos artesanais, em oito deles com apoio financeiro, sendo que nos eventos nacionais foram comercializados pelos artesãos 449.983 peças, que resultaram num faturamento de cerca de R\$ 4,5 milhões. Atualmente estão cadastrados aproximadamente 66 mil artesãos no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab).

Por intermédio do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, diversas iniciativas de apoio e fomento às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) foram desenvolvidas ao longo de 2011. Dentre os principais resultados alcançados nesse período, há que se destacar a sanção do Projeto de Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, que alterou a Lei Geral das MPEs (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006). As inovações legais ampliam os benefícios do Simples Nacional, mediante a expansão dos limites de enquadramento, revisão das alíquotas de tributação, criação de limite especial de exportação e simplificação das regras de registro e baixa de empresas. Essas medidas são decorrentes de demandas dos movimentos de representação das MPEs e possibilitam a melhoria do ambiente de negócios e o estímulo à competitividade dessas empresas.

Em parceria com Estados e representações regionais de pequenas e microempresas, o Fórum Permanente de MPEs promoveu a instalação do Fórum Regional de MPEs do Estado do Mato Grosso do Sul, a 24ª unidade instalada. Em julho de 2011, no contexto da 19ª Plenária do Fórum, foram celebrados Acordos de Cooperação Técnica com os Correios, Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), Ministério da Justiça, Conselho Federal de Administração, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Frente Nacional de Prefeitos e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com vistas ao desenvolvimento de medidas nas áreas de simplificação e desburocratização, fomento e crédito, capacitação, inovação e outros fatores de competitividade para o setor, objetivando a implementação de uma agenda estratégica de Governo pautada no estímulo ao empreendedorismo.

Com o objetivo de promover a disseminação de informações para micro e pequenas empresas, há que se destacar as iniciativas de capacitação gerencial e fomento à promoção comercial, bem como a elaboração da Cartilha Informativa de Produtos Financeiros para MPEs e Empreendedores Individuais; do *Folder* Custo Efetivo Total (CET) e Portabilidade do Cadastro; da Pesquisa de Gargalos às Exportações de MPE; do Guia de Mecanismos de Apoio ao Comércio Exterior; e do Relatório de Estatísticas do Comércio Exterior de Bens e Serviços.

Para o ano de 2012, estão previstos a realização de levantamento para identificação dos entraves à utilização do *Drawback* e estudos para alteração na legislação com vistas à ampliação do limite de enquadramento para empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às exportações de serviços e à adequação da Lei de Licitações, no que se refere ao prazo para entrega de documentos das propostas vitoriosas.

No que se refere ao financiamento ao investimento para o segmento de pequenas e microempresas, foram desembolsados R\$ 7,6 bilhões através do Cartão BNDES, um crescimento no valor de 76% em relação ao efetuado em 2010, sendo que 71% desse valor foi utilizado por micro e pequenas empresas.

No que diz respeito ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao longo de 2011, pequenas e microempresas continuaram recebendo apoio prioritário, tendo sido contratado até outubro o montante de R\$ 2 bilhões com mais de 87 mil operações realizadas com recursos internos e, principalmente, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), até ao final de 2011 espera-se alcançar o volume de R\$ 2,8 bilhões. Já para 2012, a meta é a contratação de R\$ 3,5 bilhões com MPEs.





f) Desenvolvimento Regional da Amazônia

A Zona Franca de Manaus (ZFM) desenvolve ações de parcerias com governos estaduais e municipais, instituições de ensino e pesquisa e cooperativas, bem como projetos de apoio à infraestrutura econômica, produção, turismo, pesquisa e desenvolvimento, e de formação de capital intelectual. O objetivo é ampliar a produção de bens e serviços voltados à vocação regional e, ainda, capacitar, treinar e qualificar trabalhadores.

As políticas públicas de desenvolvimento regional incorporadas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) abrangem três frentes de atuação: indústria, apoio à ciência e tecnologia, e interiorização do desenvolvimento. Dessas, destacam-se os resultados relacionados às atividades industriais.

Como decorrência da política de incentivos fiscais, houve a aprovação pela Suframa de 231 projetos industriais e de serviços até dezembro de 2011, sendo 94 de implantação e 137 de ampliação, atualização e diversificação. No terceiro ano de implantação desses novos projetos, espera-se criação de 6.874 novos postos de trabalho e investimento total da ordem de US\$ 647,8 milhões. Para os demais projetos aprovados, prevê-se manutenção de 9.842 postos de trabalho e investimentos totais de US\$ 2,33 bilhões. Em relação aos projetos já implantados, os indicadores industriais apontam resultado de sucesso na medida em que até novembro de 2011 o faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) atingiu a marca de US\$ 38,29 bilhões, o que representa um incremento de 17,94% (US\$ 5,8 bilhões) sobre o faturamento de US\$ 32,4 bilhões verificado no mesmo período de 2010. Foram registrados, até novembro de 2011, 119.340 empregos, um incremento de 16.161 postos em relação ao mesmo período do ano anterior. Estima-se que até o final do ano o faturamento do PIM atinja US\$ 40 bilhões. Os setores eletroeletrônicos (incluindo bens de informática) e de duas rodas foram os que mais contribuíram para o alcance desses resultados. Os investimentos líquidos totais realizados pelas empresas do PIM somam, até novembro, US\$ 11,07 bilhões, com incremento da ordem de US\$ 1,74 bilhão em relação a 2010. O Índice de Nacionalização, que representa o percentual agregado de insumo nacional e regional em relação ao total de insumos, alcançou 43,88%, o que representa 2,41 p.p. acima do índice apurado em 2010. O Índice de Regionalização também apresentou crescimento, alcançando a marca de 25,32% (3,01 p.p. superior ao índice alcançado em 2010).

No âmbito das atividades de apoio ao segmento agropecuário em 2011, a Suframa aprovou 35 projetos agropecuários para ocupação do Distrito Agropecuário, por meio de lotes que variam de 25 a 50 hectares, favorecendo a agricultura familiar com a exploração de atividades diversas, com destaque à fruticultura, culturas de ciclo curto e à criação de animais de pequeno porte para subsistência das famílias. Com isso, foi atendida a demanda de 722 famílias por lotes na Área de Expansão do Distrito Industrial, sendo que 40% desses lotes, em média de quatro hectares, já estão com a regularização fundiária realizada. No Distrito Agropecuário, a referida Superintendência dispõe de 850 lotes de 25 hectares voltados para a agricultura familiar, dos quais 35% já estão regularizados.

Ressalte-se ainda a importância da promoção comercial, tanto na divulgação das potencialidades regionais quanto na atração de investimentos. Neste sentido, destaca-se a realização da sexta edição da Feira Internacional da Amazônia (Fiam). A Feira, com periodicidade bianual, teve a presença de 382 expositores em 160 estandes; Rodada de Negócios, que geraram cerca de US\$ 13 milhões (14,5% de crescimento em relação a 2009), com 26 empresas compradoras, 136 empresas ofertantes e 421 agendamentos; Rodada de Negócios de Turismo, com 17 operadores/compradores nacionais e cinco estrangeiros, e 38 empresas de turismo de todos os Estados da Amazônia Legal; e a primeira edição do Salão de Negócios Criativos, que agendou reuniões entre 10 investidores (sendo um internacional) e 11 empresas da Amazônia Brasileira com grande possibilidade de receber investimentos. Com atividades complementares à promoção comercial, a Suframa apoiou a participação de empresas em cinco eventos e feiras internacionais, sendo dois na Europa e três nas Américas do Sul e Central.





O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), atualmente, tem parceria com aproximadamente 60 instituições públicas e privadas para desenvolvimento de carteira de projetos próximos de R\$ 10 milhões, além do gerenciamento de incubadora de empresas. Em 2011 foram desenvolvidas atividades como Coleção de Culturas, Produção de Antibióticos, Produção de Antitumoral, Bebidas Fermentadas a partir de polpas de diversas frutas. A Central Analítica, desde sua implantação, já realizou mais de 10 mil análises tecnológicas. O laboratório de Biologia Molecular destaca em suas atividades os projetos de substâncias bioativas, como: microorganismos com atividade antimalárica e hidrólise enzimática de óleos vegetais. No Núcleo de Produção de Extratos e a Planta de Processos Industriais, os projetos de liofilização e secagem por “*Spray Dryers*” de frutos amazônicos, desenvolvimento de xarope de bebida de frutos regionais, e coleta de material botânico oriundos da biodiversidade Amazônica. No que concerne ao laboratório de Produtos Naturais, destacam-se o isolamento e a purificação de metabólitos secundários de microorganismos que apresentaram atividade antibiótica e anticancerígena e o desenvolvimento de Protocolo de Cultivo de Curauá (*Ananas erectifolius*) - importante produtora de fibra vegetal. Por fim, o Laboratório de Farmacologia e Toxicologia desenvolveu em 2011 atividades de identificação taxonômica, extração do DNA vegetal e marcação molecular, teste da atividade antiúlcera e antissecretora gástrica, manutenção e controle de ratos e camundongos no biotério. Assim, o Centro vem desenvolvendo produtos e processos junto às empresas a partir do uso da Biodiversidade Amazônica, buscando colocar os produtos no mercado e fomentando o ciclo da inovação.

Quanto às perspectivas para 2012, o Governo dará prosseguimento à sua política de desenvolvimento regional por intermédio de ações continuadas, indispensáveis. Nesse sentido, a Suframa tem como objetivo manter sua participação nas negociações comerciais internacionais, fortalecer o processo de promoção do modelo da Zona Franca de Manaus e desenvolver a região.

Espera-se também instituir nova metodologia de monitoramento do plano estratégico da Suframa mediante implantação de unidade administrativa específica para gestão da estratégia; dar continuidade à implantação do projeto de revitalização das Áreas de Livre Comércio; realizar obras de revitalização e expansão do atual Distrito Industrial – Área de Expansão; apoiar a implantação do Parque Tecnológico do Centro Tecnológico do Polo Industrial de Manaus (CTPIM); e expandir a Infraestrutura do Distrito Agropecuário.

2. Agronegócio

A agricultura brasileira continuou avançando em 2011 e atingiu novos patamares de produção e exportação. Os mais de cinco milhões de pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais do País produziram 162,9 milhões de toneladas de grãos na safra 2010/2011, superando em 9,2% o volume de 149,3 milhões de toneladas da safra 2009/2010. Segundo maior exportador mundial no setor agropecuário, o Brasil já abastece mais de 200 países, sobretudo europeus e asiáticos. Em 2011, as exportações agropecuárias alcançaram US\$ 94,6 bilhões, com superávit setorial de US\$ 77,5 bilhões de dólares.

Com atenção prioritária do Governo, o Plano Agrícola e Pecuário - PAP 2011/2012 destinou R\$ 107,2 bilhões para a produção agropecuária, dos quais R\$ 64,1 bilhões com juros controlados. Além de mais recursos para o financiamento da produção, o Governo, em parceria com diversos setores e entidades, promove uma revisão dos instrumentos da política agrícola, com vistas a proporcionar melhorias da renda no campo e seguro agrícola mais acessível aos produtores rurais.

Os investimentos em pesquisa agropecuária e em segurança sanitária, previstos no Plano Plurianual para o período 2012-2015, da ordem de R\$ 3,5 bilhões, são prioritários para que o País mantenha o protagonismo na inovação e na tecnologia agropecuária. Assegurar a sanidade animal e vegetal da produção é condicionante extremamente relevante para o comércio externo e para a estabilidade do mercado agropecuário.





Apesar do atual desempenho obtido pela agropecuária nacional, a crescente demanda mundial por alimentos, a busca por novas fontes renováveis, eficientes e limpas de energia, a necessidade de equilibrar e racionalizar a dinâmica global de uso racional dos recursos naturais e o desenvolvimento de alternativas tecnológicas em face das mudanças climáticas são desafios a serem enfrentados nos próximos anos para a obtenção e manutenção de uma agricultura sustentável, capaz de compatibilizar, permanentemente, o equilíbrio entre o aumento da renda e a redução na emissão de poluentes.

Para a sustentabilidade da produção agropecuária nacional, a geração de soluções tecnológicas pela pesquisa agropecuária exerce papel central. Além disso, é importante o incentivo governamental para o uso de tecnologias e práticas sustentáveis, como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), lançado em 2010.

Em um somatório de iniciativas, a política agrícola vem sendo implementada de forma a ser capaz de agregar valor a toda a cadeia produtiva, ter capacidade de se antecipar à diversidade de situações existentes no País e mitigar as adversidades naturais, inerentes à atividade agrícola. Portanto, os resultados a serem produzidos pelo segmento agropecuário demandam contínua construção e administração da estratégia governamental integrada de apoio ao agronegócio.

a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

a.1) Crédito Rural

O alcance dos instrumentos de política agropecuária para a safra 2011/2012 foi ampliado, com destaque para o crédito rural e os mecanismos de apoio à comercialização e à gestão de risco rural. Foram enfatizadas medidas de apoio à pecuária, à agroenergia e cana-de-açúcar e à estocagem de suco de laranja. As ações governamentais de incentivo às tecnologias sustentáveis na produção agropecuária e de mitigação da emissão de gases causadores do efeito estufa foram aperfeiçoadas e consolidadas no Programa ABC.

No Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 (PAP 2011/2012) foram disponibilizados R\$ 107 bilhões para a agricultura empresarial, valor 7% superior ao da safra anterior, sendo R\$ 80,2 bilhões destinados a custeio e comercialização, dos quais R\$ 64,1 bilhões a juros controlados. Também foram alocados R\$ 20,5 bilhões para os programas de investimento, incluindo R\$ 3,15 bilhões para o Programa ABC e R\$ 6,5 bilhões às linhas especiais de financiamento para estocagem de álcool e para o Programa de Sustentação do Investimento – Bens de Capital (PSI-BK). O PAP 2011/2012 também prevê a aplicação de R\$ 16 bilhões destinados à agricultura familiar.

O Programa ABC tem por objetivo incentivar práticas que envolvam a produção sustentável e resultem em menores emissões de gases causadores de efeito estufa, a exemplo do financiamento de recuperação de áreas e pastagens degradadas; implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas e a correção e adubação de solos. Também abrange o estímulo à adoção de práticas conservacionistas, de manutenção de florestas comerciais, da agricultura orgânica e da recomposição de áreas de preservação permanente ou de reserva legal.

Dentre as prioridades do PAP 2011/2012, encontra-se a continuidade do incentivo ao médio produtor rural, pelo ajuste nos valores da renda bruta anual para fim de enquadramento no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), assim como o aumento na disponibilidade de recursos, da ordem de R\$ 8,3 bilhões. No mesmo sentido, também foram simplificadas as normas de crédito rural, com o objetivo de dar maior agilidade operacional e facilitar a aplicação dos recursos.





a.2) Apoio à Comercialização

Em 2011 foram comprometidos R\$ 1,2 bilhão para o apoio à comercialização de 4.071,04 mil toneladas de arroz, feijão, milho, sisal e trigo, por meio dos instrumentos de Aquisição do Governo Federal – AGF, Contratos de Opção, Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro).

As operações com os instrumentos Pepro e PEP alcançaram o montante de R\$ 292,76 milhões, com a negociação de 2.598,24 mil toneladas de produtos, enquanto as Opções Públicas atingiram R\$ 574,85 milhões, correspondendo a 982,80 mil toneladas.

A aquisição de estoques públicos pela utilização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) ultrapassou 811,25 mil toneladas de produtos agrícolas, com utilização de R\$ 1.233,2 milhões. No mesmo período foram vendidas, por meio de leilões eletrônicos e da aplicação de equalização de preços, 3.097,96 mil toneladas de produtos, visando suplementar o abastecimento em regiões deficitárias, e 62 mil toneladas por meio do programa de Vendas em Balcão.

Para 2012, o Governo Federal prevê a utilização de R\$ 5,2 bilhões destinados ao apoio e incentivo à comercialização, priorizando-se os instrumentos de equalização de preços, o que possibilitará a movimentação em torno de 22 milhões de toneladas de produtos agrícolas. No que se refere às compras governamentais, o foco será a maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, sendo as Aquisições do Governo Federal (AGF) realizadas em regiões mais afastadas, visando assim priorizar e beneficiar produtores familiares que têm dificuldades de participar dos leilões públicos.

a.3) Apoio à Cafeicultura

As linhas de crédito para financiamento ao produtor foram ampliadas com a alocação de R\$ 2,44 bilhões, mediante a utilização de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), sendo: R\$ 600 milhões para custeio; R\$ 300 milhões para colheita; R\$ 500 milhões para estocagem; R\$ 500 milhões para Aquisição de Café (FAC); R\$ 50 milhões para financiamento de contratos de opções e de operações em mercados futuros; R\$ 150 milhões para financiamento de capital de giro para a indústria de café solúvel; R\$ 40 milhões para recuperação de cafezais danificados; e R\$ 300 milhões destinados à linha extraordinária de crédito para composição de dívidas decorrentes de financiamentos à produção de café.

A safra de café, colhida em 2011, alcançou 43,5 milhões de sacas de 60 kg. As exportações representaram 9,2% de todas as exportações brasileiras do agronegócio, com aproximadamente 33,6 milhões de sacas que geraram uma receita de US\$ 8,7 bilhões.

Em 2012, serão alocados pelo Governo recursos da ordem de R\$ 2,7 bilhões para operacionalizar os instrumentos da política cafeeira, envolvendo financiamentos e operações de crédito de custeio, colheita, estocagem, FAC e desenvolvimento de pesquisas agrônomicas de café, levantamento de safras, entre outras.

b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

b.1) Zoneamento Agroclimático

A coleta e a divulgação das informações meteorológicas possibilitaram o monitoramento e o zoneamento agroclimático, as ações de previsão de safras e o fornecimento de informações diretamente aos agricultores e aos agentes financeiros para a adoção de medidas preventivas, que diminuem os riscos potenciais da agricultura. A rede meteorológica brasileira atualmente está composta de 768 estações, das quais 465 automáticas, 291 convencionais e 12 de rádio sondagem.





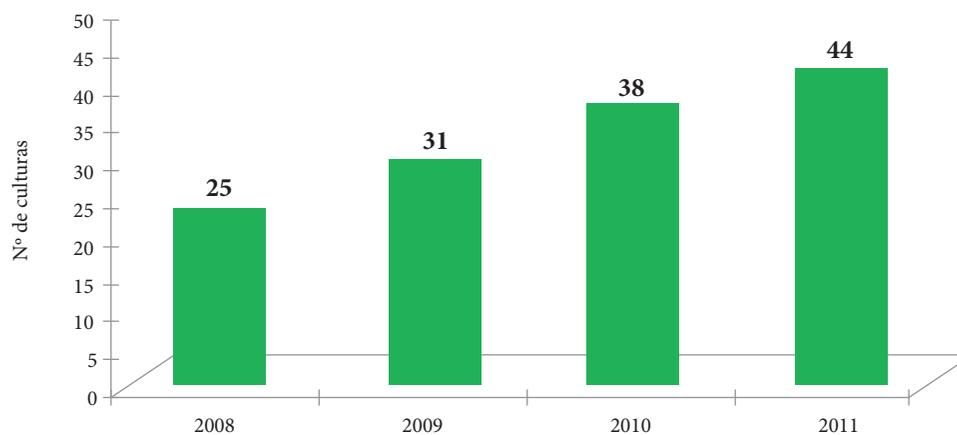
O Zoneamento Agrícola de Risco Climático é o instrumento de política pública que indica as épocas mais adequadas de plantio para as principais culturas, de forma a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos nas fases mais sensíveis das lavouras.

Os estudos de zoneamento agrícola de risco climático são atualizados anualmente e já contemplam 44 culturas, sendo 19 de ciclo anual e 24 culturas permanentes, além do zoneamento para o consórcio entre milho e braquiária, distribuídas em 24 unidades da Federação.

Em 2011, foram divulgados, pela primeira vez, os zoneamentos para as culturas de aveia, melancia, goiaba, manga, seringueira e sisal, e foram elaborados mais de 396 estudos de zoneamento, sendo publicadas 570 portarias.

O Governo tem priorizado a divulgação de zoneamentos de novas culturas com potencial para produção de biocombustíveis, como amendoim, canola, dendê, girassol e mamona, em consonância com o Plano Nacional de Agroenergia, assim como para culturas de interesse regional, como espécies frutíferas, em atendimento às demandas originárias da agricultura familiar.

Evolução do Zoneamento Agrícola de Risco Climático - Safras 2008/2009 a 2011/2012



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Série ajustada.

b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

A política de subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem evoluído com vistas a universalizar o acesso ao seguro privado pelos produtores rurais, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e promover a modernização da gestão dos empreendimentos rurais. Tem também contribuído para a redução da inadimplência dos produtores rurais junto aos agentes financeiros e aos fornecedores de insumos agropecuários.

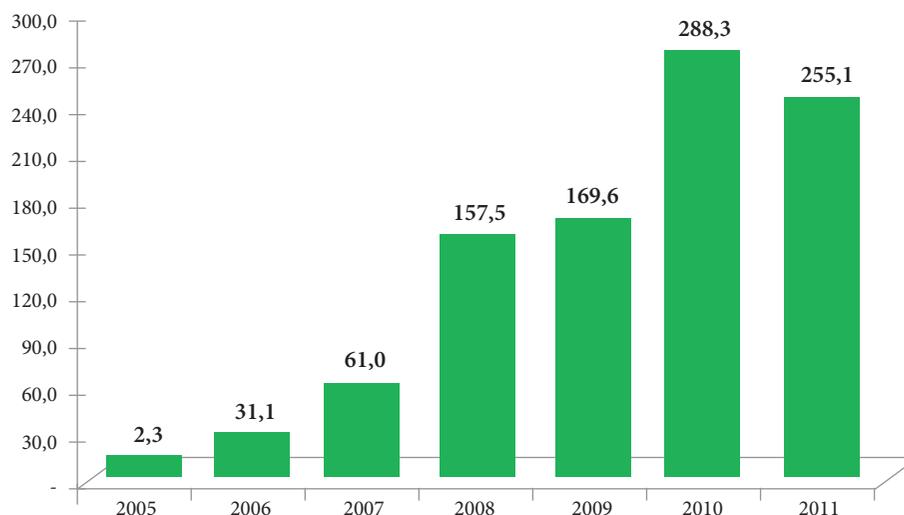
O PSR contempla apólices de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, florestal e aquícola, sendo que na modalidade agrícola, em 2011, foram beneficiadas mais de 70 culturas. Nesta modalidade, o produtor rural que possua situação patrimonial regular pode ser beneficiado com subvenção de até R\$ 96 mil a cada ano civil, com os percentuais variando entre 40% e 70% sobre o prêmio do seguro, conforme a cultura selecionada. Para as demais modalidades de seguro – pecuária, florestal e aquícola – o percentual máximo de subvenção sobre o valor do prêmio do seguro é de 30%, com limite financeiro de R\$ 32 mil por produtor a cada ano civil.





Em 2011, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural utilizou R\$ 255,1 milhões em recursos orçamentários do Governo. Os valores aplicados beneficiaram aproximadamente 44 mil produtores rurais com a cobertura de 10,4 milhões de hectares e garantiram capitais da ordem de R\$ 7,4 bilhões. O gráfico a seguir demonstra a evolução do Programa desde sua implementação, no ano de 2005.

Evolução da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - 2005 – 2011 **Valor Subvencionado (milhões de R\$)**



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Para 2012 está prevista a regulamentação do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural, autorizado pela Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010. Com a medida, as seguradoras poderão reduzir o risco das suas carteiras de seguro rural e dar cobertura ao pagamento de indenizações decorrentes de eventos climáticos mais severos. Essa medida proporcionará uma ampliação da oferta de produtos de seguro no mercado, contribuindo para a diminuição do valor dos prêmios.

c) Defesa Agropecuária

A posição atual do Brasil de grande produtor de alimentos, abastecendo o mercado interno e com significativa participação no comércio internacional de produtos de origem animal e vegetal, foi determinante para a modernização e o fortalecimento do sistema de defesa agropecuária do País. Dessa forma, a eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a competitividade do agronegócio brasileiro.

Fruto de ações desenvolvidas em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito do Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia, em 2012 vários projetos de pesquisa para o fortalecimento da defesa agropecuária serão concluídos.

c.1) Saúde Animal

Vários programas sanitários na área de saúde animal estão em execução com a participação dos governos federal e estaduais e da iniciativa privada, conforme se verifica a seguir.





- **Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa**

Desde abril de 2006, a febre aftosa não é registrada no País. São reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como áreas territoriais livres de febre aftosa com vacinação as compreendidas pelos Estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Rio Grande do Sul, Rondônia e pelo Distrito Federal, além de parte do território do Estado do Pará e os Municípios de Boca do Acre e Guajará, no Amazonas. O território do Estado de Santa Catarina é reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação.

Em 2011 o Brasil obteve junto à OIE a recuperação da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação para a região denominada Zona de Alta Vigilância – ZAV, na faixa de fronteira internacional do Estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e Bolívia. Também foram reconhecidas como zonas livres de febre aftosa com vacinação as regiões classificadas como zonas de proteção dos Estados da Bahia, Tocantins e Rondônia, com ampliação da zona livre a partes dos Municípios de Canutama e Lábrea, no Estado do Amazonas.

A zona livre da doença no Brasil ultrapassa 5 milhões de quilômetros quadrados, com uma população de 182 milhões de bovinos e 30 milhões de suínos.

Na área ainda não reconhecida oficialmente como livre da febre aftosa, os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará são classificados nacionalmente como de risco médio, reunindo condições básicas para buscar o reconhecimento de zona livre da doença.

Foi registrada ocorrência de foco de febre aftosa no Paraguai, em meados de setembro de 2011, colocando em estado de alerta sanitário todo o serviço veterinário oficial brasileiro, em especial dos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em face do grande risco representado pela proximidade do local da ocorrência com as nossas fronteiras, o Governo adotou todas as medidas necessárias à proteção do rebanho nacional.

Foram intensificadas as fiscalizações na fronteira do Brasil com o Paraguai e as ações de vigilância veterinária internas. Essas ações envolveram recursos humanos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), dos serviços veterinários dos quatro Estados, forças policiais federais e estaduais, além do Exército Brasileiro. O número de fiscais nos postos de fronteira e de equipes volantes de fiscalização foi reforçado e as importações de animais vivos suscetíveis à febre aftosa e de seus produtos originários do Paraguai foram suspensas temporariamente.

No início de dezembro de 2011 foi autorizada a reabertura da importação de carne bovina maturada e desossada do Paraguai, de plantas previamente habilitadas para exportação ao Brasil, mantendo-se a restrição à entrada de animais suscetíveis à febre aftosa. Não há registro da ocorrência da febre aftosa no território brasileiro, o qual mantém o status anterior ao episódio notificado no país vizinho.

Em 2012 serão intensificadas as ações para ampliação da zona livre de febre aftosa aos Estados do Norte e Nordeste, e também as ações para o fortalecimento e capacitação dos serviços veterinários, visando garantir a evolução da condição sanitária da zona livre de febre aftosa e a expansão da zona livre sem vacinação. Atenção especial deverá ser dada à proteção das fronteiras internacionais, buscando a definição de estratégias eficazes e duradouras que garantam a sanidade animal dos nossos rebanhos frente aos desafios existentes no continente.





- **Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCEBT)**

Com o objetivo de reduzir a prevalência dessas doenças, o Programa foi intensificado com a certificação oficial de propriedades livres. O número de propriedades certificadas evoluiu de 128, em 2010, para 300 certificadas como livres de brucelose e tuberculose, em 2011, e cerca de 3 mil estavam em processo de certificação. Houve aumento da cobertura vacinal de fêmeas bovinas e bubalinas contra brucelose, com envolvimento de cerca de 10 mil médicos veterinários capacitados pelo Programa.

Adicionalmente, estudos vêm sendo realizados para maior conhecimento da prevalência da brucelose e da tuberculose bovina nos rebanhos bovinos e bubalinos de todas as unidades da Federação e a fim de serem especificadas estratégias adaptadas à realidade de cada unidade federativa.

- **Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis**

O Brasil é livre da encefalopatia espongiforme bovina (EEB) – conhecida como “doença da vaca louca” –, zoonose de grande impacto no comércio internacional de produtos bovinos. As medidas de mitigação de risco adotadas no País visam impedir a propagação da doença na eventualidade de sua ocorrência. Foi elaborado e enviado, em outubro de 2011, à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) um extenso relatório solicitando a recategorização do Brasil como país de risco insignificante para a EEB. O Brasil é considerado hoje como de “risco controlado” e a nova categorização terá reflexos positivos nas exportações brasileiras.

- **Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica**

Foram reforçadas as ações de vigilância sanitária na zona livre de peste suína clássica (PSC), com a realização de inquéritos soroepidemiológicos em criatórios de suínos (subsistência) e monitoramentos sorológicos em granjas comerciais. A zona livre abrange 15 unidades da Federação, correspondendo a 50% do território nacional, com 87% das matrizes alojadas e 93% das indústrias frigoríficas de suínos sem registro de casos da doença desde 1998. Foi realizado o inquérito soroepidemiológico para PSC no Estado do Acre, com vistas a sua inclusão na zona livre de PSC. Estão previstas ações de aprimoramento do sistema de atenção à sanidade dos suínos nas áreas não livres da doença, visando ao controle e à erradicação da doença no País.

- **Programa Nacional de Sanidade Avícola**

Foi elaborado e apresentado à OIE um projeto de norma para a compartimentação na avicultura industrial brasileira visando à prevenção da doença de *Newcastle* e da *influenza* aviária. A aplicação e reconhecimento da norma por aquela Organização, na área da avicultura, será um importante instrumento de gestão de doenças e facilitará o comércio de aves e produtos avícolas.

- **Normativos para importação temporária de equinos**

Foram padronizados os requisitos sanitários para a importação temporária de equinos e de produtos de uso veterinário e alimentação animal, quando da realização dos Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar em 2011, no Rio de Janeiro. Idênticos requisitos deverão ser utilizados quando da recepção dos equinos nos Jogos Olímpicos de 2016.

c.2) Sanidade Vegetal

Dentre as ações, na área da sanidade vegetal, que têm por objetivo proteger a produção agrícola nacional e assegurar a manutenção e ampliação das exportações da agricultura brasileira, sobressaem-se:





- **Mosca da carambola:** Foi editada a Instrução Normativa nº 09, de 2011, que considerou o Estado de Roraima como área de emergência fitossanitária para implementação do plano de supressão e erradicação da praga denominada *Bactrocera carambolae*, devendo ser executadas medidas para conter a disseminação do inseto, tais como a proibição do trânsito de frutas frescas de espécies hospedeiras, do Município atingido e de áreas próximas para outras regiões do Estado, e de Roraima para outras unidades da Federação sem ocorrência da praga. No território do Estado do Amapá, considerado com a presença da praga, as ações foram segmentadas em medidas de contenção no extremo norte do Estado, erradicação no sul e pós-erradicação no Vale do Jari. Em Roraima estão sendo realizados três planos emergenciais, localizados em Normandia, Uiramutã e Vila do Mutum. Em Almeirim, no Pará, também está sendo implantado o Plano Emergencial para erradicação da praga. Mesmo com bons resultados faz-se necessária a continuidade das ações supracitadas de controle, erradicação e monitoramento em 2012.
- **Cancro cítrico:** Finalizada a proposta de atualização da legislação federal relativa ao cancro cítrico, que inclui os critérios e procedimentos para adoção do Sistema de Mitigação de Risco (SMR) e para o estabelecimento de Áreas Livres da praga, além da oficialização das Áreas sob Erradicação ou Supressão e da caracterização e manutenção da condição fitossanitária de praga. A proposta será analisada e encaminhada à Coordenação Geral da Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (Canec) e posteriormente ao setor produtivo, por intermédio da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura, com vistas à consolidação da proposta final a ser publicada no ano de 2012.
- **HLB (ex-Greening):** Praga restrita aos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A atual legislação determina que o produtor efetue inspeções regulares, elimine plantas sintomáticas e encaminhe ao Serviço de Defesa Agropecuária do Estado os relatórios com os resultados de suas ações. A não entrega dos referidos relatórios implicará automática inspeção pelos órgãos de sanidade. Tal medida concorreu para que mais de 90% dos produtores aderissem às ações de controle da praga. Para o ano de 2012, está planejada a continuidade das ações de controle oficial da praga visando a sua contenção.
- **Lagarta da macieira:** ações nas áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul permitiram a quase eliminação da "*Cydia pomonella*" no País. As ações de monitoramento da praga e de erradicação de plantas hospedeiras têm sido realizadas nas zonas urbanas dos Municípios de Bom Jesus, Vacaria, Caxias do Sul e Lages. Na Safra 2010/2011 foram detectados seis insetos. Na safra 2011/2012 será dada continuidade a essas ações.
- **Sigatoka negra:** manutenção do sistema de manejo de risco e áreas livres, propiciando o acesso de vinte Estados ao mercado interno e externo da banana. Atualmente treze Estados mantêm a condição de áreas livres em todo o seu território. Em 2012 serão estabelecidos procedimentos para revisão do status fitossanitário das regiões onde não mais ocorrem detecções da praga.
- **Mosca das cucurbitáceas:** no ano de 2011 foram cumpridas as metas referentes às auditorias necessárias para a manutenção das áreas livres e do sistema de Mitigação de Risco, no que diz respeito aos procedimentos de monitoramento da praga, cadastramento de produtores, rastreabilidade e controles. Foram mantidas as áreas livres nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e o sistema de mitigação de risco da praga nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitando a exportação de cucurbitáceas (melancias e melões) para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Para 2012 a perspectiva é de continuidade das ações de monitoramento. Ademais, encontra-se em vias de aprovação o sistema de mitigação de risco no Município de Santa Isabel do Ivaí (PR).
- **Mofa azul do Tabaco:** foi finalizado em 2011 o protocolo de exportação para a China, que identificou, caracterizou e chancelou junto ao governo chinês as áreas livres, conforme a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais - CIPV/FAO. Essa ação assegura a exportação de tabaco para a China consolidando as áreas exportadoras do Paraná, Santa





Catarina e Rio Grande do Sul e também o reconhecimento dos Estados de Alagoas e Bahia como áreas livres. Em 2012 deverá ser publicada Instrução Normativa para padronizar os procedimentos de mitigação de risco para Mofo Azul do Tabaco, a serem adotados pelos Estados exportadores com presença da praga, que poderão sofrer sanções ou suspensão de exportações pelo não reconhecimento como áreas livres da praga.

c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários

A inspeção de produtos de origem animal manteve como atuação prioritária as ações de combate à fraude em carne de aves, pescado e leite. Foram realizadas 1.580 supervisões em estabelecimentos com a coleta de 38.419 amostras para análises laboratoriais, das quais 94% apresentaram índice de conformidade adequada.

Em 2012 haverá incremento das ações de combate e eliminação à clandestinidade de produtos de origem animal e ações de incentivo à adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Está ainda prevista a conclusão da modernização do Sistema de Informações Gerenciais do SIF- SIGSIF na Plataforma de Gestão Agropecuária.

A inspeção de produtos de origem vegetal enfatizou o desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle. O índice de conformidade alcançou 69%, o que corresponde a 91% da meta proposta no Plano Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No setor de bebidas e vinhos, as ações tiveram como foco a inspeção e fiscalização do processo produtivo, com vistas à prevenção e detecção de fraudes econômicas e de não conformidades, em colaboração com os órgãos de defesa do consumidor e de saúde.

Os insumos agrícolas (sementes e mudas, fertilizantes, inoculantes, corretivos e agrotóxicos) são indispensáveis à produção agropecuária, constituindo-se nos principais responsáveis pelos contínuos aumentos da produtividade de culturas e de pastagens. Nesse contexto, a vigilância permanente do poder público sobre a qualidade desses insumos, através de ações contínuas de fiscalização sobre a produção, importação e comercialização reveste-se de fundamental importância para a agropecuária nacional.

No segmento de insumos pecuários ampliou-se a modernização do processo de trabalho e de todo o sistema de fiscalização, buscando melhorar a qualidade dos produtos colocados à disposição do consumidor – medicamentos e vacinas de uso veterinário, alimentos para animais, sêmen e embriões de animais –, reduzindo a burocracia com a simplificação do registro de algumas categorias de produtos. As parcerias com o setor produtivo resultaram em maior responsabilização do fabricante pela qualidade e regularidade de seus produtos.

A fiscalização teve como meta assegurar a conformidade e a inocuidade dos insumos pecuários disponibilizados no comércio, incluindo aqueles de maior importância, como as vacinas para a execução dos programas nacionais de controle e erradicação de algumas doenças animais – febre aftosa, brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, além de diversas doenças aviárias. Ressalta-se também o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (EEB), além do monitoramento de substâncias cuja presença na cadeia alimentar possa causar riscos à saúde dos animais e do homem e danos ao meio ambiente.

Em 2011, foram efetuadas aproximadamente 2,5 mil fiscalizações nos estabelecimentos produtores que comercializam produtos veterinários, resultando na coleta de 1.141 partidas de vacinas de um total de 12,5 bilhões de vacinas produzidas no País, cujo índice de conformidade alcançou 95,35%. Foram efetuadas 1,1 mil fiscalizações em estabelecimentos fabricantes





de produtos para alimentação animal, com a consequente coleta de 2.176 amostras para fins de análise laboratorial, das quais 90% apresentaram-se conformes.

Em 2012, serão intensificadas as ações de fiscalização nos estabelecimentos fabricantes e comerciais de insumos pecuários, com ênfase nas áreas de alimentação animal e de produtos de uso veterinário. Neste último segmento será priorizado o controle da qualidade dos antiparasitários, das vacinas contra a brucelose bovina e contra as clostridioses.

Deu-se continuidade à expansão do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC/Animal) nos produtos de origem animal de consumo humano, nos estabelecimentos abastecedores do mercado interno controlados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). Em 2011 foram colhidas e analisadas 16.319 amostras dos mencionados produtos, que alcançaram o índice de conformidade da ordem de 99,8%.

Efetuiu-se a ampliação do escopo analítico de antibióticos do programa setorial do leite - PNCRC/Leite; de anticocidianos do programa setorial de ovos de aves - PNCRC/Ovos; e o início do programa setorial para carne de avestruz - PNCRC/Avestruz para o monitoramento da presença de antibióticos em carne.

Está prevista para 2012 a implantação de um projeto piloto do PNCRC/Caprinos e Ovinos, para o monitoramento da presença de resíduos e contaminantes em produtos para consumo humano originário dessas espécies animais, visando garantir a inocuidade.

O incremento do cultivo de produtos com Organismos Geneticamente Modificados (OGM), com destaque para a soja e milho, que representam 70% e 60% da área cultivada, respectivamente, motivou a intensificação das ações de fiscalização e controle, em cumprimento à legislação de biossegurança de OGM, observadas as diretrizes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e do Conselho Nacional de Biossegurança. Essa atuação tem contribuído para a elevação da confiança da sociedade no sistema regulatório vigente, garantindo a disponibilidade de biotecnologia para os agricultores.

c.4) Sistema Laboratorial

As análises fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico executadas pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários são realizadas por laboratórios credenciados e por seis laboratórios oficiais localizados em Campinas (SP), Pedro Leopoldo (MG), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Belém (PA) e Goiânia (GO). A referida Rede de Laboratórios oferece suporte às ações de Estado relacionadas à saúde animal, à sanidade vegetal e à garantia da qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal e dos insumos agrícolas e pecuários.

A demanda por serviços laboratoriais aumenta proporcionalmente com a expansão da produção agropecuária. Em 2011 foram efetuados 31,31 milhões de análises e diagnósticos. Em consequência foram adotadas ações para aumentar a capacidade operacional da rede, implantando métodos com respostas analíticas mais rápidas, precisas e internacionalmente reconhecidas. Os investimentos em laboratórios foram feitos para viabilizar a realização de diagnóstico de doenças animais de maior impacto econômico e para a saúde pública em ambientes biosseguros. Entre as iniciativas de automação de procedimentos em curso, foram concluídos dois módulos do Sistema de Gestão Laboratorial (Sislab) e implantado no Lanagro-MG um piloto do aplicativo *Laboratory Information Management System* (LIMS), que será expandido para os demais Lanagros e integrado ao Sislab.





Houve ainda a obtenção de acreditação junto ao Inmetro, na ISO/IEC 17.025, para vários métodos desenvolvidos nos Lanagros, objetivando manter e aprimorar a qualidade dos serviços prestados nas áreas de diagnóstico e análises laboratoriais.

Em 2012, serão elaborados e acompanhados vários projetos envolvendo o corpo técnico especializado da equipe laboratorial, com o objetivo de fortalecer a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (Lanagros), de forma a atender as demandas por ensaios laboratoriais nas diversas áreas de interesse da defesa agropecuária, com precisão e qualidade internacionalmente reconhecida.

c.5) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) continua sendo a opção para ampliar a abrangência da defesa agropecuária nos Estados e Municípios. O objetivo é ofertar serviços necessários à inclusão de produtores e de empresas no mercado interno e externo em relação à saúde animal, à sanidade vegetal e à idoneidade, inocuidade e qualidade de insumos e produtos agropecuários.

A gestão do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, integrante do Suasa, foi de grande importância devido ao significativo avanço e amadurecimento alcançado, tanto na execução das atividades, quanto na atualização da legislação aplicada. Quatro Estados – Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul – tiveram aprovada a sua adesão ao Sistema. O Distrito Federal e outros nove Estados – Ceará, Alagoas, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte – estão em processo de adesão, e os Estados do Espírito Santo, Tocantins e Acre já solicitaram auditoria prévia para adesão ao Sistema.

Em 2012, serão desenvolvidas ações com objetivo de estruturar a unidade central do Suasa; consolidar a estruturação e abrangência nacional do Sistema por meio da adesão de Estados e Municípios; produzir o marco legal do Suasa, corrigindo imperfeições dos normativos vigentes e adequando-os à realidade de mercado; produzir o material técnico de uso continuado pelos agentes de defesa; promover a requalificação do pessoal do Sistema; desenvolver modelos e ampliar a supervisão, a auditoria e o gerenciamento do Sistema.

d) Fomento e Organização da Produção

Os sistemas de produção agropecuária sustentáveis continuam sendo priorizados pelo Governo, com ênfase no fomento, disseminação e expansão dos sistemas integrados de produção agropecuária (Integração Lavoura-Pecuária-Florestas, Plantio de Florestas Comerciais) e na recuperação das áreas degradadas.

Em 23 de novembro de 2011, a Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) teve seu marco legal oficializado para todas as cadeias agropecuárias com a publicação dos requisitos de avaliação da conformidade pelo Inmetro e da instalação dos colegiados necessários à publicação de Normas Técnicas Específicas (NTE). Trata-se de uma certificação oficial voluntária que garante a produção de alimentos e demais produtos agropecuários em conformidade com práticas sustentáveis de produção e consequentemente mais saudáveis para o consumo, garantindo ainda menor impacto ambiental e a valorização da mão de obra rural.

Em 2011, estavam em vigor 16 NTE para 20 espécies frutíferas e outras 11 em processo de validação (feijão, café, tomate, anonáceas, arroz, tabaco, flores, batata, soja, trigo e amendoim). No setor pecuário a produção integrada também teve avanços consideráveis, com a formalização das Comissões, das Cadeias Pecuárias e de Leite, e com a publicação do Regulamento de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada pelo Inmetro, que permite a certificação voluntária da produção.





Considerando a importância do programa de produção integrada para a agricultura brasileira, em 2012, serão realizadas, entre outras iniciativas, ações de capacitação de produtores, técnicos e trabalhadores rurais, bem como campanha de marketing do Programa nos mercados internacionais.

As atividades governamentais voltadas à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, conforme definidas na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e nos Decretos nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, e nº 6.913, de 23 julho de 2009, tiveram continuidade em 2011, com a implementação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e de controle social em venda direta, além da divulgação, orientação e capacitação junto a entidades e agentes atuantes na rede de produção orgânica.

Em 2011, houve o credenciamento de seis certificadoras para fazer a avaliação da conformidade orgânica, que possuem 11.984 unidades de produção controladas; quatro Sistemas Participativos de Garantia, com 1.108 unidades de produção controladas e 74 Organismos de Controle Social, com 1.279 unidades de produção controladas, perfazendo um total de 14.371 unidades de produção controladas.

Também foram reconhecidas 172 novas variedades de plantas, totalizando 1.837 cultivares protegidas por direito de propriedade intelectual no País. O sistema confere segurança aos investimentos públicos e privados em melhoramento vegetal, cujo crescimento reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvopastoril. O número de espécies abrangidas pelo regime de proteção foi ampliado de 121 para 135.

O Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Programa ABC, está sendo implementado mediante o estabelecimento de Grupos Gestores Estaduais (GGE), em 12 unidades federativas prioritárias, quais sejam: Pará, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. O objetivo é dar cumprimento às metas estabelecidas no contexto da redução de gases de efeito estufa e das diretrizes da Política Nacional sobre as Mudanças Climáticas. Esses grupos gestores e as iniciativas do Governo têm permitido o desenvolvimento, a expansão e a adoção dos sistemas sustentáveis de produção agropecuária – tais como: sistema plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta e recuperação de pastagens degradadas, sobretudo com a implantação de unidades demonstrativas, ou de referências tecnológicas, e atividades de capacitação que atenderam 2.724 técnicos e produtores rurais. Também foram realizados seminários de sensibilização nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Tocantins com o objetivo de conscientizar e motivar técnicos, gestores e sociedade civil para a importância do Plano ABC, sua execução em nível estadual, o monitoramento e a avaliação das iniciativas e ações que compõem o referido Plano. Em continuidade à estratégia de implantação do Plano ABC foram realizadas oficinas de trabalho para construção de Planos Estaduais, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Paraná.

Até 2011, o Governo apoiou a organização de 32 cadeias de valor, preparando-as para uso de signos distintivos de qualidade vinculada à sua região de origem, seja por questões ambientais e/ou saber-fazer, em especial pelo uso de indicações geográficas e marcas coletivas. Realizou um diagnóstico dos produtos da sociobiodiversidade que apresentam potencial para uso de signos distintivos, com a análise de 30 produtos do segmento que incluem atividades de povos e comunidades tradicionais, dentre eles, indígenas, quilombolas, agricultores familiares etc. Em 2012, a atuação governamental será ampliada para 102 cadeias de produtos agropecuários, localizadas em 668 Municípios.

A distribuição de sementes implementada por meio de termos de cooperação entre diversos órgãos do Governo é uma importante ação do Programa Brasil Sem Miséria, integrando a estratégia de inclusão produtiva rural para agricultura familiar





e comunidades tradicionais extremamente pobres. No ano safra 2011/2012 serão produzidos e distribuídos diretamente às famílias localizadas no semiárido, 1.037 toneladas de sementes de milho; 516 toneladas de sementes de feijão-caupi e feijão comum, além de 93 mil kits de sementes de nove espécies de hortaliças. Juntamente com as sementes, as famílias integrantes dos territórios da cidadania estão recebendo cartilhas com informações técnicas detalhadas para o manejo do cultivo, complementando os informes técnicos em rádios locais.

Na área de cooperativismo, o Governo promoveu a integração de cadeias produtivas do agronegócio, mediante incentivo à formação de consórcios, para harmonizar a produção, a indústria e o comércio: frutas em Pernambuco e norte de Minas Gerais; sucos de frutas em Alagoas, Bahia e Pernambuco; açaí no Amapá; castanhas e guaraná no Amazonas; e a suinocultura em São Paulo.

e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio

e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais

O ingresso da Federação Russa na Organização Mundial do Comércio (OMC), aprovada na 8ª Conferência Ministerial da OMC (Genebra, 2011), permitiu o acesso ao mercado russo das carnes bovina, suína e de aves oriundas do Brasil, mediante quotas tarifárias em quantidades que foram consideradas satisfatórias pelo Governo brasileiro e pelo setor privado exportador nacional.

Concernente às negociações referentes à abertura e manutenção de mercados, relacionadas a questões sanitárias e fitossanitárias, destacam-se os avanços obtidos para acesso de produtos brasileiros aos mercados da China, Japão, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, EUA, União Europeia, África do Sul, Malásia e Indonésia, entre outros países. As referidas atividades resultaram na ampliação do acesso a mercados para produtos agropecuários brasileiros, tais como: as carnes bovina, suína e de aves *in natura*, carnes termoprocessadas, produtos lácteos, animais vivos, material genético, mel, gelatina, rações e produtos vegetais.

Fatos relevantes a destacar ainda em 2011 foram: i) a conclusão das negociações para o ingresso da carne suína brasileira no mercado norte-americano; ii) os avanços no sentido de ampliar as exportações de carne bovina *in natura*; e iii) o crescimento e a boa evolução das negociações do Brasil com a China no sentido de incrementar as exportações do agronegócio, em geral.

e.2) Promoção Comercial do Agronegócio

Em 2011 foi mantida a estratégia de promover as exportações brasileiras via diversificação de mercados. Com este objetivo foram realizadas ações comerciais no Japão, China, Estados Unidos, África do Sul, Peru, Holanda, Alemanha, França e Itália.

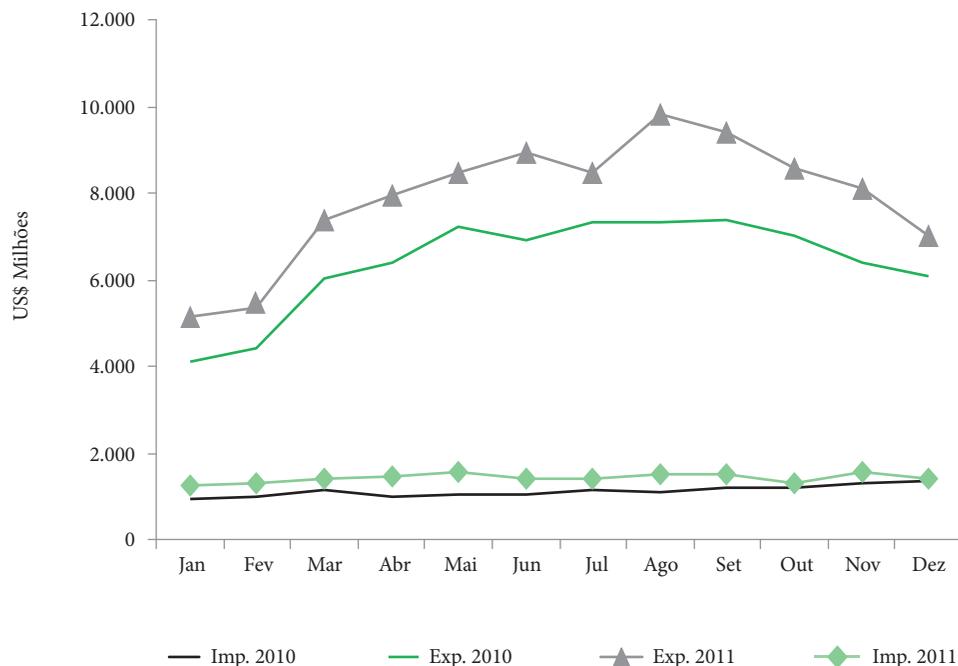
Para 2012, o calendário preliminar de ações de promoção internacional do agronegócio prevê trabalhos nos seguintes mercados: Japão, China, Rússia, África do Sul, Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Turquia e Peru. Mais uma vez, serão priorizadas as ações de imagem que agreguem valor aos produtos brasileiros em mercados de referência como Europa, EUA e Japão.





e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio

Evolução Mensal das Exportações e Importações 2010 e 2011



Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da Secex/MDIC.

Elaboração: Mapa/SRI/DPI.

As exportações do agronegócio cresceram 23,7% entre janeiro e dezembro de 2011, alcançando o montante recorde de US\$ 94,6 bilhões. A expansão do resultado ocorreu, principalmente, em função da elevação dos preços das *commodities*. As importações, por sua vez, alcançaram US\$ 17,1 bilhões, representando um incremento de 27,6%. O superávit da balança comercial do agronegócio alcançou US\$ 77,5 bilhões, superior, portanto, ao superávit total da balança comercial brasileira (US\$ 29,8 bilhões).

As exportações para a China foram incrementadas em 50,0% e alcançaram US\$ 17,5 bilhões, correspondendo a uma participação de 17,5% no total da pauta de exportações. Outros países que ampliaram as compras do agronegócio brasileiro foram: Argélia (+80,7%; US\$ 1,42 bilhão em aquisições); Egito (+42,3%; US\$ 1,91 bilhão); Espanha (+40,7%; US\$ 2,48 bilhões); Japão (+54,7%; US\$ 3,52 bilhões); Hong Kong (+28,1%; US\$ 1,99 bilhão); e Emirados Árabes (+25,0%; US\$ 1,51 bilhão).

Destaca-se, entre janeiro e dezembro de 2011, a participação do bloco asiático como a principal região de destino das exportações, absorvendo aproximadamente um terço do total exportado em produtos do agronegócio. A União Europeia, embora com participação declinante, continuou na segunda posição, com aquisições de 25,1%. Dessa forma, os dois blocos (Ásia e União Europeia) absorveram 57,5% do total exportado pelo Brasil em produtos do agronegócio.

O complexo soja foi o principal setor do segmento, com US\$ 24,1 bilhões, ou 25,5% do valor total exportado, seguido do complexo sucroalcooleiro, com exportações de US\$ 16,2 bilhões (17,1% de participação). Outros setores que também tiveram





participação expressiva foram: carnes (US\$ 15,6 bilhões); produtos florestais (US\$ 9,64 bilhões); e café (US\$ 8,73 bilhões). O conjunto dos cinco setores teve participação de 78,6% no total das exportações.

f) Pesquisa Agropecuária

A pesquisa agropecuária nacional tem obtido e transferido soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do setor, tendo contribuído fortemente para que o Brasil mantivesse sua competitividade na agropecuária. Mas persistem desafios, alguns deles recentes, a serem enfrentados pela pesquisa e desenvolvimento do setor agropecuário nacional. Dentre esses, a necessidade de garantir a segurança alimentar, impactada pela demanda por alimentos em razão do crescimento populacional mundial e do aumento da renda no Brasil, e de desenvolver novas fontes renováveis, eficientes e limpas de energia, com uso racional dos recursos naturais e de alternativas tecnológicas em face das mudanças climáticas.

Em 2011, a carteira de projetos de pesquisa agropecuária brasileira foi composta por cerca de 1,3 mil projetos de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e desenvolvimento institucional, dos quais se destacam:

- **Cultivar de milho BRS Caatingueiro:** apresenta grãos semiduros amarelos e é adaptada especialmente ao semiárido nordestino. Sua principal vantagem é o ciclo superprecoce, o que permite boas colheitas, mesmo em períodos de pouca chuva. Na região mais seca do semiárido, a produtividade varia em torno de duas a três toneladas de grãos por hectare, e eleva-se até a seis toneladas de grãos por hectare em condições mais regulares de precipitação. Por isso, a cultivar é ideal para os pequenos produtores.
- **Cultivar de soja BRSMG 800 A:** um dos diferenciais dessa cultivar de soja é aumentar cerca de 30% o valor proteico. Além disso, possui cor muito semelhante ao feijão carioca, o que permitirá que o consumidor a misture com o feijão, sem interferir no aspecto visual e no sabor.
- **Galinha Poedeira Colonial Embrapa 051:** esta linhagem oferece produção superior às aves coloniais rústicas. Atinge, em condições adequadas de manejo e biossegurança, produção média de 280 a 300 ovos no período de vida útil, compreendido entre 20 e 80 semanas de idade.
- **Frango de Corte Colonial Embrapa 041:** apresenta características coloniais, preservando todas as vantagens do frango de corte comercial, como biossegurança na origem, controle sanitário na produção e qualidade de carne. Alcança idade de abate aos 84 dias, com peso vivo médio de 2,7 kg, em condições normais de criação.
- **Nova variedade de algodão colorido BRS Topázio:** juntamente com as variedades BRS Verde, BRS Rubi e BRS Safira, esta nova variedade se destaca para produção na Região Nordeste. A BRS Topázio apresenta uma fibra de coloração uniforme, macia e resistente. Sua tonalidade marrom claro atende à demanda das pequenas indústrias que trabalham com algodão colorido, já que a maioria das cultivares existentes é de tonalidade marrom escura. Com alto rendimento de fibra, 43,5% em média, em ensaios conduzidos no Nordeste, as características da cultivar Topázio superam as cultivares coloridas existentes, como a BRS Safira, e equiparam-se à cultivar BRS Araripe, de fibra branca, além de possuir rendimento de algodão em caroço superior às duas cultivares.
- **Ações de Pesquisa e Desenvolvimento Integradas à Assistência Técnica e Extensão Rural:** As pesquisas avançadas em genética, biologia molecular e fitopatologia, aliadas a transferências de tecnologia, se traduziram em um aumento de produtividade de 315 kg para 373 kg de cacau por hectare, o que permitiu um incremento de 20,61% na produção nacional.





Em relação à competitividade e sustentabilidade da agricultura pode ser destacado o desenvolvimento de novos métodos e equipamentos, a saber:

- **Analisador de Alimentos e Café (Alic-C):** este aparelho detecta o teor de impurezas no pó de café, torrado e moído em segundos, indicando fraudes e adulterações. É de fácil manejo, não é destrutivo, não necessita de tratamento químico da amostra, proporcionando um trabalho rápido, confiável e limpo.
- **Equipamentos para coleta de embriões em ovinos e caprinos:** os equipamentos integram um circuito e uma sonda que trabalham em conjunto na coleta de embriões pela via transcervical de caprinos e ovinos, o que torna mais eficaz a coleta de embriões, sem necessidade de intervenção cirúrgica, o que ocorre nos métodos tradicionais. Além de promover maior bem-estar, evitando sequelas físicas para os animais, o processo permite o aumento na taxa de recuperação de embriões, além de maior eficiência, controle e segurança na coleta. Os dois equipamentos já estão protegidos por registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).
- **Biorreator para clonagem de mudas:** equipamento desenvolvido e patenteado pela Embrapa capaz de multiplicar mudas de plantas com higiene, segurança e economia. Apresenta muitas vantagens em relação aos métodos tradicionais de produção de mudas, tais como: aceleração do processo de multiplicação de plantas de interesse agrônomico; adaptabilidade a diversas espécies vegetais; uniformização da produção; simplicidade de montagem; geração de produtos isentos de pragas e doenças; e redução do custo total por unidade produzida.
- **Sistema de Tratamento de Efluentes da Suinocultura (Sistrates):** processo que integra várias fases para o tratamento de dejetos da suinocultura e permite obter alto nível de tratamento desses efluentes, tendo como objetivo gerar um produto limpo e livre de poluição. Uma das vantagens deste sistema é ser possível acoplá-lo a uma tecnologia bastante difundida no Brasil na área de tratamento de dejetos, que é o biodigestor. Além do controle da poluição do ar, do solo e da água, o Sistrates pode possibilitar o reúso da água na granja ou na piscicultura ou lançamento do efluente nos corpos d'água.

No âmbito do programa de fortalecimento e crescimento da Embrapa, houve a conclusão da construção das instalações definitivas da Embrapa Agrossilvopastoril, em Sinop (MT), e da Embrapa Agroenergia, em Brasília (DF). Estão em ritmo acelerado as obras da Embrapa Pesca e Aquicultura, em Palmas (TO), e da Embrapa Cocais em São Luís (MA). Os investimentos em gestão ambiental e boas práticas laboratoriais em todas as demais unidades de pesquisa têm contribuído para a consolidação de processos internos ambientalmente sustentáveis. Esses resultados atendem à instituição e também exercem influência sobre as tecnologias geradas, com impacto positivo nas cadeias produtivas.

Foram fortalecidas as equipes no exterior e expandida a presença internacional da Embrapa, com ênfase no:

- **Fortalecimento de vínculos com os países do eixo Sul-Sul:** o Governo, no âmbito da pesquisa agropecuária, atuou em 44 países, sendo 17 na África, 24 na América Latina e Caribe, um no Oriente Médio e dois na Ásia, por intermédio de 61 projetos. Realizou também 15 missões de prospecção de projetos, além de atividades de capacitação, transferência de tecnologia e troca de conhecimentos, fortalecendo vínculos com os países do eixo Sul-Sul.
- **Cooperação científica:** inauguração de novo laboratório virtual no exterior, Labex China, que tem como foco as áreas de recursos e melhoramentos genéticos, biocombustíveis e agroenergia, processamento de alimentos, produção animal, agroecologia e pastagens.





- **Estabelecimento do Labex invertido.** Neste modelo, atores das instituições parceiras, dos diversos países em que a Embrapa atua, vêm ao Brasil. Atualmente, participam do Labex Invertido: um pesquisador da Coreia do Sul (RDA), dois dos Estados Unidos (ARS e Forest Service) e um do Reino Unido (*Rothamstead*). Esta é uma grande realização, especialmente com relação aos americanos, que aguardavam permissão do *United States Department of Agriculture* (USDA) desde a instituição do intercâmbio, em 1998.

Ainda em 2011, com o objetivo de subsidiar a atuação da pesquisa governamental na Amazônia Legal (que inclui os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão), foi desenvolvido um estudo que extraiu temas estratégicos que condicionarão as chamadas de projetos para a região. Alguns dos temas indicados são: cana, carnes (aves, suínos, bovinos), alimentos da cesta básica (arroz, feijão, milho, mandioca, leite), soja, produtos da agricultura familiar, culturas agroindustriais (dendê, fruteiras, cacau), florestas plantadas, aquicultura e pesca, produtos da biodiversidade, produtos das comunidades tradicionais, conservação e uso sustentável de florestas.

Em 2012, além da ampliação da carteira de projetos de pesquisa agropecuária, voltados à geração e transferência de tecnologias para o setor, serão continuadas as ações de internacionalização da pesquisa, por meio dos Labex e projetos de cooperação, para consolidar e fortalecer os vínculos e o apoio técnico multilateral com diversos países.

Destaca-se, também para 2012, o início da construção e aparelhamento da Embrapa Quarentena Vegetal, que será voltada à quarentena de material genético vegetal que entra no Brasil para fins de pesquisa, contribuindo para o fortalecimento do sistema de intercâmbio de germoplasma e da análise das sementes e materiais vegetais introduzidos no País.

g) Agroenergia

O setor sucroenergético é composto de 420 usinas, que em 2011 produziram 23,7 bilhões de litros de etanol e 37 milhões de toneladas de açúcar. Foi mantida a política de estocagem de etanol, como instrumento de regulação de mercado para evitar oscilações bruscas nos preços aos consumidores, envolvendo R\$ 2,4 bilhões.

Além dos produtos tradicionais – açúcar e etanol –, a energia elétrica produzida com o aproveitamento do bagaço vem se tornando mais um produto do setor. A atual capacidade instalada é de 5,4 GWh, o que representa um crescimento de 21% em relação a 2010, conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A produção de biodiesel continuou ascendente, alcançando 2,66 bilhões de litros, o que representa 12,9% de acréscimo em relação a 2010. Por se tratar de produto oriundo de biomassa, tem contribuído para reduzir a poluição ambiental – sobretudo nos grandes centros metropolitanos – e estimulado o desenvolvimento rural, a diversificação da produção e a geração de emprego e renda para pequenos agricultores.

A base produtiva agrícola do segmento do biodiesel teve importantes avanços em 2011, com a implementação de um conjunto de ações de difusão do conhecimento e de tecnologia na produção de oleaginosas. São exemplos desses avanços:

- Desenvolvimento pela Embrapa Agroenergia da cultivar de dendê BRS Manicoré, que é resistente à doença “Amarelecimento Fatal (AF)”, que está presente no Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Suriname e tem causado perdas drásticas, resultando até na impossibilidade de renovação dos plantios. Devido ao potencial na produção de óleo, geração de empregos e renda, a Manicoré é uma das melhores opções para o desenvolvimento sustentável da agricultura na Amazônia Legal. Os dendezais contribuem para a fixação de carbono e auxiliam na recuperação de áreas degradadas,





além de concorrerem para a proteção do solo devido ao seu caráter perene. A produtividade média é de cinco toneladas de óleo por hectare/ano, tornando-se uma cultura com excelente potencial de produção de biodiesel;

- Desenvolvimento das variedades de mamona BRS Nordestina e BRS Paraguassu, cujas sementes são produzidas pela Embrapa e distribuídas pela Petrobras Biocombustível aos agricultores familiares do Nordeste, objetivando ampliar o programa de biodiesel na região;
- Qualificação, pela Embrapa Amazônia Oriental, de 40 extensionistas na prestação de assistência técnica aos produtores de palma de óleo (Dendê) na região amazônica.

Em 2012, será proposto aos membros do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (Cima) um Plano de retomada do crescimento da produção de cana-de-açúcar, com vista ao atendimento dos compromissos assumidos nas discussões da Convenção do Clima, com metas factíveis de implementação até 2015. Também serão realizados diversos eventos e simpósios, tais como V Congresso Brasileiro de Mamona, II Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas e I Fórum Capixaba de Pinhão-Manso, entre outros, no decorrer de 2012.

3. Turismo

Um dos principais indicadores do crescimento da atividade do turismo verificada nos últimos anos no País é a evolução no número de desembarques nacionais de passageiros. De janeiro a novembro, os desembarques de passageiros em voos domésticos apresentaram crescimento de 16% (71,77 milhões) em relação ao registrado no mesmo período de 2010, quando totalizaram 61,76 milhões. O desempenho de todos os meses de 2011 foi melhor do que o de 2010. Em julho, foram 7,42 milhões de desembarques, recorde mensal da série histórica, representando um aumento de 22,05% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Os desembarques internacionais no País também apresentaram aumento recorde em 2011. De janeiro a novembro, a movimentação alcançou 8,26 milhões, número 15% superior aos 7,21 milhões de desembarques verificados no mesmo período de 2010. Em janeiro, o número de desembarques foi de 868.640, representando crescimento de 14,6% em relação ao mesmo período de 2010.

De acordo com dados divulgados pelo Banco Central, de janeiro a novembro de 2011 foi registrada a entrada de US\$ 6,103 bilhões em divisas turísticas no Brasil. O valor é 15% superior ao obtido no mesmo período de 2010. Já em março, com o ingresso de US\$ 630 milhões, o montante foi 3,8% superior ao melhor índice de 2010, registrado em dezembro. Os números são inéditos desde 2003, ano em que o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) passou a cuidar exclusivamente da promoção turística do Brasil no exterior.

Espera-se que, nos próximos cinco anos, o número de chegadas de turistas internacionais a países emergentes supere o de países ricos. A projeção é do estudo divulgado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em setembro de 2011, com previsões de panorama para o setor de turismo até 2030. Para o Brasil, um estudo elaborado pelo Conselho Mundial de Viagem e Turismo (*World Travel & Tourism Council* – WTTC) estima que o impacto direto das atividades de turismo (hotéis, agências de viagens, companhias aéreas e serviços de transporte terrestre) deva representar 3,3% do PIB brasileiro em 2011. Esse mesmo estudo prevê que a taxa média anual esperada de crescimento mundial do setor será de 4,8% ao ano até 2021, superior à taxa estimada de crescimento do PIB mundial.





O relatório do WTTC aponta ainda que o turismo no Brasil atrairá investimentos da ordem de R\$ 4,7 bilhões, com crescimento de 6,5% ao ano, atingindo o montante de investimento de R\$ 89,3 bilhões em 2021. Isso significa que do total de investimentos na economia do País, o turismo deverá passar de 5,8%, em 2011, para 6,3%, em 2021. Para o conjunto da economia nacional, quando somadas as atividades que impactam diretamente o turismo, como infraestrutura e outros serviços, a participação do setor no PIB brasileiro deverá ser, em 2011, da ordem de R\$ 356,7 bilhões (9,1% do PIB). A projeção de crescimento anual é de 4,5% ao ano até 2021.

Em 2011 foi elaborado o Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014, estudo-base para o Plano Nacional de Turismo 2012-2015, 3ª edição. O trabalho contou com a parceria das principais entidades e lideranças do turismo nacional e aponta para a consolidação do turismo como produto de consumo do brasileiro, projetando a geração de dois milhões de empregos formais e informais no período compreendido pelo estudo.

Para 2012, espera-se a realização de 204,8 milhões de viagens domésticas e uma receita cambial gerada pelo turismo da ordem de US\$ 7 bilhões.

a) Planejamento, Normatização e Gestão da Política Nacional de Turismo

No âmbito do modelo de gestão compartilhada do turismo brasileiro, foi instalado em 2011 o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, presidido pelo Ministro do Turismo e composto por representantes de 16 Ministérios. Criado pela Lei do Turismo, nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e regulamentado pelo Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010, as atividades do Comitê poderão contar com auxílio de especialistas e profissionais de notório saber, indicados pelos membros do grupo.

Ainda em relação ao planejamento de diretrizes globais para o setor, foi discutida a terceira edição do Plano Nacional de Turismo (PNT). Elaborado em sintonia com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o PNT tem como premissas: ampliar o diálogo com a sociedade, reduzir desigualdades regionais, promover a sustentabilidade, incentivar a inovação e promover a regionalização do turismo. O documento também deverá estabelecer objetivos a serem alcançados nos próximos anos, como: preparar o País para os megaeventos esportivos; incentivar o brasileiro a viajar pelo País; e incrementar a geração de divisas internacionais.

No âmbito do ordenamento normativo, foi formalizada em 2011, pela Portaria MTur nº 100, de 16 de junho de 2011, nova metodologia de classificação hoteleira no País. O novo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) foi elaborado de forma participativa, por meio de ampla parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), com a Sociedade Brasileira de Metrologia (SBM) e com a sociedade civil. A classificação é, reconhecidamente, um instrumento de divulgação de informações claras e objetivas sobre meios de hospedagem – é um importante mecanismo de comunicação com o mercado – e possibilita a concorrência justa entre os meios de hospedagem, auxiliando os turistas em suas escolhas. O Decreto nº 7.500, de 17 de junho de 2011, que regulamenta a Lei do Turismo, preconiza ainda que os tipos e categorias dos empreendimentos de hospedagem terão padrão de classificação oficial estabelecido pelo Ministério do Turismo, conforme critérios regulatórios equânimes e públicos, visando uniformidade nas ações de classificação e fiscalização dos empreendimentos.

Para atender à diversidade da oferta hoteleira nacional, utilizando a consagrada simbologia de estrelas para diferenciar as categorias, o SBClass estabeleceu sete tipos de Meios de Hospedagem: Hotel, *Resort*, Hotel Fazenda, Cama & Café, Hotel Histórico, Pousada e *Flat/Apart*-Hotel.





Complementarmente, foi publicada norma legal que delega aos Estados, por meio das Secretarias Estaduais de Turismo, poderes para cadastrar e fiscalizar os prestadores de serviços turísticos que atuam em suas jurisdições, além de proceder também o acompanhamento dos processos de classificação hoteleira.

Outra edição de norma relevante foi a expedição da Portaria MTur nº 130, de 26 de julho de 2011, que regulamenta o Sistema de Cadastramento de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). Para sete categorias (meios de hospedagem, agências de turismo, transportadores turísticos, organizadores de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo), o cadastro é obrigatório, sendo opcional para os demais. Também foram criadas matrizes de cadastramento para 16 atividades de prestadores de serviços turísticos. Em 2011, foram contabilizados mais de 39 mil prestadores de serviços com cadastro ativo no Cadastur, número 16% superior ao verificado em 2010.

b) Regionalização, Ordenamento e Segmentação Turística

A regionalização do turismo tem como principais objetivos o mapeamento de regiões turísticas brasileiras e a seleção de roteiros e destinos prioritários que apresentem condições para adquirirem padrão de qualidade internacional. Nesse contexto, várias ações tiveram continuidade em 2011: criação ou fortalecimento das instâncias de governança das regiões; inventário da oferta turística; fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos para pequenos empreendedores locais; e capacitação dos gestores locais. As regiões, roteiros e destinos desenvolvidos pelo Programa de Regionalização do Turismo contemplam atualmente 3.635 Municípios em 276 regiões turísticas e anualmente são apresentados no Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil.

O evento Salão do Turismo tem grande destaque para o turismo regional. Em 2011, foi realizada a 6ª Edição, onde foram apresentados novos roteiros turísticos: Observação de Aves (RR); Caminhos de Iracema (CE); Roteiro Costa a Costa (CE); Geopark Araripe (CE); Roteiro Cívico (DF); Roteiro Arquitetônico (DF); Percorrendo as Trilhas do Cerrado Mineiro (MG); Circuito Mantiqueira (SP); Curitiba – Cidade Inovadora e Cataratas do Iguaçu (PR); Roteiro Cultural/Gastronômico – Riquezas de Pernambuco (PE). O evento recebeu um público de 117 mil visitantes, o que significou aumento de 6,5% em relação ao alcançado na edição anterior, representando o maior evento do setor na América Latina.

Ainda no que diz respeito às ações de Regionalização do Turismo e Ordenamento Turístico, em 2011, o Governo Federal selecionou 24 roteiros turísticos para receberem apoio para promoção e comercialização, a partir das projeções de recebimento de turistas durante a Copa de 2014. A iniciativa faz parte do projeto Talentos do Brasil Rural. No total, 55 Municípios de 14 Estados foram contemplados. O objetivo do projeto é apoiar a comercialização de produtos – alimentos e bebidas, decorativos e utilitários – e serviços da agricultura familiar no mercado turístico.

Na Segmentação Turística, destacam-se as realizações dos 3º e 4º Encontros Nacionais das Cidades Históricas e Turísticas, nos quais estiveram presentes 66 Municípios, tendo sido identificadas demandas para o desenvolvimento do turismo nessas localidades. Adicionalmente, foram realizados debates pelo Grupo de Trabalho de Turismo Náutico Nacional, tendo como principais temas: a criação de Resolução Conama sobre o Ordenamento e Licenciamento de Instalações Náuticas; e ações de apoio à Promoção Turística Internacional para destinos que contemplem o Turismo Náutico brasileiro.

Para 2012, as atividades programáticas de Regionalização terão continuidade como parte do processo de gestão compartilhada empregada pelo Governo, entre as quais a realização da 7ª Edição do Salão do Turismo, prevista para o mês de julho.





c) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária (TBC)

Em 2011, as ações de fomento ao desenvolvimento turístico local como estratégia para diversificar a oferta turística e gerar trabalho e renda foram concentradas na promoção de iniciativas que demonstram a integração de produtos turísticos sustentáveis na cadeia produtiva do turismo, objetivando, sobretudo, o fortalecimento do turismo de base comunitária.

A II Mostra de Turismo Sustentável foi realizada no Festival de Turismo das Cataratas, em Foz do Iguaçu. Com um público visitante de 6 mil pessoas, o evento contou com a exposição e comercialização de produtos turísticos desenvolvidos a partir de 18 iniciativas sustentáveis selecionadas na região e no restante do País. A III Mostra de Turismo de Base Comunitária aconteceu na 6ª edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil. Os eventos foram organizados para que mostrassem as possibilidades de diversificação da oferta dos destinos turísticos, possibilitando a geração de emprego e renda para as populações locais.

Na programação para 2012, com base nas diretrizes elaboradas para o apoio a projetos de produção associada ao turismo e ao turismo de base local, a proposta consiste em qualificar e fortalecer uma rede para implantação de projetos desta natureza nos territórios das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, integrada aos 65 destinos indutores do desenvolvimento do turismo no País.

d) Produção Associada ao Turismo

A produção associada ao turismo tem o papel de organizar, implementar e apoiar os planos e atividades voltados ao desenvolvimento da produção artesanal e demais produtos associados ao turismo, com ações voltadas à qualificação e certificação profissional e à melhoria dos serviços prestados ao turista, de acordo com a Política Nacional de Turismo. Em 2011, os esforços de comercialização dos destinos foram direcionados para a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo, por meio de ações de promoção e desenvolvimento de atividades turísticas.

No 6º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil apoiou-se a participação de cinco destinos em um Encontro de Negócios no âmbito do Projeto Integração da Produção Associada ao Turismo. Nesse contexto, foi elaborado um manual com orientações para desenvolver novas atividades turísticas nesses destinos, a partir da produção local. Os resultados apontam uma expectativa de negócios, nos 12 meses seguintes ao evento, em torno de R\$ 10,8 milhões.

Para 2012, a estratégia é concentrar o apoio a projetos identificados durante o exercício de 2011, cujas iniciativas incentivem a disseminação e aplicação das metodologias voltadas à integração da produção associada à atividade turística.

e) Promoção de Investimentos e Financiamentos para o Turismo

As ações de fomento a projetos turísticos da iniciativa privada se concentraram, em 2011, na execução de políticas de estímulo a investimentos nacionais e internacionais para o desenvolvimento e adequação de linhas de crédito voltadas ao financiamento de turistas e empresas prestadoras de serviços turísticos.

Quanto às ações de fortalecimento do crédito, o Governo, por meio de suas instituições financeiras, promoveu a criação e o aperfeiçoamento de produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos. Até novembro de 2011, os desembolsos dos bancos públicos federais ao setor atingiram R\$ 7,3 bilhões em operações de capital de giro e investimento. O resultado expressa crescimento de cerca de 20% em relação aos financiamentos realizados em igual período do ano anterior (R\$ 6 bilhões). A projeção para 2012 sinaliza volume de desembolso da ordem de R\$ 8 bilhões para as atividades produtivas do turismo.





Visto que a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016 representam uma grande vitrine do País no exterior e significam um salto no desenvolvimento do turismo e na infraestrutura urbana, o planejamento para 2012, na área do fomento à iniciativa privada do turismo, mantém o foco na captação de recursos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos do turismo brasileiro. As ações deverão priorizar a ampliação da oferta de financiamento para o setor produtivo e a promoção de investimentos privados em instalações do receptivo turístico, ou seja, hospedagem, alimentação e entretenimento.

f) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo e Fundo Geral de Turismo

O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional) conta com U\$ 337 milhões em contratos assinados entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os Estados de Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. Conta ainda com 23 cartas-consulta aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) em diferentes estágios de preparação.

O Fundo Geral de Turismo (Fungetur) tem por função fomentar a renovação do aparelhamento da infraestrutura turística existente, mediante processos de reforma, modernização e ampliação, dos meios de hospedagens, centros de convenções, parques temáticos, e empreendimentos destinados a feiras, exposições e assemelhados, por intermédio da ampliação do acesso ao crédito às pessoas de direito privado.

De 2007 até 2011 foram formalizadas pelo agente financeiro, Caixa Econômica Federal (Caixa), operações de financiamento da ordem de R\$ 52,8 milhões. Para 2012, espera-se a contratação de projetos da ordem de R\$ 44,5 milhões.

g) Infraestrutura Turística

No exercício de 2011 foram apoiados projetos de infraestrutura turística, envolvendo implantação, melhoria e recuperação da infraestrutura em mais de 1,6 mil destinos turísticos, incluindo-se saneamento básico, pavimentação, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria da acessibilidade, sinalização turística, mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de convenções, de artesanato e de eventos, e centros de informações turísticas. Foram celebrados contratos de repasse para novos projetos de ações estruturantes nos 65 destinos indutores de turismo, como forma de disponibilizar projetos de qualidade para melhoria do atendimento ao turista e visando à implantação de banco de projetos, a ser consolidado nos próximos exercícios.

Também foram realizadas duas reuniões da Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento Turístico, integrante do modelo de governança das ações de preparação do Brasil para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os outros grandes eventos esportivos dos próximos anos, em que ficaram definidos os projetos a serem implementados nas 12 cidades-sede, envolvendo sinalização turística, acessibilidade nos atrativos turísticos e centros de atendimento ao turista.

h) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro

As principais campanhas veiculadas em 2011 foram: Está na Hora de Conhecer o Brasil; Campanha Turismo Sustentável e Infância – com ações realizadas em eventos do *trade* turístico, no Salão do Turismo e no evento do Dia Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e Campanha do 6º Salão do Turismo.

Em relação a eventos, o Governo apoiou o Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, a Feira das Américas (Abav), dentre outros geradores de fluxo turístico. Para 2012, pretende-se realizar a Conferência Nacional do Turismo.





Outra significativa ação de apoio à comercialização do produto turístico brasileiro foi o programa Vai Brasil, que realizou treinamentos para uso da plataforma de comércio eletrônico do projeto em Manaus (AM), Belém (PA), Goiânia (GO) e Brasília (DF). Seu objetivo é mostrar as facilidades da ferramenta para companhias aéreas, agências de viagens, meios de hospedagem, locadoras de veículos, parques, seguradoras de viagem e empresas de transporte rodoviário. A nova plataforma de comércio *on-line* disponibiliza a montagem e reserva de pacotes turísticos de 25 grandes operadoras brasileiras que investiram na ferramenta eletrônica, permitindo a compra de pacotes dinâmicos, por meio dos quais o usuário pode montar seu roteiro de viagem da forma que quiser, ou se preferir, pode optar pelo pacote tradicional. A ferramenta integrada permite que cada elo cadastre seu próprio produto, o que possibilita maior agilidade e assegura tarifa mais adequada.

O plano de ação de publicidade e marketing para 2012 prevê como principais campanhas: i) Megaeventos – voltada para a divulgação das ações do Governo na preparação do Brasil para os Megaeventos esportivos (Copa das Confederações, Copa do Mundo FIFA 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016); ii) Viaja Brasil – voltada para o incentivo ao turismo interno, mantendo e fortalecendo o turismo como produto de consumo de todos os brasileiros; e iii) 7º Salão do Turismo – previsto para ocorrer em julho de 2012.

Outras ações previstas para 2012 são: aplicação de recursos para promoção nos Estados; ações de apoio à comercialização, como os projetos Caravana Brasil Nacional (ações direcionadas a agentes de viagem e operadoras de turismo) e Viaja Mais (inserção social de novos grupos de consumidores do turismo, atendendo segmentos como Melhor Idade, LGBT, Jovem, dentre outros); e apoio à realização de Salões Estaduais de Turismo, bem como a eventos do setor.

i) Qualificação e Certificação em Turismo

As ações de qualificação são essenciais à estruturação da atividade turística e à qualidade dos serviços prestados aos turistas, tornando-se requisito para a elevação da oferta turística nacional e para maior competitividade internacional do País como polo de atração de turistas.

Os programas de qualificação fomentam a oferta de cursos de aperfeiçoamento em diferentes áreas do conhecimento, voltados aos profissionais que integram a cadeia produtiva do turismo. Mediante ações de sensibilização e mobilização de diferentes segmentos sociais no tocante à importância do turismo para o desenvolvimento econômico e social do País, promovem oportunidade de inserção no mercado de trabalho do setor.

A qualificação dos profissionais envolvidos no turismo vem sendo trabalhada de maneira sistêmica, em consonância com os demais programas de estruturação da oferta dos produtos e serviços turísticos apoiados pelo Governo, os quais objetivam o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo (PNT).

A qualificação de profissionais em turismo até 2014 é um compromisso que envolve não somente o setor público, mas também o setor privado. A estimativa é que o Brasil receba, durante o evento da Copa do Mundo FIFA 2014, cerca de 600 mil turistas. Essa visibilidade internacional nos possibilita criar condições para a geração de mais de 1,7 milhão de novos empregos e ocupações, não somente nas cidades-sede dos jogos, mas também nos 65 destinos indutores de turismo no País.

De janeiro a dezembro de 2011 foram qualificadas 338.190 pessoas do setor de turismo e hospitalidade por meio das ações de qualificação. A partir de um estudo elaborado pelo MTur, vislumbrou-se a meta quantitativa de qualificar mais 240 mil pessoas até 2014. O foco principal serão as 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, mas, em um segundo momento, contemplará novas metas para os Municípios no entorno dessas cidades e os 65 destinos turísticos priorizados no âmbito do Plano Nacional de Turismo.





j) Relações Internacionais e Promoção Internacional do Turismo

No âmbito das relações multilaterais, o Brasil foi reeleito, em 13 de outubro, membro do Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo para um mandato de quatro anos, como representante da Comissão da OMT para as Américas.

Em relação às parcerias bilaterais no setor turístico, foi assinada, em outubro de 2011, por ocasião da V Cúpula Brasil - União Europeia, realizada em Bruxelas, a Declaração Conjunta de Intenções entre o Brasil e a União Europeia, com vistas a fortalecer o fluxo de turismo entre a América do Sul e a Europa, por meio de projeto piloto envolvendo cinco países do continente europeu (Espanha, Itália, França, Portugal e Alemanha) e três sul-americanos (Argentina, Brasil e Chile). O projeto em questão visa facilitar a viagem de 50 mil turistas (25 mil em cada direção) por meio de articulação com empresas aéreas, agências de viagens e operadoras de turismo, para o uso da capacidade disponível durante as baixas temporadas da Europa e da América do Sul.

O Governo formalizou o Programa de Turismo de Fronteiras (Frontur), cujo objetivo principal é a ampliação dos fluxos turísticos internacionais entre os países sul-americanos e os Estados fronteiriços, por meio da cooperação dos órgãos dos Governos que atuam nas fronteiras e também do aperfeiçoamento de mecanismos de coleta e sistemas de tratamento de dados estatísticos nos portões fronteiriços.

O Brasil, em 2011, participou de importantes missões oficiais internacionais de turismo: Feira ITB, em Berlim; LII Reunião Especializada em Turismo do Mercosul (RET); IX Reunião de Ministros de Estado de Turismo do Mercosul, no Paraguai; 52ª Reunião da Comissão Regional da OMT para as Américas; XI Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo; 19ª Reunião da Assembleia Geral da OMT, na Coreia do Sul; 3ª Reunião de Ministros de Turismo do G20, na França; X Reunião de Ministros do Turismo do Mercosul (RMTur), no Uruguai, dentre outras.

Segundo estudo elaborado pelo WTTC, a Internet é a principal fonte de informação sobre turismo para 30,9% dos viajantes pesquisados. Por isso, a comunicação do turismo tem-se voltado para as novas mídias e as redes sociais, como mais um canal para a promoção turística do Brasil no exterior. A sistemática de divulgação denominada “boca-a-boca” também continua sendo importante: 28,4% afirmaram consultar a opinião de parentes e amigos na hora de escolher para onde ir. Lazer é o principal motivo de viagem para 46,1% dos entrevistados, enquanto para 23,3%, a motivação está relacionada a negócios, eventos e convenções. Entre os que entram no País por transporte terrestre, 84,3% vêm para descansar e curtir o Brasil.

A expectativa é de que o Brasil mantenha-se pelo 5º ano consecutivo entre os dez principais destinos para a realização de eventos internacionais do mundo, segundo o *ranking* da *International Congress and Convention Association* (ICCA). Com a proximidade dos megaeventos, ampliam-se as expectativas de investimentos. Desde 2003, o número de eventos internacionais no País aumentou em mais de quatro vezes (443%) e a participação do número de cidades que passaram a sediar encontros desse porte mais que dobrou (de 22 para 48 cidades brasileiras, em 2010).

Esses resultados são decorrência da estratégia adotada pelo Plano Aquarela 2020. As ações promocionais são executadas em países prioritários. Como exemplo, tem-se o vídeo promocional da campanha O Brasil te chama - Celebre a vida aqui, exibido antes da animação Rio, da *20th Century Fox*, em 250 salas de cinema em todo o mundo, durante todo o mês de abril de 2011. A expectativa foi plenamente superada, pois cerca de 2,9 milhões de pessoas assistiram à animação. O vídeo foi exibido nos principais mercados emissores da América do Sul (Argentina, Colômbia, Paraguai, Chile e Peru), Europa (Espanha, Itália, Portugal e Holanda) e Estados Unidos.





O vídeo Sons do Brasil faz parte da nova campanha publicitária de promoção turística internacional, composta por filmes, peças gráficas e ações em mídias sociais que convidam o mundo a visitar o País. A campanha aproveita a exposição do Brasil como sede de grandes eventos esportivos mundiais. O trabalho também envolve publicidade em TVs, jornais, revistas e catálogos de operadores turísticos de todo o mundo. Além disso, incluem inúmeras outras iniciativas, tais como ações de relações públicas com a imprensa internacional, Internet e mídias sociais, painéis em aeroportos e *outdoors*, publicações e material promocional sobre as 12 cidades-sede da Copa do Mundo.

k) Grandes Eventos Esportivos

Especificamente para a Copa do Mundo FIFA 2014, a Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento do Turismo tem trabalhado a matriz de responsabilidades do turismo. Em 2011, foram discutidos o orçamento e o cronograma para a realização de obras de infraestrutura turística e outras ações nas 12 cidades-sede, sendo o planejamento dessas ações realizado com base nas demandas apresentadas pelas próprias cidades-sede. Na área de infraestrutura, serão contempladas intervenções para melhorar as condições de acessibilidade aos atrativos turísticos, implantação de sinalização turística e de centros de atendimento ao turista, inclusive no entorno dessas cidades-sede.

No contexto dos preparativos para a Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016, as ações de promoção de investimentos identificaram a existência de 324 projetos em andamento no País, referentes a obras para reforma, ampliação, modernização ou implantação de empreendimentos hoteleiros no território nacional. Os investimentos em curso projetam a inclusão de 55,1 mil novas unidades habitacionais na capacidade hospedeira do País, com previsão de gerar 31,7 mil novos empregos ligados ao turismo. A estimativa é de que os investimentos privados cheguem a R\$ 9,8 bilhões, relativamente aos projetos de meios de hospedagem, previstos para execução e instalação no período de 2011 a 2019. Ademais, no que se refere à atuação dos agentes financeiros federais, esses contrataram 90 operações de crédito em 2011, no montante de R\$ 596,5 milhões, com investimentos totais da ordem de R\$ 876,9 milhões. Tais valores permitirão viabilizar a reforma de 2,5 mil unidades habitacionais e promoverão o acréscimo de 5,85 mil quartos na capacidade hospedeira do País.

4. Trabalho e Emprego

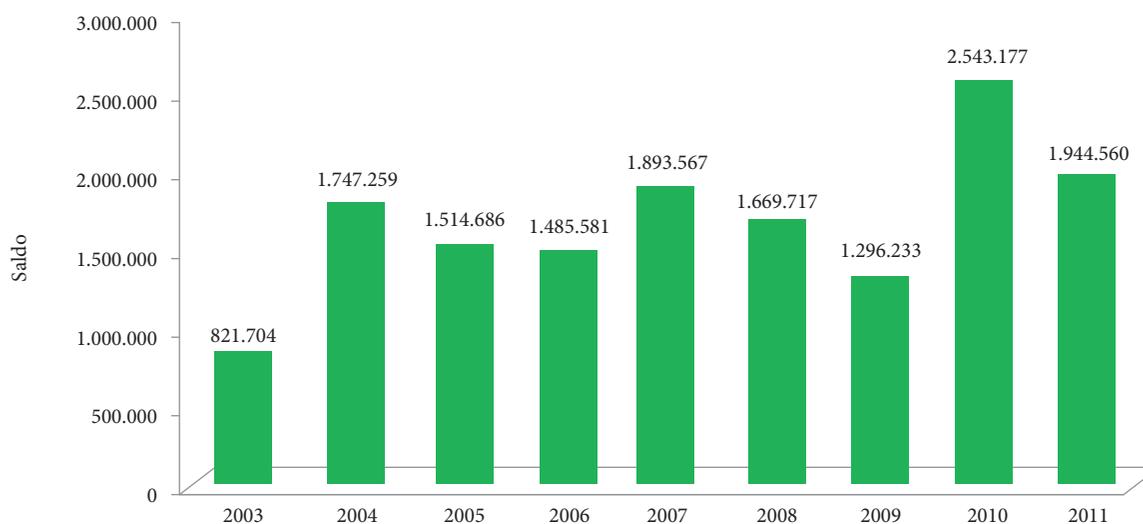
a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal

Em 2011, verificou-se a criação de 1,945 milhão de empregos formais com carteira assinada, o segundo melhor resultado da série histórica do Caged, mantendo o forte dinamismo do mercado de trabalho registrado nos últimos anos. Adicionando-se dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), para 2011 que, espera-se, registrarão em torno de 300 mil novos empregos, 2011 registrará a geração de 2,2 milhões de postos de trabalho. Os dados apontam, contudo, nos últimos meses, sinais de desaceleração em alguns setores de atividade econômica, destacando-se, nesse contexto, o setor da Indústria de Transformação que obteve um desempenho abaixo da média registrada no período de 2003 a 2010. Em contraposição, nesse período, o setor de Serviços continuou evidenciando um comportamento bastante favorável, ao responder por uma geração de empregos acima da média do período.





Evolução dos saldos com ajustes do Emprego Formal celetista nos anos de 2003 a 2011



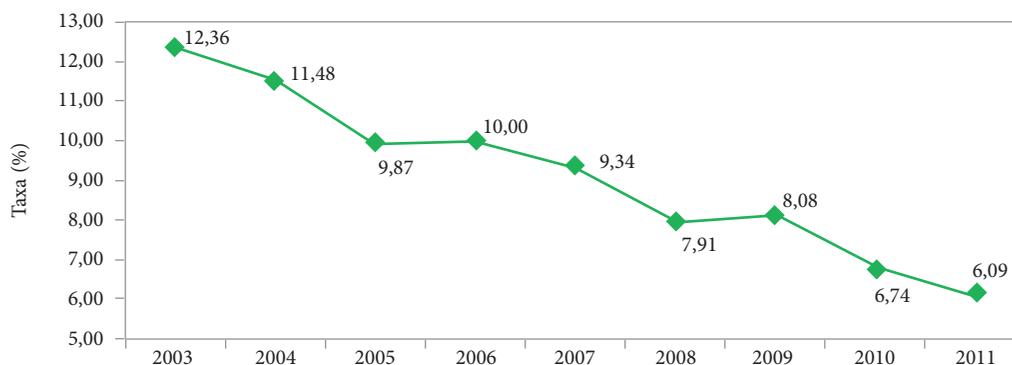
Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)/Ministério do Trabalho e Emprego.

(*) A geração de empregos refere-se às declarações recebidas no prazo, de janeiro a dezembro, acrescidas das declarações recebidas fora do prazo de janeiro a novembro.

De janeiro de 2003 a 2011 foram criados 17,3 milhões de empregos formais tomando como referência os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2003 a 2010, que contabiliza empregados celetistas e servidores públicos federais, estaduais e municipais, somados ao saldo acumulado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 2011.

Os dados oriundos da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do IBGE, referentes a novembro de 2011, mostram que a taxa de desemprego nesse mês foi estimada em 5,2% para o conjunto das seis áreas metropolitanas, constituindo a menor taxa para o mês de novembro da série histórica revista em 2002. Tal comportamento dá continuidade à tendência declinante observada desde 2003, exceto para os anos de 2006 e 2009, quando se observou uma relativa estabilidade.

Evolução da Taxa Média Anual de Desemprego - Total das Áreas Metropolitanas (*) Período: 2003 a 2011 (até nov.)



Fonte: PME/IBGE.

Obs.: (*) Áreas Metropolitanas: Recife (RE), Salvador (SA), Belo Horizonte (BH), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (POA).





b) Valorização do Salário Mínimo

Com a manutenção da política de valorização do salário mínimo até 2015, garantida pela Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, o seu valor passou de R\$ 510,00, em 2010, para R\$ 545,00, em 2011. Para 2012, de acordo com o Decreto nº 7.655, de 23 de dezembro de 2011, o valor para o salário mínimo é de R\$ 622,00, reajuste nominal de 14,13%. A elevação do salário mínimo em 2012 representa, assim, um aumento real de 9,2%, entre março de 2011 e janeiro de 2012.

Associado a outros fatores, o aumento do salário mínimo acima da inflação vem proporcionando uma valorização também nos salários médios praticados na economia, conforme mostram os registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Caged. Com relação aos salários médios reais de admissão captados pelo Caged, observa-se que, em 2011, apresentaram um aumento real de 3% em relação ao mesmo período de 2010, evoluindo de R\$ 888,89 para R\$ 916,63.

Os resultados consolidam um processo de fortalecimento que vem se apresentando ao longo dos últimos anos e que tem garantido um aumento do poder de compra das pessoas com menor poder aquisitivo, contribuindo para o dinamismo do mercado interno, para a geração de novos postos de trabalho e para a redução da desigualdade.

c) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda

De forma a estimular a geração de emprego e renda, merece destaque o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger). Financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e operado pelos bancos oficiais federais, segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), o programa em 2011 teve como prioridade disponibilizar recursos para linhas de crédito voltadas a micro e pequenos empreendimentos.

Para o ano de 2011, o Codefat autorizou a alocação de recursos no montante de até R\$ 3,5 bilhões que foram aplicados no decorrer do período conforme a distribuição a seguir, que inclui ainda a utilização de R\$ 5 bilhões referentes a recursos alocados em anos anteriores nos bancos.

Avaliação externa realizada no Programa, nos anos de 2009 e 2011, constatou que o crédito impactou na contratação de 6,7 empregados em média, em cada empreendimento, e que o Proger teve influência positiva, promovendo a redução do trabalho informal, além de ter contribuído para a democratização do crédito, com taxas de juros inferiores àquelas praticadas pelo mercado de crédito brasileiro.

A gestão dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao mesmo tempo em que tem assegurado solidez e equilíbrio econômico-financeiro ao Fundo, tem assegurado cumprimento de sua missão social. Foram destaques em 2011:

- Aumento expressivo da arrecadação das contribuições do FGTS, representando um acréscimo de 4,75% sobre o recorde verificado em 2010;
- Reajuste dos valores de avaliação de imóveis e renda familiar bruta mensal para fins de enquadramento nos programas habitacionais, em especial no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); e
- Recorde de disponibilização de recursos do FGTS para aplicação por meio de operações de crédito tradicionais, conforme se pode constatar no quadro a seguir:



**FGTS - Orçamento Alocado em 2011 (R\$ mil)**

| ÁREA | VALOR |
|---|-------------------|
| Financiamento Tradicional | 54.740.000 |
| Habitação | 45.940.000 |
| Saneamento | 4.800.000 |
| Infraestrutura Urbana | 4.000.000 |
| Operações de Mercado | 19.220.978 |
| Saldo para Aplicações em Habitação | 5.802.300 |
| Saldo para Aplicações em Saneamento | 2.446.896 |
| Saldo para Aplicações em Infraestrutura Urbana | 3.000.000 |
| FI-FGTS | 7.971.782 |
| TOTAL | 73.960.978 |
| Expectativa de Geração de Empregos em Todas as Áreas (unidades) | 6.457.578 |

Posição em Dez./2011.

Fonte: Caixa Econômica Federal.

O FI-FGTS consolidou-se como um dos mais importantes instrumentos de aplicações de recursos do FGTS em infraestrutura, nos setores de energia, portos, ferrovias, rodovias, hidrovias e saneamento, com desembolsos da ordem de aproximadamente R\$ 17,9 bilhões desde 2008. Considerando as aplicações de recursos, por meio dos financiamentos tradicionais e das operações de mercado, e os saques dos trabalhadores em contas vinculadas, o FGTS injetou na economia do País, em 2011, mais de R\$ 68 bilhões. O montante dos depósitos em contas vinculadas, de R\$ 64,7 bilhões, deduzido do valor dos saques, de R\$ 52,4 bilhões, resultou na arrecadação líquida de R\$ 12,3 bilhões, em 2011.

Para aperfeiçoamento da gestão dos recursos e melhoria dos resultados do Fundo, encontra-se em desenvolvimento processo de planejamento estratégico para a gestão do FGTS, integrado ao modelo de elaboração dos orçamentos anual e plurianual. A meta é que a metodologia a ser adotada pelo Fundo esteja definida em meados de 2012, por meio da qual se pretende associar o planejamento de médio e longo prazos do FGTS às metas e diretrizes das políticas e programas governamentais nas áreas de aplicação dos recursos do Fundo e às ações dos órgãos e entidades responsáveis pela administração rotineira dos recursos do FGTS.

d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores

Os agravos à saúde do trabalhador, além do sofrimento que ocasionam, implicam elevado custo financeiro: estima-se que somente os dispêndios com benefícios, atenção à saúde e aposentadorias por incapacitação totalizem mais de R\$ 55 bilhões anuais. Para enfrentar o problema, foi aprovada pelo Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011, a Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho.

Nesse contexto, foi realizada em 2011 a primeira edição da Bienal da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), na qual foram debatidos os grandes desafios do momento em segurança e saúde do trabalhador. Ademais, buscando novas formas de disseminação de informações técnicas, foram disponibilizados 21 programas na forma de *podcast* na Internet (<http://www.fundacentro.gov.br>), e foram emitidos 422 relatórios técnicos. Ainda em 2011





teve início o primeiro curso de mestrado *stricto-sensu* voltado exclusivamente à segurança e saúde no trabalho no Brasil. Em 2012 serão criados dois Centros Estaduais, um em Goiânia (GO) e outro em Manaus (AM), e dois escritórios, um em João Pessoa (PB) e outro em Macapá (AP).

Em 2011, foi consolidada a nova metodologia da inspeção do trabalho. Por intermédio de 2.902 auditores fiscais do trabalho foram formalizados 480.423 trabalhadores, com a respectiva anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contribuindo, desta forma, para a proteção social dos trabalhadores e o aumento da arrecadação do FGTS e da Previdência Social.

Nessa esteira, foram fiscalizadas 269.253 empresas e, levando-se em conta o atributo FGTS, foram fiscalizadas 162.348 empresas, o que resultou no recolhimento sob ação fiscal do FGTS de R\$ 329,10 milhões, sendo lavradas 16.146 notificações fiscais para recolhimento do FGTS e Contribuição Social, totalizando o valor de aproximadamente R\$ 1,27 bilhão. Neste universo de empresas fiscalizadas no atributo FGTS foram alcançados 17,5 milhões de trabalhadores.

Resultados da Fiscalização do FGTS

| Ano | Nº Empresas Fiscalizadas com FGTS | Nº Trabalhadores Alcançados | Número de Notificações Lavradas | Notificações Lavradas (R\$) | Recolhimento Sob Ação Fiscal (R\$) |
|------|-----------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|
| 2007 | 300.460 | 24.168.697 | 15.696 | 813.355.899,00 | 319.616.588,00 |
| 2008 | 247.896 | 22.328.167 | 13.165 | 924.661.255,00 | 316.192.108,00 |
| 2009 | 224.954 | 24.600.513 | 13.880 | 1.082.030.385,00 | 392.362.713,00 |
| 2010 | 171.243 | 18.106.619 | 11.745 | 843.352.367,00 | 335.949.646,00 |
| 2011 | 162.348 | 17.572.635 | 16.146 | 1.272.842.362,00 | 329.104.262,00 |

Fonte: Sistema Federal da Inspeção do Trabalho (SFIT).

Com o contínuo desenvolvimento de sistemas informatizados que aperfeiçoam a ação fiscalizatória, aliado à programação de capacitação dos auditores fiscais do trabalho, será possível focar as ações fiscais nos estabelecimentos que apresentem maiores indícios de irregularidades em relação aos atributos trabalhistas, notadamente o FGTS, potencializando os resultados em 2012.

O incremento da participação dos jovens no mercado de trabalho por meio do emprego formal pode ocorrer por meios de diversas formas previstas na legislação vigente. A inserção de aprendizes consiste em medida eficaz para o início da carreira do jovem, que se insere no mercado com qualificação, sem prejudicar sua formação educacional. Por meio da fiscalização das empresas obrigadas ao cumprimento da cota legal, o Governo participa de maneira ativa da inserção de aprendizes no mundo do trabalho.

A fiscalização tem-se intensificado ao longo dos anos, e os resultados obtidos estão se expandindo de forma exponencial. Em 2011, 118.164 jovens foram contratados como aprendizes por força da ação da fiscalização trabalhista. Esse resultado significa um acréscimo em torno de 34,54% em relação a 2010, superando em 18,16% a meta para todo o ano de 2011. Para fomentar a inserção de aprendizes no ano de 2012 serão acentuadas as ações fiscais por meio de diversificação dos setores econômicos e aperfeiçoamento das normas e dos sistemas informatizados para melhorar o mapeamento dos empregadores obrigados ao cumprimento da cota prevista no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).





A fiscalização do cumprimento das cotas para pessoas com deficiência, estabelecidas pela Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, é um dos principais instrumentos para a inclusão desse segmento da população no mercado e resultou na contratação, em 2011, de 34.395 trabalhadores com deficiência, número 19,6% superior ao registrado em 2010 (28.752).

Em 2012, será intensificado o projeto de inserção de pessoas com deficiência na condição de aprendiz, que agora conta com a inovação promovida pela Lei nº. 12.470, de 31 de agosto de 2011, a qual permitiu a percepção simultânea dos valores pagos a título de aprendizagem com os valores pagos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Isso irá trazer ao mercado de trabalho uma parcela da população que antes estava totalmente apartada da sociedade.

Em continuidade aos anos anteriores, a auditoria trabalhista priorizou, em 2011, ações que repercutiram na redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador, com foco nas atividades econômicas com maior registro de riscos dessa natureza. Nesse ano, a inspeção trabalhista executou 138.143 ações fiscais relacionadas à segurança e saúde no trabalho e 1.957 análises de acidentes de trabalho graves e fatais.

Foi ampliada a ação dos grupos especializados com foco nas auditorias em obras de infraestrutura e no setor de transporte rodoviário de cargas. Além disso, foi realizada ação simultânea em todos os Estados nas obras preparatórias para a Copa do Mundo FIFA 2014, sistematizando a abordagem da inspeção nesse tipo de empreendimento.

Na área de normatização em segurança e saúde no trabalho, realizou-se a atualização de 16 Normas Regulamentadoras (NR), desde normas gerais, como a NR-3, que estabelece os procedimentos para a realização do embargo e interdição de estabelecimentos e obras, às normas específicas, como a NR-18, afeta ao setor da indústria da construção civil. Foi ainda publicada uma nova norma (NR-34), que estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção à segurança, à saúde e ao meio ambiente de trabalho nas atividades da indústria de construção e reparação naval.

Diversas outras normas estão em construção no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), como a Norma sobre Trabalho em Altura, em fase final, a Norma para o Setor de Frigoríficos e a Norma de Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho.

A redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador permanecerá como prioridade em 2012. A gestão dos projetos de auditoria fiscal será reforçada em setores estratégicos, como análise de acidentes, obras de infraestrutura, transporte rodoviário de cargas e trabalho rural. Os grupos móveis especializados contarão em 2012 com quatro equipes, duplicando o número de ações realizadas em relação a 2011 nas obras de construção de infraestrutura e preparatórias para a Copa do Mundo FIFA 2014, além da criação de um grupo especializado para o trabalho rural.

No tocante à prevenção e erradicação do trabalho infantil, a fiscalização trabalhista manteve a prioridade de suas ações fiscais nas atividades constantes na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, conhecida como Lista TIP, anexa ao Decreto nº. 6.481, de 12 de junho de 2008. A escolha dessa estratégia se deu principalmente em razão dos compromissos internacionais assumidos pelo Governo brasileiro de erradicar as piores formas de trabalho infantil até o ano de 2015 e todas as suas formas até 2020.

Todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) continuaram com a obrigatoriedade de manter um Projeto de Combate ao Trabalho Infantil. Em 2011, a inspeção do trabalho realizou 7.029 fiscalizações, com o afastamento de 10.362 crianças e adolescentes do trabalho. Cumpre ressaltar que todos os indivíduos foram encaminhados à Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente para que os problemas que os levaram à situação irregular de trabalho fossem sanados pelo órgão





competente, como, por exemplo, com a possível inclusão da família em programas de transferência de renda. A cada ano, com a diminuição dos números absolutos de trabalho infantil, a fiscalização trabalhista passa a demandar mais esforços para encontrar uma criança ou adolescente em situação irregular. Contudo, em 2011 o número de afastamentos sofreu um aumento considerável, fruto da nova metodologia implementada pela fiscalização do trabalho em 2010 e consolidada em 2011.

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) aprovou o texto final do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, que foi submetido e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Ainda no âmbito da Conaeti, foi instaurado um grupo de estudos sobre o trabalho infantil e a infância indígena, com a participação de representantes indígenas para discutir o tema e elaborar políticas públicas de atendimento a este público.

Em 2012, a fiscalização continuará priorizando as ações fiscais tanto no setor formal como no informal, particularmente as voltadas para as piores formas de trabalho infantil. A ação será realizada *pari passu* com as políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, o que requer integração entre a auditoria fiscal do trabalho e os agentes públicos responsáveis por essas políticas.

No que se refere ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo, em 2011, foram efetivadas 158 operações de combate à escravidão em 320 estabelecimentos inspecionados, as quais alcançaram 27.246 trabalhadores e resultaram em 1.850 registros realizados e 2.271 trabalhadores resgatados de condições subumanas. Os pagamentos de verbas rescisórias totalizaram R\$ 5,44 milhões. Foram lavrados 4.205 autos de infração e emitidas 2.139 guias do seguro-desemprego do trabalhador resgatado e 339 CTPS.

Imperioso ressaltar que estão incluídos nesses números dados do combate ao trabalho escravo urbano, em especial, decorrentes de cinco operações realizadas no Estado de São Paulo, que possibilitaram o resgate de 135 trabalhadores em indústrias do vestuário e da construção civil.

Com efeito, o desafio que se apresenta para o ano de 2012 é – além de continuar com a política de enfrentamento do trabalho escravo rural e de manter a atualização semestral do Cadastro de Empregadores Infratores – intensificar ações em nível nacional na área urbana contra essa forma brutal de violação dos direitos humanos.

e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

O fomento à democratização das relações de trabalho é uma política essencial à superação dos desafios relacionados às relações de trabalho, especialmente a precarização do contrato de trabalho e a desigualdade de condições para mulheres, negros e pessoas com deficiência.

Relações de trabalho construídas de forma democrática, baseadas no diálogo social, são mais bem ajustadas às necessidades atuais do mercado de trabalho, dos trabalhadores e dos empregadores. Para isso, são promovidas ações de fortalecimento da organização sindical, de promoção do diálogo social, de prevenção e mediação de conflitos e de transparência dos dados relativos às relações de trabalho no País.

No ano de 2011, o Governo atuou fortemente na prevenção de conflitos em grandes obras relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Olímpicos Rio 2016. Muitas dessas obras concentram aspectos que potencializam conflitos, tais como o grande número de trabalhadores afastados de seu Estado de origem e em condições de risco à sua saúde e segurança.





Diante disso, o Governo vem mapeando as obras e intermediando o diálogo para a busca de soluções que evitem danos a quaisquer dos interessados. Com isso, foram alcançados acordos significativos em obras como o Porto de Itapoá, as Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, o Porto de Suape e o Estádio do Maracanã.

Em 2011, foram realizadas 10.070 mediações coletivas, com acordo em quase 82% delas, beneficiando, diretamente, 13,3 milhões de trabalhadores. Para o ano de 2012, será iniciado o desenvolvimento de sistema informatizado para receber os dados do mapeamento das obras, permitindo a realização de consulta, com recortes por tipo e região, e fácil acesso aos dados, viabilizando a agilidade das ações do Governo.

O sistema de acompanhamento e prevenção de conflitos em relações do trabalho virá a integrar o Sistema Integrado de Relações do Trabalho (Sirt). O Sirt é um banco de dados sobre organização sindical, negociações coletivas no setor privado, mercado de trabalho temporário e assistências e homologações da rescisão do contrato de trabalho. É um sistema dinâmico, que permite a verificação das relações de trabalho sob diversos enfoques, tais como categoria, atividade econômica, região e período, sendo, portanto, subsídio para ações de democratização e avanço das relações de trabalho.

Em 2012, serão firmadas parcerias e convênios para aproveitar as informações do Sirt na construção do planejamento de ações e acompanhamento de resultados alcançados, dando a devida publicidade das análises efetuadas, auxiliando no trabalho dos sindicalistas, empresários, trabalhadores e pesquisadores, além da sociedade em geral. Ademais, em 2012 será disponibilizada a funcionalidade do sistema Mediador, que tratará de mediação de conflitos.

A implantação da certificação digital no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) permitirá o encaminhamento eletrônico de documentos para os processos sindicais, trazendo transparência, economicidade e práticas verdes na administração pública.

Em 2011, 26.240 pessoas foram capacitadas em relações de trabalho, um aumento superior a 100% em relação a 2010. A ação de capacitação tem importância no fortalecimento da organização sindical, a partir da disseminação de conhecimentos que instrumentalizam sindicatos, empresas e trabalhadores, de informações que lhes auxiliam no processo de negociação de remuneração, condições de trabalho, benefícios, igualdade e outras conquistas essenciais para a harmonia das relações de trabalho.

Por fim, o Conselho de Relações do Trabalho (CRT), tripartite e paritário, tornou-se um espaço de discussão e proposição de políticas, normativos e procedimentos relacionados às competências do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), permitindo a integração entre trabalhadores, empregadores e Governo nas mudanças necessárias ao sistema trabalhista atual. Importantes discussões, tais como representatividade da organização sindical, atos antissindicais, inclusão social e outras vêm sendo travadas no CRT, em suas câmaras bipartites e grupos de trabalho, na busca de consenso. Em 2012, pretende-se que sejam criados Conselhos Estaduais, nos moldes do CRT, junto às SRTE, para discussões de temas de âmbito estadual.

f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social

O Programa do Seguro-Desemprego, criado pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, é constituído pelas seguintes ações básicas: benefício do seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional. Ações suplementares e necessárias para a operacionalização do Programa também são realizadas com vistas à informação sobre o mercado de trabalho, como os registros administrativos Rais e Caged, à identificação da população – por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) –, além do acompanhamento das comissões estaduais e municipais de emprego. A fonte de recursos do Programa é o FAT.





No intuito de prover assistência temporária ao trabalhador, o benefício do seguro-desemprego é concedido segundo cinco modalidades: trabalhador formal, empregado doméstico, trabalhador resgatado de condição análoga à escravidão, pescador artesanal (durante o período do defeso) e bolsa qualificação (interrupção da atividade de seu empregador).

Foram beneficiados com seguro-desemprego, em 2011 (dados parciais), 6,76 milhões trabalhadores formais, 406 mil pescadores artesanais, 1.755 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão em decorrência de ação de fiscalização e 12 mil empregados domésticos. Ainda, receberam seguro-desemprego na modalidade bolsa qualificação, 5.873 trabalhadores com contratos de trabalho suspensos. Ao todo foram despendidos com o seguro-desemprego, em 2011, mais de R\$ 20 bilhões, cumprindo assim o propósito do Programa de amparar temporária e financeiramente o trabalhador brasileiro.

Vale destacar o empenho no desenvolvimento do novo sistema via *web* Portal MTE Mais Emprego, atualmente implantado em toda a rede de atendimento do MTE, resultando em agilidade e aprimoramento na concessão do benefício do seguro-desemprego e no processo de intermediação de mão de obra. A grande inovação é que qualquer trabalhador, ao dar entrada no requerimento do seguro-desemprego, está automaticamente inscrito no processo de intermediação de emprego do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e, se houver vaga compatível com seu perfil profissional, será convocado a participar do processo de seleção para novo emprego.

Por sua vez, a intermediação de mão de obra e orientação profissional no âmbito do Sine vem aumentando sua rede de atendimento, totalizando 1.492 postos espalhados em todo o território nacional. Como resultado, em 2011 (dados preliminares) foram (re)colocados 681.901 trabalhadores no mercado de trabalho por intermédio da rede de atendimento do Sine. Para 2012, a expectativa é de mais de 1 milhão de colocações em postos de trabalho por meio da rede do Sine.

Com a implantação do Portal MTE Mais Emprego, espera-se uma grande mudança na rotina das ações que precedem a intermediação de mão de obra, pois se passará a contar com um único banco de dados concentrando as vagas por Estados e com a possibilidade de inscrição e reserva de vagas pelos trabalhadores, via Internet.

A CTPS é o documento que retrata a vida profissional e garante acesso aos benefícios assegurados aos trabalhadores. Hoje são emitidas Carteiras de Trabalho do modelo manual e do modelo informatizado, que incorporou vários itens de segurança. Em 2011, foram emitidas 6,64 milhões de CTPS, sendo 2,75 milhões do modelo informatizado e 3,89 milhões do modelo manual. Para 2012, a meta é a emissão de 5,73 milhões de CTPS.

Por seu turno, o Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), na forma de cartão magnético, passa a integrar a CTPS informatizada e tem como objetivos modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo terá maior agilidade na atualização de informações aprimorando a sistemática de pagamento de benefícios.

A iniciativa já está em execução nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Alagoas, além do Distrito Federal. Em 2011, foram emitidos 93.522 CIT. A expectativa é de que, em 2012, o projeto continue em fase de expansão para o restante dos Estados e que se iniciem as discussões sobre a 2ª fase do projeto, que visa à troca de informações entre Caixa Econômica Federal e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre o ciclo de vida do cartão, que vai desde sua solicitação até a entrega na casa do trabalhador.

O Abono Salarial beneficia com o valor de um salário mínimo todos os trabalhadores que no ano base de referência para o início do pagamento atendam aos seguintes critérios: estejam cadastrados no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos; tenham trabalhado com CTPS assinada para empregadores contribuintes do PIS/Pasep ou nomeados em cargo público por pelo menos 30 dias e





tenham percebido, no período trabalhado, média salarial mensal de até dois salários mínimos. Nos últimos anos verifica-se aumento de benefícios pagos em decorrência do aperfeiçoamento do processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício, à melhoria na qualidade da informação e ao crescimento do número de trabalhadores na faixa de até dois salários mínimos. Em 2011, foram pagos 19,1 milhões de benefícios, resultando no dispêndio de R\$ 10,4 bilhões. Para 2012, estima-se atender 21,3 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 13,3 bilhões, já considerando o novo valor para o salário mínimo em 2012.

Também com o intuito de aprimorar as políticas públicas de trabalho e emprego está em andamento projeto para construir um Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) da rede de atendimento do Programa do Seguro-Desemprego, em especial das ações de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sine, de pagamento do seguro-desemprego e de emissão da CTPS.

Mais de 23 mil jovens em 2011 foram beneficiados com ações de qualificação profissional no âmbito da ação Juventude Cidadã, por meio de 24 parcerias com Estados e Municípios, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 50,56 milhões. Para 2012, serão beneficiados 203.039 jovens com a assinatura, já efetuada, de 214 parcerias com 16 Estados e 198 Municípios.

O Governo vem implementando ações visando ao aprimoramento na gestão dos programas de qualificação com a implementação do Sistema Mais Emprego, portal da Internet que integra ações de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e seguro-desemprego; parcerias com instituições para elaboração de conteúdos pedagógicos e materiais didáticos; e criação de catálogo nacional de cursos.

Cumprir ainda a instituição de meta obrigatória nos convênios de 10% das vagas ofertadas para trabalhadores com deficiência; obrigatoriedade de carga-horária mínima de aulas práticas; exigência de meta de 30% de inserção de trabalhadores qualificados no mercado; criação de novas modalidades de qualificação, dentre elas a educação a distância e o Plano Brasil Sem Miséria: Qualificação e Emprego.

Em referência ao Plano Brasil Sem Miséria, serão desenvolvidas ações do Plano Nacional de Qualificação com o objetivo de qualificar social e profissionalmente os trabalhadores beneficiários do Programa Bolsa Família e demais trabalhadores cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), bem como seus familiares, com vistas à colocação no mercado de trabalho em setores que demandem mão de obra qualificada.

Por meio do edital de convocação de Municípios com mais de 100 mil habitantes, que tenham postos de atendimento do Sine, 79 Municípios aderiram ao Plano para qualificação de 52 mil trabalhadores, dentre eles 5,2 mil trabalhadores com deficiência. Essas ações devem ser iniciadas em 2012, a partir da formalização dos convênios.

Em 2012 espera-se atuar ainda mais na melhoria da política pública de qualificação, por meio de: i) criação do Cadastro Nacional de Instituições de Qualificação Profissional, que se destinará ao registro das instituições qualificadoras no âmbito do território nacional; ii) emissão do Certificado Nacional de Instituições de Qualificação Social e Profissional, que se destinará a reconhecer as instituições que integrem em suas ações de qualificação uma abordagem social consonante com o mundo do trabalho e que atendam a padrões de qualidade; e iii) criação do Selo de Excelência Qualifica Brasil, que será concedido às instituições qualificadoras que, tendo atuado em parceria com o MTE, apresentem indicadores de qualidade elevada no desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional e inserção de trabalhadores no mundo do trabalho.

Outra ação de destaque a ser realizada em 2012 é a qualificação de trabalhadores para atuarem em ocupações surgidas em decorrência da realização da Copa do Mundo FIFA 2014. São 50 mil vagas em diversos setores da economia, dentre eles os de construção civil, turismo e serviços.





Durante o ano de 2011, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) aprovou a resolução normativa que autoriza a obtenção de visto temporário ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil para participar de programa de intercâmbio profissional com entidade empregadora estabelecida no País. Foram concedidas, em 2011, 70.524 autorizações de trabalho estrangeiro.

Em novembro de 2011, foi inaugurada, no Oiapoque (AP), a segunda Casa do Migrante voltada ao atendimento de trabalhadores brasileiros que vivem em um país de fronteira e que, frequentemente, transitam no Brasil em busca de informação e auxílio, como também aos imigrantes que circulam pela região. O objetivo é atuar na prestação de informações e orientação aos brasileiros da região da fronteira Brasil/Guiana no que se refere à possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou ao bem-estar do trabalhador, visto que a baixa escolaridade, a falta de capacitação profissional e o ingresso em atividades ilegais dificultam sua colocação no mercado de trabalho. Para 2012, pretende-se abrir outras Casas do Migrante em Municípios de regiões de fronteira, como em Pacaraima (RR).

Em 2011, foram realizadas a Semana do Trabalhador Brasileiro em Boston e a Semana do Trabalhador Brasileiro na Guiana Francesa, que serviram para disponibilizar aos trabalhadores brasileiros e aos funcionários consulares uma série de informações relacionadas às questões trabalhistas, possibilidade de inserção ao mercado de trabalho e assistência consular.

Como continuação do trabalho de acompanhamento dos impactos da crise financeira internacional em relação aos fluxos migratórios brasileiros, pretende-se inaugurar, em 2012, o segundo Núcleo de Informação e Apoio a Trabalhadores Retornados do Exterior (Niatre) no Município de Governador Valadares (MG), com a finalidade de auxiliar os migrantes brasileiros no processo de reinserção no mercado de trabalho.

Para 2012, o Governo prevê a retomada do projeto piloto da Casa do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu, no Japão, com o objetivo de prover atendimento à população brasileira, de forma a fortalecer os conhecimentos sobre seus direitos e deveres laborais no Japão, melhorando sua condição social nesse país, além de prover apoio àqueles em processo de retorno ao Brasil.

g) Estímulo à Economia Solidária

No ano de 2011, ações de estímulo à economia solidária foram inseridas no esforço nacional para superação da pobreza extrema, passando a compor o Plano Brasil Sem Miséria. Assim, fomentaram-se iniciativas articuladas e complementares de apoio à organização de empreendimentos econômicos solidários, possibilitando acesso a bens e serviços financeiros, infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e organização de processos de produção e comercialização.

Para viabilizar esse objetivo, foram lançados dois editais públicos que apoiaram 30 projetos por meio de convênios com órgãos governamentais estaduais e municipais, beneficiando diretamente 25 mil famílias – cerca de 100 mil pessoas – em situação de pobreza extrema, em 271 Municípios em todas as regiões brasileiras.

Para alcançar a finalidade de fomentar o desenvolvimento local por meio da economia solidária em territórios caracterizados pela concentração de extrema pobreza, os projetos apoiados em 2011 compreenderam quatro eixos de ação.

O primeiro é o da organização sociocomunitária, com a identificação, sensibilização, mobilização e organização das famílias em situação de extrema pobreza, promovendo a capacitação e atuação de agentes comunitários de desenvolvimento e a implantação de espaços multifuncionais de promoção da economia solidária.





O segundo eixo compreende um conjunto de ações de formação e assessoria técnica para as iniciativas de economia popular solidária. Nesse eixo, 15 mil pessoas são beneficiárias das ações de formação e 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação em cadeias produtivas solidárias receberam assistência técnica sistemática. Para dar suporte a todo o processo de implantação das políticas públicas estaduais e municipais, teve início o programa de pós-graduação *lato sensu* semipresencial que formará 300 gestores públicos em todas as regiões brasileiras.

O terceiro eixo compreende o apoio às ações de fomento às finanças solidárias, por meio do qual estão sendo apoiados projetos de implantação de 45 iniciativas de bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário, poupança comunitária e outras formas de microcrédito produtivo orientado. Também foram viabilizados recursos para investimentos voltados à estruturação de 1.000 empreendimentos econômicos solidários, objeto de editais publicados em 2011.

Finalmente, o quarto eixo promove a organização da comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos por meio da implantação de 60 iniciativas de pontos fixos de comercialização, bases de serviço de apoio para prestar assessoria aos empreendimentos e redes de cooperação para acesso aos mercados.

Ainda em 2011, buscou-se ampliar o apoio e fomento às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Para viabilizar as ações, foi lançado, como parte da estratégia de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil Sem Miséria, edital de chamada pública para beneficiar diretamente 7,6 mil famílias de catadores de materiais recicláveis, em situação de pobreza extrema, que ainda se encontram em lixões ou fazendo coleta nas ruas. Igualmente deu-se continuidade ao apoio a 10,6 mil catadores que recebem formação e assessoria técnica e que, em 2011, foram beneficiados com acesso a transportes de cargas (caminhões) para fortalecer a estrutura de logística de coleta seletiva, em uma parceria que envolveu o BNDES, a Petrobras, a Fundação Banco do Brasil e o MTE.

Além disso, foram fortalecidas as ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, os Centros de Formação de Economia Solidária, o Programa Brasil Local, de finanças solidárias e de apoio à comercialização da economia solidária. Deu-se ainda continuidade ao mapeamento da economia solidária no País, com a conclusão em 14 Estados e inclusão de 11 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES).

Em 2012, pretende-se ampliar as ações de economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria para superação da pobreza extrema. Para tanto, está prevista uma ampliação dos recursos para beneficiar 70 mil famílias que se encontram naquela condição.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

a) Crédito

As operações de crédito alcançaram R\$ 1,98 trilhão em novembro de 2011, equivalente a 48,2% do PIB nacional. Nessas operações de crédito, os bancos públicos mantiveram sua participação em torno de 43%, sendo que o setor privado foi o grande tomador do total dos créditos: R\$ 1,91 trilhão em novembro de 2011, ou 96,5% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O crédito às pessoas físicas tem acompanhado e contribuído para esse ritmo de crescimento, com R\$ 928,9 bilhões em novembro de 2011. Tem destaque o crédito habitacional, que alcançou R\$ 195,3 bilhões, valor equivalente a 4,7% do PIB, ante 3,7% do PIB em novembro de 2010. Desse montante, 93,3% são provenientes de recursos de poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).





É de se ressaltar que as contratações imobiliárias realizadas pela Caixa Econômica Federal (Caixa) registraram uma expansão de 43,5% no ano, com saldo de R\$ 144,5 bilhões. No mesmo sentido, no referido banco, o saldo das operações que financiam obras de infraestrutura – como saneamento e melhoria nas redes de transportes - totalizou R\$ 13,9 bilhões no final de outubro de 2011, 31,5% superior ao do mesmo período do ano anterior.

b) Acesso a Serviços Bancários

O acesso aos serviços bancários acontece em agências, postos de atendimento bancário (PAB), postos avançados de atendimento (PAA), postos de atendimento bancário eletrônico (PAE), postos de atendimento cooperativo (PAC) e postos de atendimento de microcrédito (PAM). Também tem-se destacado nos últimos anos o desempenho dos correspondentes bancários, como lotéricas e lojas comerciais, que prestam serviços em nome e com responsabilidade da instituição contratante, aumentando a capilaridade do atendimento.

Para aperfeiçoar a atuação dos correspondentes bancários no Brasil, a Resolução CMN nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, introduziu alterações em seu disciplinamento. O objetivo é conferir maior segurança no uso de serviços financeiros por meio de correspondentes, ressaltando-se a exigência de capacitação e de certificação das pessoas envolvidas no atendimento aos clientes, principalmente para o encaminhamento de propostas de operações de crédito à instituição contratante, bem como a vedação ao pagamento da comissão da contratação da operação pelo cliente atendido pelo correspondente.

b.1) Contas Correntes Simplificadas

A conta simplificada, criada em 2004, é gratuita e não exige comprovante de renda para sua abertura ou manutenção. Segundo dados do Banco Central do Brasil, essa modalidade atingiu o número de 6,6 milhões de contas ativas em outubro de 2011, número um pouco maior ao apresentado em 2010, que foi de 6,5 milhões de contas ativas.

b.2) Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS

As operações de crédito consignado realizadas por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) totalizaram R\$ 2,364 bilhões em novembro de 2011, representando um acumulado no ano na ordem de R\$ 26,114 bilhões. E, em número de operações, novembro de 2011 registrou 729.839 contratos, o que resulta num total de 9.555.766 operações de crédito em 2011.

b.3) Banco Postal

A rede postal constitui uma infraestrutura social de base a partir da qual vários programas governamentais podem ser operacionalizados para viabilizar a inclusão social, reforçar a segurança das pessoas e criar oportunidades para que elas possam se integrar melhor à vida econômica.

Inserido nesse contexto, o Banco Postal se consolidou na prestação de serviços bancários básicos em todo o território nacional, com atenção especial à população de baixa renda. Desde a sua criação em 2002, tem participado efetivamente do compromisso governamental de promover a inclusão social.

No ano de 2011 foi ultrapassada a marca de 11 milhões de contas de depósito e de poupança abertas nas unidades de atendimento do Banco Postal, sendo registrados cerca de 205,3 milhões de atendimentos transacionais, com uma movimentação financeira





da ordem de R\$ 55 bilhões. Embora tenha sido o último ano da prestação do serviço com o parceiro anterior, em 2011, o Banco Postal possibilitou a abertura de cerca de 800 mil novas contas e, ainda, participou da concessão de mais de 500 mil empréstimos aos correntistas que utilizaram a rede de atendimento dos Correios.

Dentro da estratégia de atendimento e bancarização por meio de correspondentes bancários, cabe ressaltar que o Banco do Brasil venceu, em maio de 2011, a licitação para explorar a rede do Banco Postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios). Com isso, a partir de 1º de janeiro de 2012, pelo prazo de cinco anos, o BB terá acesso à rede dos Correios, composta de 6.207 pontos de atendimento, com presença em 5.272 Municípios. Essa parceria permitirá ao Banco do Brasil antecipar em quatro anos a estratégia de estender seus pontos de atendimento a todo o País e, assim, estar em 100% dos Municípios brasileiros, o que antes era previsto para 2015.

c) Microcrédito e Microfinanças

Desde sua criação, em abril de 2005, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) realizou, até setembro de 2011, mais de 9 milhões de operações de microcrédito, somando um total de R\$ 12 bilhões em termos nominais.

Destaque do PNMPO é o Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil, que realizou em 2011, até novembro, 1,9 milhão de operações, com desembolso total de R\$ 2,5 bilhões e uma carteira ativa de 1 milhão de clientes. O Agroamigo, Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), contratou 333 mil operações no valor de R\$ 694 milhões, até novembro de 2011.

Outro destaque é o Programa Amazônia Florescer, do Banco da Amazônia, que atua com a metodologia do PNMPO e que até dezembro de 2011 já atendeu cerca de 26,3 mil clientes, dos quais 55% são mulheres, aprovando cerca de R\$ 25 milhões de crédito. Esse Programa possui uma carteira ativa de 7 mil clientes e de R\$ 5,6 milhões em volume de crédito. O Programa Amazônia Florescer também atende beneficiários do Programa Bolsa Família, possibilitando que essas famílias alcancem sustentabilidade financeira.

Visando complementar o PNMPO, o Governo lançou em agosto de 2011 o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Crescer, com intuito de estimular o empreendedorismo no País, dar oportunidade a novos negócios e atender às necessidades financeiras de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte, objetivando a elevação do padrão de vida e a geração de trabalho e renda. O Programa Crescer mantém a base da metodologia consagrada do PNMPO, entretanto, a concessão de crédito no âmbito do Crescer conta com subvenção do Tesouro Nacional nas operações em que a taxa de juros praticada seja de até 8% ao ano para o tomador, acrescida da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de no máximo 1%.

As operações do Crescer são direcionadas a empreendedores pessoas físicas informais, empreendedores individuais (EI) e microempresas com faturamento de até R\$ 120 mil anuais, com valor máximo de financiamento de R\$ 15 mil, destinado a capital de giro ou investimento, com prazo de pagamento pactuado entre as instituições financeiras e o tomador, de acordo com o tipo de empreendimento e uso do recurso.

Ainda em linha com o Programa Crescer, o Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 4.000, de 25 de agosto de 2011, tornou obrigatório o direcionamento de no mínimo 2% dos saldos dos depósitos à vista para operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e aos microempreendedores. Ressalta-se que 80% desses recursos deverão ser destinados às operações de microcrédito produtivo orientado até julho de 2013.





As instituições financeiras federais – Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia – terão ação destacada no Programa Crescer, conforme metas previamente acordadas com o Governo, estimando-se que os citados bancos federais venham a alcançar, nos anos de 2011 e 2012, carteira ativa de operações da ordem de R\$ 1,7 bilhão e R\$ 3,0 bilhões e de 735 mil e 2,25 milhões de clientes, respectivamente.

De setembro a dezembro de 2011, foram realizadas mais de 600 mil operações no Programa Crescer com um desembolso de R\$ 745 milhões e um gasto de subvenção de R\$ 46 milhões. São estimados, para os anos de 2012 e 2013, respectivamente, gastos de cerca de R\$ 310 milhões e R\$ 480 milhões em recursos do Tesouro Nacional para a subvenção das operações do Programa Crescer.

6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca

O Governo vem construindo políticas que visam ao aumento da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável, o que implica garantir a inclusão socioprodutiva, a disponibilização de infraestrutura, a gestão do uso ordenado do recurso pesqueiro, o controle sanitário da atividade e o estímulo ao consumo e à comercialização do pescado.

Assim, em 2010, a atividade pesqueira nacional foi responsável por produzir 1.264.764,9 toneladas de pescado. Do total produzido, 479.398,6 toneladas foram fruto da atividade aquícola e 785.366,3 toneladas são oriundas da atividade de pesca extrativa.

A aquicultura vem crescendo percentualmente em relação à produção total de pescado – 33,5% em 2009 e 36,4% em 2010, com a estimativa de que em 2011 a participação seja de, aproximadamente, 40% –, sinalizando que, ainda na segunda década do século, a produção da aquicultura virá a superar a produção extrativista.

Verifica-se também um aumento no consumo do pescado no mercado interno, com o crescimento do consumo aparente do pescado, de 9 kg/pessoa/ano, em 2010, para 9,59 kg/pessoa/ano, em 2011.

a) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira

Visando oferecer linhas de financiamento mais adequadas às necessidades do setor pesqueiro e aquícola, em 2011 foi lançado o 2º Plano Safra das Águas 2011/2012. As operações de financiamento em 2011 ultrapassaram o valor de R\$ 96 milhões, representando mais de 7 mil contratações. Para o próximo exercício, no que tange à aquicultura familiar, espera-se a potencialização do crédito rural, por meio de Acordos de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil e com a Fundação Banco do Brasil.

No programa Revitaliza, destinado à revitalização da frota pesqueira artesanal, foram concedidas 76 anuências no ano de 2011. Além disso, encontra-se em discussão proposta de adequação do marco legal do programa Profrota Pesqueira a fim de superar os entraves ao financiamento, à ampliação e à modernização da frota pesqueira nacional.

Na Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (Atepa) foi priorizado o atendimento dos projetos voltados ao desenvolvimento dos Parques Aquícolas e à consolidação dos empreendimentos econômicos já implantados. Em dezembro de 2011, 49 convênios de Atepa e Capacitação estavam em vigência, representando um atendimento a 36 mil beneficiários. Além disso, foram atendidas mais de 12,2 mil famílias de pequenos agricultores, assentados da reforma agrária e indígenas. Para o ano de 2012, as ações de Atepa serão priorizadas nas regiões Norte e Nordeste, com perspectiva de atendimento de aproximadamente 10 mil famílias, além das que já são atendidas pelos projetos em execução.





Nas ações de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação, foram apoiados 93 projetos de pesquisa em diversas áreas da pesca e da aquicultura, por meio de chamadas públicas lançadas, em 2010, em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e suas agências. Destaca-se ainda a continuidade da estruturação da Embrapa Pesca e Aquicultura, notadamente do Centro Nacional de Pesquisa em Pesca, Aquicultura e Sistemas Agrícolas (CNPASA), bem como do lançamento de chamadas públicas que atendam às demandas do setor produtivo pesqueiro e aquícola, estabelecendo sólidas redes de pesquisa em temáticas específicas. Em 2012, a principal meta é implantar o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Transferência de Tecnologia (TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA).

No que tange à aquicultura, foram realizados estudos em seis reservatórios e no litoral do Estado de Santa Catarina, para demarcação de parques aquícolas em áreas propícias ao desenvolvimento sustentável da atividade.

Em 2011, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) contratou, por meio de licitação, 770 áreas aquícolas distribuídas em diversas regiões do País, fechando o ano com uma produção contratada de 72.736,20 t/ano e 1.210,47 ha, totalizando, no período de 2007 a 2011, a cessão de 2.860 áreas aquícolas entregues, com uma produção total estimada em 320 mil t/ano de pescado cultivado e 2.184 ha. Dessas áreas, aproximadamente 89% foram ofertadas de forma não onerosa, para seleção de aquícultores de baixa renda, comunidades ribeirinhas e tradicionais.

Ressalta-se ainda a entrega dos primeiros Parques Aquícolas Marinhos do Brasil, localizados no litoral de Santa Catarina, com capacidade de produção de cerca de 100 mil toneladas/ano. Em 2012, estão previstas a demarcação de aproximadamente 20 Parques Aquícolas Marinhos nos Estados do Paraná, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe; a demarcação de Parques Aquícolas em 13 reservatórios; e a implantação de cerca de 40 Parques Aquícolas continentais.

Ainda como estímulo à aquicultura, foram apoiadas cinco unidades de produção de alevinos no Estado do Pará, resultando em aproximadamente 50 milhões de alevinos, beneficiando em torno de 2 mil pessoas. Foram também construídas duas Unidades de Produção de Formas Jovens e reformadas/ampliadas quatro outras, beneficiando diretamente 2.340 pessoas.

O Governo vem desenvolvendo o Projeto Anchoíta, que visa identificar a produção máxima que pode ser extraída desse recurso pesqueiro nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, visando, principalmente, atender à demanda de introdução do pescado na merenda escolar. Até 2011, foram produzidas cerca de 25 mil latas de conserva e mais de 60 mil alunos no Rio Grande do Sul já foram atendidos pelo projeto. Em 2012, pretende-se expandir a quantidade de alunos atendidos.

Na pesca oceânica, a partir de 2011, teve início no Brasil a operação de diversas embarcações estrangeiras arrendadas, operando na captura de atuns e afins, recursos com potencial de aumento de produção. A operação dessas embarcações por empresas brasileiras irá contribuir para o aumento da produção nacional, além da consolidação de uma frota pesqueira oceânica genuinamente nacional.

b) Inclusão Social e Produtiva

Projetos vêm sendo desenvolvidos pelo Governo sob a perspectiva social, econômica e ambiental, buscando promover o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras. Em termos de qualificação profissional, foram implantados 37 Telecentros BR, em conjunto com o Ministério do Planejamento, e sete Telecentros Maré, os quais atenderam 1,7 mil alunos em cursos técnicos em pesca e aquicultura – ensino a distância. No âmbito do Programa Pescando Letras, foram atendidos 15.964 pescadores que concluíram em 2011 o processo de alfabetização iniciado em 2010.





Visando atuar na redução de impactos ambientais e sociais dos grandes empreendimentos, estão em andamento programas de desenvolvimento da pesca e aquicultura junto às populações dos aproveitamentos hidrelétricos de Estreito (TO e MA), Santo Antônio e Jirau (RO) e Belo Monte (PA).

Do ponto de vista do estímulo ao desenvolvimento local sustentável, foram desenvolvidas diversas ações para apoio à consolidação de 62 territórios da pesca e aquicultura já implantados e, em conformidade com as diretrizes do Programa Brasil Sem Miséria para 2012, será priorizada atuação integrada com demais órgãos do Governo e entidades parceiras em territórios que coincidem com as regiões prioritárias do Brasil Sem Miséria.

c) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola

Para apoiar e estruturar a cadeia produtiva do pescado, o Governo adota políticas públicas como a implantação de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs). Atualmente, estão em operação os terminais de Santos (SP), Cananéia (SP), Laguna (SC), Vitória (ES) e Camocim (CE), tendo este último iniciado suas atividades em 2011. Os terminais de Cabedelo (PB) e Santana (AP) têm previsão de começar suas atividades no início de 2012. Os TPPs de Belém (PA), Natal (RN), Ilhéus (BA) e Salvador (BA) encontram-se em estágio avançado de implementação, com previsão de término das obras civis em 2012.

Estão em implantação 27 Unidades de Beneficiamento de Pescado (UBPs). Entre elas, estão em processo de finalização à UBPs de Caracará (RR) e Cornélio Procópio (PR), Saubara (BA), Cássia (MG) e Rolim Moura (RO). Para 2012 está prevista a conclusão das obras civis e de adequação dessas unidades às normas de serviço de inspeção sanitária.

Em 2011, foi elaborado em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) o Plano Básico Operacional para gestão compartilhada do Terminal Pesqueiro Público (TPP) de Santos (SP) e está em fase de conclusão o plano operacional do terminal de Camocim (CE). Adicionalmente, vale ressaltar que o Ministério propôs à Conab a inclusão dos TPPs de Belém (PA), Niterói (RJ) e Natal (RN) no escopo dos terminais a serem geridos de forma compartilhada pelas duas instituições.

No tocante aos centros de capacitação, merece destaque a conclusão, em agosto de 2011, das obras civis relacionadas à construção do Centro de Capacitação Casa do Pescador nos Municípios de Içara (SC) e Coxim (MS).

No ano de 2011, foram distribuídos 36 caminhões “feira do peixe”, integrantes do Programa Peixe nos Bairros, e também três caminhões frigoríficos no âmbito do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado, totalizando a disponibilização de 50 caminhões “feira do peixe” e de 118 caminhões frigoríficos nas 27 unidades da Federação.

Outra importante ação foi a disponibilização, em 2011, de 31 fábricas de gelo para um público de permissionários que abrange desde prefeituras municipais até entidades como colônias, associações, cooperativas e sindicatos de pescadores. Estima-se que esse programa beneficie aproximadamente 40 mil trabalhadores da atividade pesqueira artesanal em todo o território nacional. Além disso, foram entregues quatro câmaras frigoríficas de 5 toneladas, sete cozinhas comunitárias, 12 pontos comerciais fixos e três pontos de manipulação de mariscos.

d) Gestão do Uso Ordenado do Recurso Pesqueiro

O Brasil enfrenta hoje o enorme desafio de garantir a sustentabilidade das atividades pesqueira e aquícola ao mesmo tempo em que investe no aumento da produção, principalmente, para atender a crescente demanda de consumo interno, mas com olho no mercado externo.





Em função desse desafio, foi implantado, em 2010, o Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, que incluiu a instalação da Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros (CTGP), responsável pela gestão do Sistema, e em 2011 foram instalados dois Comitês Permanentes de Gestão (CPGs) – Lagosta e Atuns e Afins. A partir de 2012, está prevista a instalação dos outros 19 CPGs necessários à gestão dos recursos pesqueiros. Em 2011, foi publicado o novo Modelo de Permissionamento para Embarcações Pesqueiras.

O Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras alcançou a meta de 1,5 mil embarcações industriais rastreadas, em 15 Estados. Foram também efetuados mais de 100 embarques do Programa de Monitoramento por Observador de Bordo e entregas de Mapa de Bordo, possibilitando o cumprimento da legislação de ordenamento e certificação do pescado para exportação à União Europeia relativos a cerca de 1,8 mil lotes de exportações.

No tocante a fiscalização em Águas Jurisdicionais Brasileiras, foi intensificada a política de parcerias com órgãos com competência para exercer esta atividade, resultando no compartilhamento do uso de 28 lanchas-patrolhas. Assim, instituições como a Marinha do Brasil, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a Polícia Federal e as Polícias Militares de diversas unidades da Federação dispõem hoje desse equipamento para, em conjunto com o Ministério da Pesca e Aquicultura, desempenharem com maior eficiência ações de fiscalização pesqueira.

Em 2011 foi ofertado curso especializado a fim de constituir, treinar e capacitar 54 fiscais da Pesca e Aquicultura. Da mesma forma, em 2012, outra ação de capacitação será promovida para estabelecer a necessária formação continuada do corpo de fiscais do MPA.

O Programa de subvenção ao preço do óleo diesel marítimo passou a ser uma política pública com maior acessibilidade pelos proprietários de embarcações pesqueiras motorizadas e registradas no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e na Marinha do Brasil, sendo que, em 2011, 1.333 embarcações acessaram o Programa.

Em 2011, o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) foi aprimorado com a padronização de normas, critérios e procedimentos específicos para as categorias de pescador profissional, aquicultor e embarcação pesqueira. O RGP, composto por sete categorias, atingiu cerca de 1 milhão de registros na categoria de pescadores profissionais; 15 mil registros de embarcações da pesca comercial e 1,3 mil inscrições na categoria de aquicultor. Para revisão dos procedimentos, a emissão de novos registros no RGP foi suspensa pela IN 02, de 2011. Em 2012, pretende-se investir na melhoria da qualidade dos dados e dos processos de obtenção desses, operacionalizando as recomendações de Grupo de Trabalho Interministerial instituído com esse propósito.

Visualizando o potencial pesqueiro e social da pesca amadora, vêm sendo realizadas pesquisas prospectivas, com vistas ao reconhecimento das categorias de trabalhadores de apoio ao turismo de pesca. Em 2011, o registro da pesca amadora alcançou cerca de 300 mil pescadores amadores e foi autorizada a realização de 200 competições de pesca amadora, o que representa um incremento de 35% em relação a 2010.

e) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira

A fim de garantir a segurança zoossanitária dos recursos pesqueiros brasileiros, em 2011 foram credenciadas duas novas unidades quarentenárias para onde animais aquáticos vivos são destinados após a importação e submetidos a avaliações clínicas e laboratoriais.





Em 2011, houve o estabelecimento da metodologia básica padrão para as Análises de Risco de Importação (ARI), além da abertura de dez processos de Análise de Risco de Importação e finalização de três desses processos.

Da mesma forma, em 2011, foram estabelecidos requisitos zoossanitários para importação de outros 17 produtos ou subprodutos de organismos aquáticos, dispensados da realização de ARI, assim como também houve a designação de fiscais sanitários no âmbito do MPA para executar o acompanhamento do cumprimento da legislação sanitária quanto à sanidade pesqueira e aquícola.

f) Estímulo ao Consumo e à Comercialização

Para estimular o desenvolvimento do setor, merece destaque a ação iniciada no Governo, com o apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), visando à elevação do consumo de pescado na alimentação escolar. Também, em 2011, foi realizada a 8ª edição da Semana do Peixe contribuindo para aumento em até 45% nas vendas das principais redes varejistas do País, em relação à Semana do Peixe de 2010.

g) Cooperação Internacional

O Governo tem sido ativo em foros internacionais como o Comitê de Pesca da FAO (Cofi), a Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico (ICCAT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Rede de Aquicultura das Américas (RAA). Nesse sentido, foram estabelecidos memorandos de entendimento com grande número de países, com vistas a um intercâmbio de experiências e de conhecimentos técnicos e científicos. Em 2011, foram assinados documentos com Islândia, Sudão e Paraguai. Com países fronteiriços – Suriname, Guianas, Venezuela, Argentina, Uruguai, Colômbia – procura-se a harmonização de legislação e o aperfeiçoamento do uso de recursos pesqueiros compartilhados.

O Governo participa de vários projetos de cooperação técnica com terceiros países. Em 2011, foram realizadas missões de prospecção a Guiné, República de Camarões e Malauí. O Brasil recebeu, ainda, as visitas dos Ministros do Congo, Sudão, de Camarões e delegações da Palestina, Bolívia e do Timor Leste, que visitaram centros produtivos em diferentes Estados.

Para 2012, estão previstos a participação em missões a Angola, Moçambique, Fiji, Sudão, Vanuatu e recepção a delegações de Camarões, Guiana, Malauí, Venezuela; o acompanhamento dos temas da pesca e aquicultura nos foros multilaterais; e a facilitação da participação das empresas brasileiras em feiras comerciais internacionais, além de visitas ao Chile, Congo e Sudão.

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

a) Agricultura Familiar

a.1) Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – Brasil Sem Miséria

Desde 2003, mais de 4,8 milhões de pessoas que residem em áreas rurais saíram da condição de pobreza. Entretanto, apesar de todo esforço governamental empreendido, 16,2 milhões de pessoas ainda estão em situação de extrema pobreza no País, sendo mais de 7,5 milhões residentes nas áreas rurais, especialmente das Regiões Norte e Nordeste. Para atender essas famílias que ainda vivem em situação de extrema pobreza, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), combina ações de inclusão produtiva, garantia de renda e acesso a serviços públicos. Nas áreas rurais, 52 mil famílias de agricultores familiares, quilombolas e assentados da reforma agrária já estão sendo beneficiadas.





Na esfera da inclusão produtiva rural de agricultores familiares, em 2011, entraram em campo as equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) responsáveis pela inclusão produtiva de 36,5 mil famílias de agricultores familiares em situação de pobreza extrema em Municípios de todos os Estados do Nordeste, e de parte de Minas Gerais. São 414 profissionais de Ater, a maioria mulheres (51%), contratados em três chamadas específicas para o BSM, sendo uma específica para atendimento de 5.520 famílias quilombolas em situação de vulnerabilidade social, atingindo o valor de R\$ 38,2 milhões. Essas equipes têm a tarefa de ampliar o acesso dessas famílias aos serviços públicos e à infraestrutura básica e de elaborar os diagnósticos e os projetos de estruturação das unidades produtivas familiares a serem beneficiadas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. As famílias de agricultores familiares ou de comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza assistidas receberão acompanhamento dos serviços de Ater e recursos financeiros não reembolsáveis de até R\$ 2,4 mil, a serem repassados em três parcelas, no prazo de dois anos, a partir da adesão da família ao Programa. Essas famílias também receberão sementes de milho, feijão e hortaliças, desenvolvidas ou certificadas pela Embrapa, para viabilizar a produção para autoconsumo e comercialização de excedentes.

Ademais, 6 mil famílias recentemente assentadas pelos programas de reforma agrária também já foram selecionadas para receber assistência técnica especializada. Para esse público, serão concedidos os créditos de instalação de assentamento a fim de garantir o início das atividades de produção.

Para 2012, a meta é estender as ações de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria para mais 179 mil famílias, sendo 12 mil delas de assentamentos da reforma agrária.

Finalmente, com vistas a estimular a comercialização da produção, os beneficiários terão prioridade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nas ações de apoio à organização para venda de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e nas parcerias firmadas com o setor varejista, criando um canal de comercialização para os produtos da agricultura familiar.

a.2) Políticas de Crédito, Garantia e Seguros para a Agricultura Familiar

Em suas diversas linhas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financiou na safra 2010/2011 R\$ 11,48 bilhões, em 1.326.146 contratos, beneficiando em torno de 1,2 milhão de agricultores familiares. Para o ano-safra 2011/2012, serão disponibilizados R\$ 16 bilhões. Uma novidade desse plano safra foi o pacto com 12 Estados, que aderiram com ações complementares por parte dos Governos Estaduais.

Dentre as linhas de crédito disponibilizadas pelo Programa, o Pronaf Mais Alimentos tem sido destaque desde o ano-safra 2009/2010. O Pronaf Mais Alimentos financia o preparo e a conservação do solo, das máquinas e de implementos agrícolas para a produção, a armazenagem e o transporte, por meio de acordos com a indústria nacional. Em 2011, o Programa teve ampla divulgação por meio de feiras agropecuárias e caravanas nos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul e São Paulo. No âmbito dos pactos com Governos Estaduais, os Estados da Bahia e do Rio Grande do Sul implementaram, com recursos próprios, taxas de juros zero nesta linha. Desde o ano-safra 2008/2009, o Mais Alimentos possibilitou o financiamento de R\$ 5,9 bilhões, atendendo a mais de 130 mil agricultores.

Ainda em 2011, uma nova linha de crédito de investimento foi criada especialmente para recompor e renegociar dívidas de agricultores e agricultoras familiares em operações de crédito do Pronaf e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural). A nova linha de crédito vale para agricultores inadimplentes em operações de custeio e investimento, com limite de crédito por agricultor de R\$ 30 mil, prazo para pagamento de até dez anos e taxa de juros de 2% ao ano. Em 2012 serão analisadas os contratos do Pronaf A, que beneficiam os assentados da reforma agrária.





Além do financiamento sob o amparo do Pronaf, políticas de garantias e seguros são necessárias para assegurar ao agricultor familiar proteção com relação a perdas geradas por problemas climáticos, como estiagem, chuva excessiva e outros eventos naturais. O principal mecanismo de seguro voltado aos agricultores familiares que acessam recursos do Pronaf é o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf). As perdas nas lavouras familiares provocadas por eventos climáticos estão amparadas pelo programa, que assegura o valor financiado. Em sete anos de existência, o Seaf amparou em média mais de 500 mil empreendimentos por safra em todo o País, com um valor total segurado de mais de R\$ 5 bilhões. Na safra 2011-2012, o Seaf cobre até R\$ 3,5 mil da renda mais 100% do valor financiado de custeio e 100% das parcelas de investimento (limitado a R\$ 5 mil). Além do seguro de clima, o agricultor ainda conta com o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), que garante as operações do Pronaf em caso de queda nos preços no momento da comercialização, com limites de desconto de até R\$ 5 mil para operações de custeio e R\$ 2 mil para investimento. A partir de 2011, ampliou-se para 46 o número de culturas amparadas pelo PGPAF.

Já o Programa Garantia-Safra oferece um mecanismo de garantia de renda mínima aos agricultores familiares caso ocorra perda de safra em razão de estiagem ou de excesso hídrico nos Municípios situados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e que tenham decreto de situação de emergência ou estado de calamidade reconhecidos pela defesa civil. A lógica de funcionamento do Programa é a contribuição financeira de agricultores, Governos Estaduais e Municipais e da União ao Fundo Garantia-Safra. Em caso de perda de safra em razão de seca ou enchente, os recursos do Fundo são utilizados para o fornecimento de uma renda mínima ao agricultor por tempo determinado. Em 2011, 990 Municípios participaram do Programa, atendendo a 737 mil agricultores. Para a safra 2011/2012, foram disponibilizadas 940 mil cotas de participação e as adesões estão em andamento com elevada procura por parte dos agricultores familiares, municipalidades e Governos Estaduais.

a.3) Apoio à Comercialização

Uma conquista relevante para o segmento da agricultura familiar é a participação na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O mecanismo, que diminui a volatilidade nos mercados regionais, permite regular preços dos produtos contemplados contribuindo para a formação dos preços nos principais centros de produção da agricultura familiar. Em 2011, início de sua operação, foram destinados R\$ 300 milhões para o segmento, que poderão ser utilizados para formar estoques governamentais.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem importância fundamental na promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional de segmentos vulneráveis da população e na inserção produtiva da agricultura familiar. Em 2011, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) investiu R\$ 33,8 milhões para a aquisição de cerca de 26,6 mil toneladas de alimentos, com o envolvimento de 12 mil agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.

Em 2012, o MDA planeja avançar no suporte e fortalecimento de 28 mil agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, com o investimento de recursos da ordem de R\$ 148 milhões.

No âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em 2011, mais de 51% dos Municípios compraram produtos da agricultura familiar para atender à alimentação escolar.

Já no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), nos últimos anos, ampliou-se o acesso dos produtos da sociobiodiversidade ao PNAE, fruto da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o MDA, e teve início o Projeto Nutre Nordeste com atuação nos Estados de Maranhão, Piauí, Ceará,





Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Outros quatro projetos Nutre já estão em execução nos Estados de Pará, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro com produtos da sociobiodiversidade, como polpa de cajá, bacuri e cupuaçu.

Foi lançada, em 2011, a Rede Brasil Rural, uma ferramenta virtual a ser utilizada inicialmente por 1,6 mil cooperativas que congregam cerca de 200 mil agricultores familiares, os quais poderão realizar operações de compra de insumos e serviços de logística bem como de venda da sua produção. Com a ferramenta, espera-se reduzir o preço do produto para o consumidor final e aumentar a renda dos agricultores por meio de ganhos de eficiência ao longo das cadeias produtivas da agricultura familiar.

a.4) Biodiesel e Agricultura Familiar

Para além do seu objetivo de diversificar a matriz energética nacional com esse novo combustível de fontes renováveis, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) tem importante viés social, pois busca fortalecer a agricultura familiar e as regiões mais carentes como supridoras de oleaginosas para produzir biodiesel.

O Selo Combustível Social, concedido pelo Governo Federal às empresas que compram a produção da agricultura familiar e prestam assistência técnica aos produtores, é um dos principais instrumentos do Programa. De um lado, as empresas se beneficiam com redução de alíquotas de tributos federais e, do outro, garante-se a compra da produção da matéria-prima da agricultura familiar. Atualmente, 37 unidades produtivas operam com o Selo, garantindo a inclusão de mais 100 mil famílias e 60 cooperativas de agricultores na cadeia do biodiesel, em todo o País. Para 2012 a meta é a inclusão de 15 mil novas famílias no programa.

A organização da base produtiva proporcionada pelo Projeto Polos de Biodiesel é outra importante ferramenta do PNPB. O Projeto viabiliza a articulação da agricultura familiar com os diversos atores estaduais e territoriais, facilitando o acesso desses agricultores a políticas públicas, tecnologias e capacitação adequada às regiões do País com potencial de implantação desses polos. Existem 63 Polos de Biodiesel no Brasil, abrangendo 1.091 Municípios, onde estão concentrados esforços de organização da base produtiva de diferentes tipos de oleaginosas produzidas pela agricultura familiar, como mamona, girassol, soja, gergelim e dendê, entre outros.

a.5) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar

Em cumprimento ao estabelecido na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), o ano de 2011 foi marcado por ações desenvolvidas em parceria com mais de 500 entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, selecionadas por meio de chamadas públicas, atendendo a mais de 550 mil famílias de agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

As chamadas públicas para a agricultura familiar lançadas em 2011 somaram o montante de R\$ 52 milhões. O conjunto de contratos de Ater atingiu mais de 265 mil famílias, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, dos Programas Territórios da Cidadania, Operação Arco Verde, Semiárido, Diversificação produtiva de áreas cultivadas com o tabaco e Crédito Fundiário. Merece destaque o atendimento inovador a 40 comunidades quilombolas, totalizando 2,6 mil famílias, nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater Quilombola). Também foram lançadas chamadas públicas para pessoas jurídicas ligadas à agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste.





Além das ações no âmbito do Brasil Sem Miséria, em que foram realizadas chamadas públicas para promover a inclusão produtiva e social de 36,5 mil famílias de agricultores familiares e quilombolas em situação de extrema pobreza, foram realizados 18 cursos beneficiando 800 técnicos extensionistas, agricultores, agricultoras e jovens rurais. O curso de Ater para atuar no Pronaf B, microcrédito rural voltado para produção e geração de renda para famílias agricultoras de mais baixa renda, beneficiou 275 extensionistas e agentes de desenvolvimento dos Estados de Alagoas, Bahia e Espírito Santo. No tema da Agroecologia, produção agrícola e pecuária de base ecológica, foram capacitados 120 extensionistas de empresas de Ater, numa parceria com universidades brasileiras. No âmbito do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), foram capacitados 33 extensionistas para atuarem na produção de agroenergia de base sustentável. Para o início de 2012, está previsto o lançamento de chamadas públicas de Ater para juventude rural e pessoas jurídicas da agricultura familiar. Também está previsto para 2012 o apoio à estruturação das entidades estaduais de assistência técnica e extensão rural, com a oferta, mediante metas estipuladas, de equipamentos, veículos e obras de engenharia.

Com vistas a promover a inclusão social das famílias e melhorar a qualidade de vida no campo, o Governo apoiará projetos de pesquisa científica e extensão tecnológica que contribuam para a inovação e o desenvolvimento da agricultura familiar, por meio do fornecimento de opções econômicas e sociais de geração de renda para as famílias beneficiadas. Em 2011, foram apoiados 423 projetos com cerca de R\$ 43 milhões, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na mesma direção, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e as Organizações Estaduais de Pesquisa (Oepas) apoiarão pesquisas tecnológicas promotoras de sustentabilidade agrícola e apropriadas à realidade das pequenas propriedades familiares.

a.6) Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais em Municípios de até 50 mil habitantes

A ação destina-se à criação de incentivo e de fomento à produção agropecuária dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, por meio da manutenção e recuperação de estradas vicinais, melhorando o escoamento da produção e a circulação de bens e pessoas, em Municípios com população inferior a 50 mil habitantes (exceto os Municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas), e integra as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2011 foram destinados R\$ 211,4 milhões para a aquisição de 1.275 retroescavadeiras e 12 motoniveladoras, sendo que 114 retroescavadeiras já foram entregues, beneficiando 126 Municípios gaúchos.

Para o primeiro semestre de 2012, está prevista a entrega das demais 1.161 retroescavadeiras e uma nova chamada pública que contará com R\$ 200 milhões, em benefício de pelo menos mil municípios. Simultaneamente, está previsto o lançamento de uma linha de financiamento com recursos na ordem de R\$ 900 milhões.

a.7) Programa Territórios da Cidadania

Ao longo de 2011, os 120 territórios distribuídos em todas as unidades da Federação receberam os benefícios das ações programadas no período de 2008 a 2010. Ao todo, foram beneficiados 1.852 Municípios que abrigam 13,1 milhões de pessoas na área rural, o equivalente a 46,2% da população rural brasileira.

Em 2012, a partir de avaliação interna realizada em 2011, vislumbram-se novos desafios para o Programa, que deverá ser reestruturado, passando por alterações em seu desenho, conteúdo, alcance e governança convergindo com a implementação do Plano Brasil Sem Miséria.





a.8) Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Com o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o Governo amplia as oportunidades de geração de renda para o público da agricultura familiar de 164 Territórios Rurais, de forma descentralizada, sustentável e solidária, fomentando o associativismo e o cooperativismo e apoiando a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa. Dos 164 Territórios Rurais, 148 já possuem o seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Os recursos totais aplicados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, referentes a 2011, foram da ordem de R\$ 210,5 milhões, que permitiram:

- Apoiar 164 Colegiados, que discutiram e deliberaram sobre a realização de projetos de infraestrutura e de serviços que contaram com R\$ 171,1 milhões;
- Capacitar 29.641 agentes de desenvolvimento;
- Fomentar empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar, com investimento da ordem de R\$ 2,9 milhões, visando incrementar o acesso a mercados; e
- Destinar ao Projeto Dom Hélder Câmara R\$ 16,8 milhões em ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e da capacidade produtiva dos assentamentos da reforma agrária do semiárido nordestino, beneficiando a 15.547 famílias.

Para 2012, espera-se incorporar novos Territórios Rurais, garantindo apoio na criação dos Colegiados Territoriais e na consolidação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Pretende-se consolidar as Bases de Serviços Técnicos, que prestam assessoria para a comercialização da produção da agricultura familiar dos Territórios Rurais, bem como formar novos agentes de desenvolvimento para a gestão social das políticas no nível local.

a.9) Programa Arca das Letras

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, por meio da articulação entre diversos órgãos públicos e privados, implanta bibliotecas, forma agentes de leitura e distribui acervos adequados à diversidade cultural e produtiva da população rural brasileira.

Em 2011, o Programa Arca das Letras implantou 764 bibliotecas em 203 Municípios e capacitou 1.312 agentes de leitura, promovendo o acesso de 92.764 famílias aos mais de 200 mil livros distribuídos. Também foram distribuídas mais de 2,5 mil coleções de histórias em quadrinhos às bibliotecas, ampliando as oportunidades de incentivo à leitura com as gibitecas rurais. Encontros de agentes de leitura também foram realizados para promover a troca de experiências e planejar a dinamização cultural das comunidades.

Ao longo de 2010 e 2011, o Programa Arca das Letras avaliou o funcionamento de quase 2 mil bibliotecas rurais, identificando que 72% das bibliotecas funcionam em espaços alternativos das comunidades, como residências e associações comunitárias, destacando a ação solidária das famílias pelo incentivo à leitura e à educação do campo.

Para 2012, o Programa Arca das Letras tem como prioridade implantar 800 novas bibliotecas e formar 1,6 mil agentes de leitura, para atuarem nos Territórios da Cidadania e nas áreas mais vulneráveis de todos os Estados brasileiros, em apoio à erradicação da extrema pobreza no campo, além de atualizar o acervo das 8,8 mil bibliotecas em funcionamento.





a.10) Políticas para as Mulheres Rurais

O meio rural tem vivenciado alterações importantes no que se refere às desigualdades de gênero, em função da implantação de políticas e ações afirmativas, que se propõem a reparar a profunda assimetria entre as condições de vida de homens e mulheres e já integram o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater). Destaca-se, em 2011, a nova dimensão que a integração das políticas para mulheres adquiriu com a construção do PPA 2012-2015, que incorporou objetivos, metas e iniciativas voltados especificamente para a temática, garantindo-lhe maior visibilidade.

A participação das mulheres nos fóruns e comitês de gestão de políticas públicas também se destacou em 2011, a exemplo do funcionamento do Comitê Permanente de Políticas para Mulheres Rurais, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap), dos Comitês Gestores do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e do Programa de Organização Produtiva e dos 77 comitês de mulheres integrados aos Colegiados dos Territórios da Cidadania.

Em 2011 mais de 90 mil mulheres rurais, acampadas e assentadas da reforma agrária, ribeirinhas, extrativistas, indígenas e quilombolas, entre outras, foram atendidas pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que assegura o acesso gratuito à documentação civil e trabalhista, por meio de mutirões itinerantes. Esses mutirões passaram a oferecer novos serviços em 2011, como a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que já acontece nos Estados da Paraíba, Rondônia e Maranhão, e a emissão de Bloco de Notas Fiscais no Rio Grande do Sul, na Bahia e em Rondônia. Tem-se avançado, em 2012, nas articulações para integração desses serviços ao PNDTR no Distrito Federal e nos Estados de Alagoas, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Roraima, Acre e Santa Catarina.

Em 2011, foram realizados 408 mutirões itinerantes em 399 Municípios. A modernização dos serviços de emissão de documentos, com a aquisição de 24 unidades móveis adaptadas, denominadas Expresso Cidadã, permitiu emitir 186.737 documentos. Também em 2011 o Programa ganhou uma dimensão ainda mais importante ao integrar o Plano Brasil Sem Miséria, orientando suas ações para mulheres em condição de extrema pobreza, em especial na Região Nordeste. Nesse contexto, já foram realizados 128 mutirões, com emissão de 55.870 documentos, em 128 Municípios.

O Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMPR) buscou, no último ano, ampliar as parcerias com os Governos Estaduais a fim de ampliar o acesso das mulheres às políticas de apoio à produção e comercialização, assim como, fortalecer a sua participação na gestão dos territórios. Em 2011, chamadas públicas selecionaram projetos que estão em processo de contratação com os Estados de Alagoas, Acre, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul, o que representará um investimento de mais de R\$ 10 milhões para os próximos dois anos.

Para fortalecer a organização das mulheres na reforma agrária, alterou-se o Crédito Apoio Mulher, com ampliação de recursos e redução do número mínimo de integrantes por grupo. Para garantir o direito das mulheres à terra, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), estabeleceu, em 2011, a obrigatoriedade da titulação conjunta das terras adquiridas por meio do Programa.

Em 2011, também se avançou na definição de mecanismos que garantam maior participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Resolução nº 44, de 17 de agosto, estabeleceu a destinação de, no mínimo, 5% da dotação orçamentária anual do Programa para a aquisição de produtos de organizações de mulheres, ou organizações mistas com participação mínima de 70% de mulheres na composição societária. A Resolução também estabeleceu critérios diferenciados entre as modalidades do PAA para priorização de projetos com mulheres fornecedoras.





Na Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), avançou-se na definição de mecanismos para ampliação do atendimento às mulheres. A partir de 2011, as chamadas para contratação de serviços de Ater passaram a contemplar, em caráter obrigatório, no mínimo 30% de mulheres. Essa proporção também deve ser observada nas atividades coletivas, sendo que as entidades de Ater devem disponibilizar serviços de recreação infantil durante as atividades. O avanço na identificação das demandas das mulheres, resultado de parcerias com organizações feministas, viabilizou a elaboração e publicação de uma nova chamada para contratação de serviços de Ater, que deverá fortalecer a produção agroecológica desenvolvida pelas mulheres, por meio da qualificação das práticas de manejo, manipulação e beneficiamento da produção e do acesso às políticas de crédito e comercialização.

Por fim, deve-se destacar o apoio do Governo à realização da Marcha das Margaridas, com mais de 70 mil mulheres em Brasília, avançando no processo de diálogo e parceria entre Estado e organizações de mulheres, para a construção de políticas públicas que contribuam na garantia de direitos, na autonomia das mulheres e na redução das desigualdades de gênero no campo.

a.11) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária

O Governo brasileiro marcou presença em espaços plurilaterais como as reuniões dos Ministros de Agricultura do G20 (junho), e dos Ministros de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Brics (outubro). Na oportunidade, foram produzidos respectivamente o Plano de Ação sobre Volatilidade dos Preços e Agricultura e o Plano de Ação 2012-2016, os quais colocaram no centro de suas agendas o papel da produção da agricultura familiar nas estratégias públicas de segurança alimentar e nutricional. A eleição em julho de um brasileiro para o cargo de Diretor-Geral da FAO evidenciou o reconhecimento internacional das políticas brasileiras de fortalecimento da agricultura familiar, integrando o conjunto das ações de segurança alimentar.

No que concerne à integração regional sul-americana, destaca-se a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (Reaf), integrada por Governos e organizações da agricultura familiar da região, que aprovou, em junho, o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul.

No plano da cooperação internacional, vem sendo realizado o Programa Mais Alimentos África para dar apoio às estratégias de segurança alimentar e nutricional em países africanos. O programa combina cooperação técnica com financiamento para a exportação de máquinas e equipamentos brasileiros, específicos para a agricultura familiar, e conta com linha de crédito de US\$ 640 milhões para o biênio 2010-2012. Em 2011, aderiram ao Programa os Governos de Gana e Zimbábue. Moçambique, Quênia, Namíbia, Camarões, Tanzânia e Senegal estão em curso de adesão ao programa de cooperação, o qual vem sendo estendido também para a região latino-americana e caribenha, a partir da assinatura, em novembro, de projeto de cooperação com o Governo de Cuba.

Ainda no âmbito da cooperação, a partir de transferência da metodologia brasileira do Programa Territórios da Cidadania, foi lançado em setembro, pelo Governo de El Salvador, o Programa Presidencial *Territorios de Progreso*, adequado à realidade salvadorenha. O Governo de El Salvador recebeu apoio para o estabelecimento da articulação entre os diferentes órgãos de governo e para a elaboração de uma matriz de ações governamentais para promover o desenvolvimento sustentável de regiões rurais daquele país.

Foi posto em prática um conjunto de atividades que busca estruturar a promoção comercial dos produtos da agricultura familiar no mercado internacional, e que se articulará com a realização de uma Feira da Agricultura Familiar durante a Conferência Rio+20 em 2012.





b) Reforma Agrária

b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária

Em 2011 foram assentadas 22.021 novas famílias para fins de reforma agrária. Foram criados 117 novos projetos, com área total de 2,5 milhões de hectares, disponibilizando 14 mil novas vagas. Atualmente, a reforma agrária conta com 8.863 assentamentos estabelecidos, em uma área que atinge 87,5 milhões de hectares e 931,6 mil famílias assentadas. Foram gastos, em 2011, R\$ 733,5 milhões com obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais.

Outro destaque na obtenção de imóveis em 2011 foi a publicação de 60 novos Decretos de Desapropriação, perfazendo 113,6 mil hectares, com capacidade para assentar 2.739 novas famílias.

Uma importante ação iniciada em 2011 se refere ao combate à venda de lotes da reforma agrária: a campanha “Reforma Agrária: Essa conquista não está à venda”, lançada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em novembro, e veiculada na mídia nacional. Ressalta-se que, somente nesse ano, o Incra efetuou a vistoria da situação ocupacional de 28,2 mil lotes, verificando a efetiva ocupação deles, bem como implementando ações de retomada, quando constatadas irregularidades.

Ao longo de 2011, foram vistoriados pouco mais de 1,9 milhão de hectares de áreas potenciais para reforma agrária, além da realização de perícias judiciais em 92 imóveis e imissão de posse em outros 55 imóveis.

b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos

As ações de qualificação dos projetos de assentamento figuram como prioridade na implantação e no desenvolvimento da reforma agrária, tendo sido ampliados e intensificados os investimentos voltados para assegurar qualidade de vida e condições sustentáveis de produção aos assentados.

Em 2011, foram aplicados R\$ 110,3 milhões em serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental na Reforma Agrária (Ates), possibilitando a atuação de aproximadamente 3 mil profissionais, responsáveis pelo acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental de 288,1 mil famílias, em 3,7 mil projetos de assentamento em todo o País. Foram lançadas, em 2011, 21 chamadas públicas para a seleção e contratação de entidades prestadoras de serviços de Ater para a reforma agrária, visando atender 148,1 mil famílias em 16 Estados, com valor total de R\$ 194 milhões.

Em relação ao crédito instalação – recurso destinado à implantação e ao desenvolvimento dos assentamentos – em 2011, foram disponibilizados mais de R\$ 477,6 milhões, beneficiando diretamente 57,7 mil famílias. Desse total, 28,5 mil famílias foram apoiadas para a construção ou recuperação de casas nos assentamentos, e outras 29,2 mil foram beneficiadas pelas demais modalidades de crédito instalação, com destaque para o apoio inicial e o fomento, que visam à estruturação inicial das famílias. Ressalta-se, ainda, que outras 26,9 mil famílias receberam complementações de crédito para as modalidades que tiveram seus valores reajustados recentemente. Em 2011, foram construídas ou reformadas 23,3 mil casas em assentamentos da reforma agrária.

O investimento em infraestrutura básica dos assentamentos em 2011 atingiu R\$ 221,6 milhões, beneficiando mais de 37,9 mil famílias, com a construção ou recuperação de 3,4 mil km de estradas, (21,4 mil famílias beneficiadas), a implantação de 261 sistemas de abastecimento de água (10,3 mil famílias beneficiadas), dentre outras obras.

Outra ação estruturante foi o apoio à agroindustrialização e à comercialização, conhecida como “Terra Sol”. Nessa ação foram destinados R\$ 9,4 milhões, beneficiando 3 mil famílias. Ainda entre as ações estruturantes, foi realizada a demarcação





topográfica e identificação das áreas de reservas legais em 266 projetos de assentamento, beneficiando 25,4 mil famílias, com recursos de R\$ 15,1 milhões.

Na ação de concessão de uso e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento, foram concedidos 46.539 títulos, em sua grande maioria de concessão de uso, em caráter provisório ou definitivo, despendendo R\$ 2,4 milhões.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) vem apoiando o processo de escolarização e formação dos assentados. Em 2011, aproximadamente 17 mil pessoas acessaram as ações de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Capacitação de Nível Médio e Superior nos Assentamentos, com recursos na ordem de R\$ 12,9 milhões.

Por fim, em 2011, 647 licenças ambientais foram protocoladas – incluindo as licenças renovadas – e 371 licenças foram expedidas. Além disso, foram destinados R\$ 8,4 milhões para projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais com foco na preservação da biodiversidade, gerando benefícios a mais de 34,1 mil famílias.

b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Operando de maneira complementar aos instrumentos da reforma agrária, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) financia a compra de terras por agricultores familiares, trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais, com concessão de recursos para investimentos básicos e estruturação da unidade produtiva.

Em 2011, mais de 5 mil famílias de trabalhadores rurais foram beneficiadas com o Programa, o que significou a aquisição de 86 mil hectares, acesso à moradia, água de qualidade, energia elétrica e assistência técnica. A política de crédito fundiário contou com o investimento de mais de R\$ 159 milhões, dos quais R\$ 115 milhões foram investidos na aquisição de terras e R\$ 44 milhões em recursos não reembolsáveis aplicados no combate à pobreza rural.

Dentre os avanços importantes alcançados no ano de 2011, destaca-se o atendimento a cerca de 20 mil famílias beneficiárias do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA), nas chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que tiveram por objetivo a prestação de serviços para consolidação produtiva dos projetos, para a geração de renda e inserção de excedentes no mercado.

Em 2011, ressalta-se também a ampliação dos mecanismos de renegociação das dívidas contraídas com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, para as operações de crédito inadimplentes, possibilitando a repactuação de dívidas com condições especiais por parte dos beneficiários do Programa.

Para 2012, as prioridades do Programa continuam direcionadas à ampliação do número de famílias com acesso ao PNCF, bem como a ampliação do atendimento de famílias pela Ater. Também está entre as prioridades a consolidação dos instrumentos de acompanhamento da dinâmica do mercado de terras, de monitoramentos dos projetos implantados e de avaliações externas do Programa.

b.4) Regularização Fundiária

b.4.1) Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal

O Programa Terra Legal tem promovido a regularização e a destinação das terras públicas federais situadas em áreas ainda não destinadas, seja por meio da identificação, do georreferenciamento e da titulação em nome dos ocupantes, nas áreas rurais, ou por meio do georreferenciamento e da doação às Prefeituras, no caso de núcleos urbanos.





Até dezembro de 2011, o Terra Legal cadastrou 97 mil requerentes no meio rural, com área de 11,9 milhões de hectares, georreferenciou 34 mil ocupações que somam uma área superior a 6,0 milhões de hectares e emitiu 1.144 títulos, que totalizam área de 129 mil hectares destinada e regularizada. Desse total, somente em 2011, o Terra Legal cadastrou cerca de 12 mil imóveis com área de 1,9 milhão de hectares, georreferenciou mais de 23 mil parcelas de área superior a 5,8 milhões de hectares e emitiu 650 títulos, com área de 37 mil hectares.

Para 2012, o Programa Terra Legal passará por diversas mudanças normativas e de procedimentos com vistas a permitir maior agilidade na análise e tramitação dos processos, dentre as quais se destacam a digitalização do acervo fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); o desenvolvimento e a implementação de um Sistema de Informações Geoespaciais (SIG) para permitir o compartilhamento e uso dessas informações via Internet; a consolidação do aplicativo *Sistehreg Geo*; a automatização de etapas da análise processual; e o reordenamento dos fluxos internos de tramitação do processo.

O Terra Legal também está ampliando a parceria com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no monitoramento ambiental e desenvolvimento de ações de inteligência visando coibir eventuais ilícitos, e no desenvolvimento de sistemas para compartilhamento de informações via rede de antenas VSATs.

Outra ação importante foi o lançamento da Chamada Pública para a contratação de entidades executoras de Ater visando mapear e identificar povos e comunidades tradicionais em áreas remanescentes de glebas públicas federais.

Na parte produtiva, será ampliada a implementação da estratégia Rota Verde, que prevê às famílias regularizadas o acesso simplificado a um conjunto de políticas públicas que vai da emissão do Cadastro Ambiental Rural, Assistência Técnica e Extensão Rural até a orientação para comercialização da produção.

Na área de regularização urbana, a meta do Programa é que sejam regularizados 574 núcleos urbanos, distribuídos em aproximadamente 151 Municípios. Desse total, já foram regularizadas, em parceria com o Ministério das Cidades, 88 áreas em 49 Municípios, totalizando 9 mil hectares doados, beneficiando mais de 330 mil pessoas. Somente em 2011, foram 47 áreas em 19 Municípios, totalizando 2,7 mil hectares, beneficiando mais de 91 mil pessoas.

b.4.2) Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas

A ação de regularização fundiária de imóveis rurais tem por objetivo regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, com vistas ao ordenamento fundiário. Com isso, busca-se: i) garantir segurança jurídica aos pequenos proprietários de imóveis rurais, possibilitando o acesso às políticas públicas de fomento à produção; ii) diminuir a insegurança e os conflitos no meio rural, reduzindo o êxodo rural; iii) conhecer as terras públicas devolutas para serem arrecadadas e, posteriormente, destinadas; e iv) identificar as terras com ocupações irregulares, a exemplo das práticas de grilagem, visando a retomada judicial dessas áreas.

Somente em 2011, foram publicados 21 editais de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), abrangendo uma área de 200,5 mil hectares, em benefício de 3,0 mil famílias quilombolas. Ainda em 2011 foram contratadas empresas, mediante realização de pregão nacional, para a elaboração de 158 novos relatórios antropológicos que irão beneficiar aproximadamente 15,9 mil famílias, especialmente nos Estados da Bahia, Maranhão e Minas Gerais. Foram ainda publicadas nove Portarias de Reconhecimento, relativas a 26,1 mil hectares que vão beneficiar 587 famílias, bem como um decreto desapropriatório. Nessa ação foram despendidos R\$ 38,8 milhões para indenização de benfeitorias e das terras dos imóveis demarcados e titulados.





Para enfrentar o grande passivo ainda existente em termos de regularização fundiária, em 2011 foram regularizados 54,7 mil imóveis e, em 2012, o Governo dará continuidade na adequação dos normativos internos com especial atenção aos procedimentos de georreferenciamento, de ratificação de títulos em área de fronteira e de destinação de terras em áreas desapropriadas para fins de regularização fundiária.

b.4.3) Cadastro de Terras e Regularização Fundiária

Em 2011, o Programa atuou em 60 Municípios, cadastrando e georreferenciando 12.827 imóveis e titulando 171 famílias. Inovou-se com a adoção de metodologia para o cadastro georreferenciado, por meio da utilização de imagens de satélites, o que diminuiu os custos e conferiu maior agilidade aos processos.

Para 2012, a prioridade é dar continuidade às ações de cadastro e regularização fundiária, com capacitação das famílias em sintonia com as diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria. Espera-se também: i) consolidar a metodologia de geocadastro por imagem e georreferenciamento seletivo de imóveis; ii) implementar o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre Governo e Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terras (Anoter), Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib), em busca da adoção de medidas conjuntas relacionadas ao Sistema de Registro de Imóveis, envolvendo o CNJ; iii) ampliar o debate em busca de solução prática e eficaz para a regularização fundiária em terras particulares de ocupação familiar e com problemas na cadeia dominial; e iv) articular ações de reordenamento agrário.

8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

No ano de 2011, o Governo avançou no processo de atualização e revisão da estrutura de governança e da tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para 2012, a perspectiva é dar maior visibilidade institucional para essa Política, na medida em que o Governo prevê a conclusão de importantes trabalhos que se encontram em andamento e culminarão na reativação e na criação de instâncias de governança da política, e na realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.

Ao longo de 2011, também foram empenhados esforços para a criação de uma maior densidade à temática regional. As ações de divulgação resultaram em estudos do setor, na publicação de três edições do Boletim Informativo da PNDR e no lançamento da II Edição do Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional, que passará a ser denominado Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida. Ainda nesse sentido, foram fortalecidas a articulação intersetorial e a aproximação com a Academia, no âmbito do desenvolvimento regional. A cooperação internacional com a Comissão Europeia em política regional foi aprofundada e tem propiciado a troca de informações e conhecimentos, que serão incorporados ao processo contínuo de aprimoramento da PNDR.

Como instrumento da PNDR em 2011, ainda merece destaque a capacitação em desenvolvimento regional, mediante a realização do Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, que capacitou cerca de 120 gestores regionais, e a edição do Curso de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Regional, que capacitou 30 agentes públicos.





Em consonância com os objetivos da PNDR, os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) financiaram, até novembro de 2011, R\$ 14,4 bilhões, representando um crescimento de 5,9% em relação a idêntico período de 2010 (R\$ 13,6 bilhões). Com esses recursos, foram contratadas 492 mil operações, representando 8,0% de crescimento em relação ao mesmo período de 2010.

Na Região Nordeste, com recursos do FNE, foram aplicados, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), R\$ 8,4 bilhões até novembro de 2011, tendo sido priorizados os segmentos de micro e pequenas empresas, de agricultura familiar e de microfinanças, além dos investimentos em infraestrutura e estruturadores de cadeias produtivas.

Na Região Norte, com recursos do FNO, o Banco da Amazônia (Basa) investiu R\$ 1,7 bilhão até novembro de 2011, priorizando a concessão de financiamentos às atividades produtivas do setor industrial, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do País e o estímulo à geração de emprego e renda.

Já na Região Centro-Oeste, o Banco do Brasil aplicou R\$ 4,3 bilhões do FCO, até novembro de 2011. A prioridade foi dada a investimentos dos setores produtivos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da reforma agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações.

Para 2012, está previsto o aporte de recursos de aproximadamente R\$ 20,6 bilhões dos Fundos Constitucionais para essas três regiões, sendo R\$ 5,1 bilhões provenientes do FCO, R\$ 11,5 bilhões do FNE e R\$ 4,0 bilhões do FNO. Outro instrumento de financiamento da PNDR, os Fundos de Desenvolvimento e Investimentos são uma via consistente para a viabilização do desenvolvimento regional, mediante a exploração dos potenciais endógenos de desenvolvimento das diversas regiões do País para o combate às desigualdades sociais e a eliminação da pobreza extrema do Brasil.

Os empreendimentos com projetos aprovados à conta do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) somaram, cumulativamente, até 2011, investimentos no montante de R\$ 20,2 bilhões; já à conta do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), o valor correspondente alcançou R\$ 6,8 bilhões. Juntos, os dois Fundos participaram de investimentos totais de R\$ 27 bilhões nas duas regiões, indicando alavancagem de recursos de outras fontes (próprios e de terceiros) de R\$ 20 bilhões, ou seja, 285% da participação dos Fundos direcionados a projetos estruturadores e de infraestrutura.

Em 2011, o FDA aplicou R\$ 404 milhões em um projeto no setor de energia e o FDNE financiou projeto no setor de transporte ferroviário no valor de R\$ 494 milhões. Os recursos dos projetos aprovados e contratados, em 2011, totalizaram R\$ 818 milhões em recursos do FDA e R\$ 115 milhões do FDNE, resultando em investimentos totais superiores a R\$ 3,5 bilhões. Para 2012, a dotação prevista para os Fundos são, respectivamente, de R\$ 1,3 bilhão para o FDA e de R\$ 2 bilhões para o FDNE. Há ainda a expectativa de início da operação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), o que deverá alavancar novos investimentos nessa Região.

As regiões Norte e Nordeste também foram atendidas com os incentivos e benefícios fiscais concedidos às empresas instaladas nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia ou do Nordeste, em diversas modalidades. Merece destaque o incentivo de isenção do imposto sobre a renda de pessoas jurídicas fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital.

No que se refere aos Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor), no exercício de 2011, foram contemplados 22 projetos com a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI). Desse total, 16 certificados foram emitidos para beneficiárias incentivadas pelo Finam e seis para beneficiárias incentivadas pelo Finor. Para tanto,





foram realizadas nove autorizações de liberações que atingiram o montante de R\$ 221,98 milhões, sendo que, desse total, R\$ 21,5 milhões são destinados às empresas incentivadas pelo Finam e R\$ 200,47 milhões, destinados a beneficiárias do Finor. Destaca-se que, desse último total, R\$ 123,5 milhões, ou 55,63% dos recursos, foram destinados ao Projeto da Transnordestina Logística, que é o projeto em atividade de maior relevância na carteira dos Fundos de Investimentos Finam/Finor.

No âmbito dos programas desenvolvidos com foco em escalas sub-regionais, foi viabilizado, em 2011, por meio do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso), o apoio aos projetos de desenvolvimento produtivo nas mesorregiões prioritárias, com investimentos da ordem de R\$ 4 milhões destacando-se projeto para estruturação da apicultura na porção piauiense da Mesorregião Chapada das Mangabeiras; concepção de plano estratégico da fruticultura e estruturação de unidades de beneficiamento na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul; estruturação de Centro de Referência em Vitivinicultura na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul; e prosseguimento ao apoio à estruturação da cadeia da fruticultura na Mesorregião Itabapoana que compreende Municípios dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Por intermédio dos Programas Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver) e Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), o Governo atuou na estruturação das Rotas de Integração Nacional, que são redes sinérgicas de Arranjos Produtivos Locais. Em 2011, foram investidos R\$ 7 milhões nos múltiplos projetos prioritários, a exemplo da Rota do Cordeiro, para apoio aos pequenos produtores rurais, agricultores familiares e assentados em parceria com os Estados do Ceará e Pernambuco, para o fortalecimento da caprino-ovinocultura. Na Rota do Mel, foram aplicados R\$ 2,3 milhões, para o fortalecimento da apicultura, para atender a 400 beneficiários. Na Rota da Fruticultura, foram investidos R\$ 500 mil com o objetivo de fortalecer o setor com apoio a agricultores familiares e irrigantes e meta de atender a 840 beneficiários. Na Rota do Vinho, o objetivo é apoiar o desenvolvimento sustentável da vitivinicultura no Arco Sul da Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que beneficiarão diretamente 1,5 mil produtores de uva para produção de suco e vinho em mais de 50 Municípios.

Por meio do Programa Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, foi instituída Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), formada por 20 órgãos do Governo Federal e oito entidades convidadas, e criados, em 2011, núcleos regionais de fronteira estaduais em sete dos 11 Estados fronteiriços. Os núcleos são espaços públicos ancorados na CDIF, para integração de políticas públicas para o desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileira. Pretende-se, a partir de 2012, criar mais quatro núcleos e desenvolver um conjunto de ações estratégicas na área de: i) saúde na fronteira; ii) escolas binacionais; iii) áreas integradas de controle; iv) investimentos em infraestrutura; e v) inclusão produtiva no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Ainda, no âmbito das iniciativas em escala sub-regional, merece menção o início da implementação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, destinado a prover políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da área de influência da Usina Hidrelétrica Belo Monte, ainda marcada por conflitos sociais de diferentes naturezas. A partir de junho de 2011, três grandes ações estruturantes foram implantadas na região: a instalação do Comitê Gestor do Plano, composto por representantes das três esferas de Governo e da sociedade, implicando a destinação inicial de R\$ 17 milhões em projetos públicos e de organizações não governamentais; a realização da Operação Cidadania Xingu, um mutirão de ações que promoveu cerca de 175 mil atendimentos a cidadãos de 11 Municípios, propiciando a emissão de certidões de nascimento, carteiras de trabalho, entre outros serviços; e a implantação da Casa de Governo, estrutura administrativa vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que se destina a coordenar as ações do Governo Federal na região e promover o diálogo com sociedade.





Também em 2011, o Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos, que integra o Plano Brasil Sem Miséria. A finalidade do Programa é garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, possibilitando a geração de excedentes comercializáveis para a ampliação da renda familiar dos produtores rurais.

a.1) Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: Governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Em 2011, aprofundou-se a discussão sobre as políticas públicas brasileiras com vistas à convergência do Plano Brasil Maior (PBM), do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para dar apoio ao desenvolvimento de aglomerados produtivos no Brasil de forma territorializada e consoante com o objetivo de alcançar maior equidade regional.

Destaca-se, também, que se encontra em fase final o estudo sobre indicadores de desenvolvimento de aglomerados produtivos locais, com vistas à implantação de um Sistema de Gestão de Conhecimento em APLs. Esse sistema permitirá o monitoramento e a gestão das informações e dos conhecimentos sobre APLs, além de promover a interação das empresas envolvidas nos aglomerados, gerando, assim, negócios entre elas; e viabilidade da troca, sistematizada, de informações entre os APLs, disseminando os resultados de programas ou atividades desenvolvidos regionalmente, bem como as melhores práticas e as lições aprendidas.

Além dessas iniciativas, o Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), sistemática de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos que visa incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural dos APLs selecionados, firmará, para o ano 2012, três núcleos operacionais, que atenderão mais de 500 empresas, beneficiando cerca de 5 mil empregados.

b) Infraestrutura Hídrica

Para minimizar a carência de água para consumo humano e outros usos, que afetam negativamente a saúde pública e restringem as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades onde a disponibilidade desse recurso é reduzida, o Governo vem priorizando a implantação de infraestrutura hídrica eficiente e integradora do território nacional, com o desenvolvimento de ações estruturantes realizadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nesse sentido, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf) é o empreendimento em execução de maior relevância no contexto nacional. O Pisf beneficiará cerca de 12 milhões de brasileiros e promoverá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semiáridas. O projeto prevê uma sistemática mais eficiente de operação dos reservatórios já construídos, com melhor aproveitamento da infraestrutura e gestão mais eficaz da água.

As obras do Pisf, divididas em dois grandes eixos, o Norte e o Leste, atenderão aos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Ações de caráter social fazem parte desse complexo, como a construção de 695 casas para comunidades indígenas e quilombolas e melhoramentos em outras 1.709 casas, beneficiando 2.404 famílias, bem como 18 Vilas Produtivas Rurais para assentamento de 768 famílias afetadas pelo empreendimento.





No exercício de 2011, foram aplicados R\$ 636,33 milhões em: i) obras dos eixos e das barragens Tucutu e Areias; ii) construção das Vilas Descanso, Salão, Queimada Grande, Malícia e Vassouras, que atenderão a mais 270 famílias; e iii) construção de casas para as populações quilombolas e indígenas. Para 2012 estão previstos R\$ 950 milhões para dar continuidade a essas intervenções, bem como à recuperação de reservatórios estratégicos existentes que receberão as águas do Pisf. O trecho entre a captação em Itaparica e a Barragem de Areias do Eixo Leste tem a conclusão prevista para o final de 2012.

No contexto da revitalização dos rios São Francisco e Parnaíba, foram implantados, em 2011, 43 sistemas de esgotamento sanitário nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Piauí, Pernambuco, Maranhão e Sergipe, beneficiando 621 mil habitantes, com investimentos da ordem de R\$ 382,41 milhões, incluído restos a pagar de exercícios anteriores.

Nesse exercício, foram celebrados Termos de Compromisso para a construção de módulos sanitários domiciliares e ligações para redes coletoras em 186 domicílios, com investimentos da ordem de R\$ 452,3 mil, e R\$ 6 milhões para recuperação e preservação da bacia do São Francisco e controle de processos erosivos. Essas intervenções melhoram a qualidade de vida da população e contribuem para a preservação dos rios.

Para 2012, será dada continuidade às intervenções para recuperação e controle dos processos erosivos e à implantação das ligações intradomiciliares de esgotos e módulos sanitários, com previsão de recursos da ordem de R\$ 326 milhões.

No tocante ao Programa Água para Todos, foram direcionados, em 2011, R\$ 84 milhões, para construção de 130 poços e implantação de 16 sistemas de abastecimento de água nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. Para 2012 está prevista a construção de 32 sistemas que atenderão a 253 localidades dos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Sergipe.

Ainda no contexto hídrico, foram investidos, em 2011, R\$ 464,7 milhões em adutoras e barragens, sendo que R\$ 422,8 milhões em obras do PAC, propiciando a conclusão dos seguintes Projetos: Barragem Missi (CE), Barragem Riacho da Serra (CE), Eixo de Integração Castanhão-Trecho IV (CE), Barragem Pedro Alexandre (BA), Sistema Adutor do Congo (PB), Sistema Adutor Agrestina (PE), Sistema Adutor Belo Jardim (PE), Sistema Adutor Limoeiro (PE). Esses projetos possibilitam adução de água por meio de 234 km de canais e adutoras e a reservação de 88 milhões de m³ de água, beneficiando aproximadamente 192 mil brasileiros com a melhoria da disponibilidade e da oferta de água.

No decorrer de 2011, deu-se prosseguimento às obras para a implantação de sistemas de abastecimento e de barragens, que permitirão a instalação de 1.310 km de adutoras e o armazenamento de aproximadamente 2 bilhões de m³ de água, cabendo destacar: Barragem Congonhas (MG), Barragem Jequitaiá (MG), Sistema Adutor de Guanambi (BA), Canal Adutor do Sertão Alagoano (AL), Adutora Gavião-Pecém (CE), Barragem Arvorezinha (RS), Canal Eixo de Integração – Trecho V do eixo de integração Castanhão-Pecém (CE), Sistema Adutor João Leite (GO), Sistema Adutor do Agreste (PE), Sistema Adutor Piau (PI), Sistema Adutor Alto Oeste (RN), Barragem Arroio Taquarembó (RS) e Sistema Adutor São Francisco (RN). Para 2012, estão previstos investimentos de R\$ 995,6 milhões em adutoras e barragens e R\$ 13,8 milhões para recuperação, adequação, operação e manutenção de infraestruturas hídricas, que são importantes para a manutenção de suas funções de oferta de água e para a segurança das estruturas.

Na área da agricultura irrigada, a comparação do cenário brasileiro com o internacional ilustra o enorme potencial de expansão da atividade no País. No cenário mundial, 44% da produção de alimentos provém de 18% de área cultivada irrigada, os demais 56% da produção são oriundos de métodos tradicionais. No Brasil, apenas 5% da área colhida é irrigada, correspondente a 16% do total da produção de alimentos, sendo que a Região Sudeste concentra a maior parte das áreas irrigadas do País, com 37% do total, seguida pelas Regiões Sul (27%), Nordeste (22%), Centro-Oeste (12%) e Norte (2%), segundo os dados do Censo Agropecuário 2006.





Estudos preliminares apontam que as regiões Norte e Centro-Oeste integram as maiores áreas potenciais para o desenvolvimento da irrigação no País. Para que investimentos alcancem a máxima eficácia, vem sendo discutido aperfeiçoamento à gestão da política. O Governo pretende, por meio de iniciativas estruturais e não estruturais, incentivar a ampliação da área irrigada, da produção e da produtividade em bases ambientalmente sustentáveis, com o objetivo de aumentar a oferta de alimentos, a competitividade da agricultura brasileira e a geração de emprego e renda.

Em 2011 foram direcionados para irrigação recursos da ordem de R\$ 572,8 milhões, destacando-se os investimentos integrantes da carteira do PAC 2, como os realizados nos Perímetros de Irrigação Arambaré, com 10.650 ha no Rio Grande do Sul; Várzeas de Sousa, com 4.100 ha na Paraíba; Araras Norte – 2ª etapa, com 1.619 ha no Ceará; Baixo Acaraú – 2ª etapa, com 4.144 ha no Ceará; Mirorós, com 2.145 ha na Bahia; Nilo Coelho, com 18.857 ha em Pernambuco; Curaça, com 4.350 ha na Bahia; e Gorutuba, com 5.236 ha em Minas Gerais; e na Revitalização do Rio Formoso, com 28.437 ha em Tocantins, além de investimentos para Projetos de Irrigação na Região Centro-Oeste.

Para 2012, está prevista a aplicação de R\$ 665,7 milhões para dar continuidade às intervenções de implantação de projetos de irrigação, inclusive com novo edital de licitação para o Perímetro Pontal, transferência da gestão, revitalização de projetos de irrigação, estudos e capacitação para a agricultura irrigada.

c) Defesa Civil – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

No decorrer de 2011, o Governo, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades e assegurar proteção civil à população, priorizou a ampliação dos gastos com prevenção em relação às despesas com resposta e reconstrução.

Para tanto, foram executadas ações para: i) ampliação e modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), o qual passou a operar em nova sede, localizada no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), com adoção de regime integral de trabalho (24 horas e sete dias por semana); ii) elaboração do Programa de Capacitação em Defesa Civil; iii) execução do Plano Emergencial de Preparação dos Estados do Sul e Sudeste para o Verão 2012; iv) realização, em Brasília (DF), do 1º Seminário Internacional sobre Gestão Integrada de Riscos e Desastres, para troca de experiências bem-sucedidas na área de Defesa Civil, com representantes de vários países e de diferentes regiões do Brasil; v) realização do 8º Fórum Nacional de Defesa Civil em Maceió (AL); e vi) transferência de recursos a Municípios e Estados por meio de convênios ou transferências obrigatórias.

Com o objetivo estratégico de ampliar e qualificar a resposta aos desastres, em 2011, foi enfatizado o aperfeiçoamento dos mecanismos de aplicação de recursos de resposta, por meio da publicação do manual de orientações, que traz informações para que Estados e Municípios tenham acesso aos recursos de transferências voluntárias destinadas à ações de caráter preventivo em áreas de risco. Com o mesmo objetivo, foi publicado o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais e deu-se início ao Desenvolvimento do Sistema de Informações sobre Desastres e à implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, em 25 Municípios e cinco Estados, o qual será gradativamente ampliado para todo o País.

O Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, do Plano Plurianual 2012-2015, estabelece as responsabilidades pelas ações entre diversos órgãos envolvidos nessa temática. A discussão do tema ensejou ainda formatação de propostas de revisão da legislação que rege a Política Nacional de Defesa Civil, cuja discussão e eventual encaminhamento ao Congresso ocorrerão em 2012.





Para efetivação das ações da Secretaria Nacional de Defesa Civil, o Governo aplicou, em 2011, recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 768,8 milhões em pagamentos realizados diretamente pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, incluindo os restos a pagar, e R\$ 244,6 milhões em destaques concedidos.

Em relação aos destaques orçamentários de 2011, têm-se: i) Ministério da Defesa, R\$ 235,5 milhões, referente à distribuição de água potável no semiárido brasileiro por meio de carros-pipa e ações de socorro as vítimas de enchentes no Estado do Rio de Janeiro promovidas pelos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica – Operação Serrana; ii) Companhia Nacional de Abastecimento, R\$ 4,8 milhões, referente à distribuição emergencial e gratuita de gêneros alimentícios às famílias em situação de insegurança alimentar proveniente de desastre e à operacionalização de materiais de assistência humanitária (recebimento, armazenamento, registro, transporte e distribuição); iii) Universidade Federal de Santa Catarina, R\$ 2,8 milhões, referente ao Planejamento Nacional para Mapeamento e Gestão do Risco – etapa I, diagnóstico e caracterização dos desastres por região brasileira; Programa Nacional de Redução de Riscos nas Escolas; Curso de Capacitação Básica Continuada – orientações, prevenções, preparação, resposta e reconstrução; Curso de Gestão de Convênios e Aplicação de Recursos; Capacitação Básica em Defesa Civil e Risco de Desastres; Criação da Estrutura de Suporte e Apoio ao Sistema Nacional de Defesa Civil, destinado ao gerenciamento de risco; e Capacitação Básica em Defesa Civil e Risco de Desastres; iv) Fundação Oswaldo Cruz, R\$ 284.000,00, referente à Capacitação Básica em Defesa Civil e Risco de Desastres; e v) Cia. Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, R\$ 1,1 milhão, referente à recuperação de barragens em situação crítica, localizadas nas bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim.

Para 2012, são prioridades, na área de Defesa Civil, dar continuidade a: i) modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad); ii) expansão do mapeamento de áreas de risco com foco em Municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos, com vistas a orientar as ações de Defesa Civil; iii) fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), com apoio à estruturação dos órgãos estaduais e municipais de Defesa Civil; iv) realização de Conferências de Defesa Civil; v) conscientização e capacitação da população nas atividades de prevenção e preparação para desastres; vi) estruturação e manutenção do Grupo de Apoio a Desastres; vii) promoção de intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente; viii) assistência às populações vitimadas; ix) reabilitação de cenários de desastres; x) expansão da implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil; e xi) revisão da sistemática de transferência de recursos aos Municípios e Estados para ações de prevenção e recuperação.

Para 2012, está prevista, ainda, a aplicação de aproximadamente R\$ 441,7 milhões para a execução das ações de Defesa Civil, não considerado nesse valor os créditos extraordinários para as potenciais intervenções de defesa civil, no que se refere à resposta aos desastres.

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

O ano de 2011 marcou a efetivação de um passo relevante para o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e da Política Nacional do Meio Ambiente: a aprovação e sanção da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no exercício da competência comum de proteção das paisagens naturais notáveis, proteção do meio ambiente, combate à poluição em qualquer de suas formas e preservação das florestas, da fauna e da flora.

Outra relevante inovação foi trazida pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que cria, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, conhecido como Bolsa Verde com o objetivo de integrar políticas de combate à extrema pobreza com a conservação ambiental.





Também em 2011 foi definido pelo Decreto nº 7.495, de 7 de junho de 2011, o marco institucional para a organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que acontecerá no Rio de Janeiro em junho de 2012, com a criação da Comissão Nacional para a Conferência e do Comitê Nacional de Organização no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, e a Assessoria Extraordinária para a Conferência no Ministério do Meio Ambiente. Em novembro, o Governo apresentou as contribuições brasileiras para a Declaração a ser assinada pelos Chefes de Estado na Conferência.

Deu-se prosseguimento à elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas; à elaboração e implementação dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas; e ao desenvolvimento de instrumentos de apoio ao planejamento ambiental e de recursos hídricos, como o Plano Estratégico da Margem Direita do Amazonas, e a conclusão da revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, os quais foram aprovados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Para tornar mais eficiente o processo de licenciamento ambiental federal, foram editadas sete Portarias Interministeriais, e criado o Comitê de Compensação Ambiental Federal, com a finalidade de definir a destinação dos recursos da compensação ambiental.

Em cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, foram instituídos cinco grupos para implantação da logística reversa e disponibilizou-se para consulta pública a versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

O Plano de Ação para a Produção e o Consumo Sustentáveis no Brasil, lançado em novembro de 2011, define os fundamentos da estratégia do Governo para promover a mudança nos padrões atuais de produção e consumo.

Entre as prioridades para 2012, está a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; a continuidade do aperfeiçoamento do licenciamento ambiental e do fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama); no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima – entre outras, está a revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima; o desenvolvimento de ações de gestão das florestas públicas e proteção dos biomas nacionais para garantir o acesso e o uso sustentável da biodiversidade brasileira e a redução de emissões de gases de efeito estufa, de acordo com o compromisso brasileiro junto à ONU; e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

a) Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

No período de 13 a 22 de junho de 2012, será realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em celebração aos 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

A Rio+20 deverá estabelecer nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável, apresentando bases claras para a incorporação desse conceito nos processos nacionais e globais de tomada de decisões. Na visão do Brasil, os resultados da Conferência deverão oferecer claros sinais de fortalecimento do sistema multilateral, incluindo a adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável. A Conferência abordará prioritariamente os seguintes temas: i) economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e ii) estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Para estruturar e organizar a participação do Brasil na Conferência, foi instituída em 2011 Comissão Nacional composta por representantes do Governo e da sociedade civil (academia, movimentos sociais, comunidades tradicionais, empresariais, indígenas e centrais sindicais), copresidida pelos Ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente, além de contar com uma Secretaria-Executiva, da qual fazem parte os Ministérios das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.





O Governo apresentou, em 1º de novembro de 2011, as contribuições brasileiras para a Declaração a ser assinada pelos Chefes de Estado ou de Governo por ocasião da Conferência. A elaboração desse documento pautou-se por amplo processo de consulta a diversos segmentos da sociedade, incluindo os segmentos empresarial, acadêmico e científico, organizações não governamentais e Governos Estaduais. No âmbito desses esforços, o Ministério do Meio Ambiente realizou consulta pública virtual, com o objetivo de conferir a todas as organizações da sociedade e aos cidadãos oportunidade adicional para contribuírem com o posicionamento do Brasil na Conferência. Essas contribuições repercutiram significativamente na posição apresentada pelo Governo.

O documento brasileiro apontou oito propostas que o País almeja ver aprovadas na Rio+20. Tais propostas, juntamente com as demais apresentadas pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), serão objeto de negociações internacionais que deverão constituir a etapa preparatória do evento. Como subsídio a esse processo, o Governo promoverá estudos, novas consultas setoriais e ampla articulação com a sociedade brasileira, visando à construção das posições, visões e prioridades nacionais sobre os temas da Conferência.

b) Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima

O desenvolvimento sustentável do Brasil está relacionado dentre outros fatores com a capacidade de resposta do País aos desafios e oportunidades associados às mudanças do clima. Por isso, é preciso fortalecer as instituições e os grupos de pesquisa que trabalham nessa área para que eles sejam capazes de oferecer informações precisas e confiáveis quando demandados.

A detecção precoce de quaisquer tendências associadas às mudanças climáticas é fundamental para que estudos mais aprofundados possam ser realizados a tempo e para que estratégias de adaptação e mitigação possam ser adotadas com sucesso. Por isso, em 2011, iniciou-se a criação de um sistema de observação dos impactos dessas mudanças.

Para constituir um sistema de monitoramento e prevenção de desastres naturais no País, será preciso investir em pesquisa e desenvolvimento de modelagem numérica de altíssima resolução; na ampliação das redes de observação; no desenvolvimento de ferramentas adequadas para visualização das informações; e no treinamento de profissionais para desenvolver e aplicar corretamente os produtos para os diferentes segmentos de usuários.

As principais ações a serem desenvolvidas nos próximos anos para essa área são:

- Desenvolvimento, teste e implementação do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global no supercomputador Tupã, com o objetivo de assegurar autonomia e eficiência na geração de cenários climáticos futuros;
- Promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas; e
- Ampliação das iniciativas de educação ambiental associadas à prevenção dos desastres naturais decorrentes das mudanças climáticas.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, conferiu ao Brasil, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, destaque entre os países em desenvolvimento, por seu pioneirismo na proposição de reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), projetadas para 2020.

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima) é um dos instrumentos definidos na Política e sintetiza ações voluntárias de diversos setores voltadas para a redução de GEE. Em 2011, destacaram-se a redução das emissões provenientes





da queda da taxa do desmatamento e da degradação florestal e o aumento das remoções desses gases por florestas e práticas sustentáveis de manejo florestal.

Vale ressaltar que, nas negociações internacionais, o Brasil defende um novo período de cumprimento de metas do Protocolo de Quioto pós 2012, para limitar o aquecimento global até o máximo de 2°C em relação ao nível verificado antes da Revolução Industrial.

Em relação aos Planos Setoriais previstos no art. 2º do Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, encontram-se em fase de implementação: Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm); Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado); Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE); e Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). Em fase de elaboração, estão os planos setoriais: de Transporte Público Urbano e Sistemas Modais de Transporte Interestadual de Cargas e Passageiros; de Indústria (Transformação, Bens de Consumo Duráveis, Química Fina e de Base, Papel e Celulose e Construção Civil); de Mineração; de Serviços de Saúde e de Pesca e Aquicultura.

Em 2012, será reformulado e reapresentado o Plano Setorial de Siderurgia, que prevê a substituição do carvão vegetal de origem de florestas nativas por florestas plantadas e ocorrerá a revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

b.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) é um dos principais instrumentos de promoção e financiamento de atividades vinculadas à Política Nacional sobre Mudança do Clima. A partir da formalização de seu Comitê Gestor em 2011, foi possível estabelecer as diretrizes do Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) – 2011 (art. 5º do Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010) e definir as condições de transferência dos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis para aplicação em projetos. Destaca-se, quanto aos recursos reembolsáveis, a aprovação da Resolução nº 4.008, de 14 de setembro 2011, pelo Conselho Monetário Nacional, para regular os juros e prazos. Quanto aos recursos não reembolsáveis, foi aberto processo de seleção e avaliação de projetos para execução do orçamento do ano nas modalidades dirigida e de livre concorrência.

O PAAR – 2011 estabeleceu cinco linhas de ação para os recursos não reembolsáveis e seis linhas de ação para os recursos reembolsáveis. Dos recursos reembolsáveis, foram transferidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) R\$ 204 milhões e, dos recursos não reembolsáveis, foram assinados convênios e descentralizações com entidades públicas e privadas no valor aproximado de R\$ 34 milhões.

Para 2012, estima-se dar continuidade à aplicação de recursos, ao acompanhamento e à avaliação dos projetos em execução com os recursos liberados em 2011. Prevê-se ainda o início das chamadas para os projetos a serem executados com recursos reembolsáveis transferidos ao BNDES, a ampliação das parcerias e o fortalecimento do apoio aos projetos estruturantes.

c) Florestas

O Brasil possui, aproximadamente, 516 milhões de hectares cobertos por florestas, o que representa a segunda maior área de florestas do mundo.





O Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, estabelece condições e instrumentos para o uso e a proteção de recursos florestais e de demais formações vegetais. Em 2011, órgãos governamentais, segmentos sociais e parlamentares participaram ativamente das discussões voltadas à construção de um novo texto para o Código, capaz de conciliar as atividades econômicas, notadamente a produção agrícola, com a proteção do meio ambiente. No mesmo tema, diretrizes metodológicas foram estabelecidas para a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), por meio da Resolução Conama nº 429/2011.

Em 2012, dando continuidade aos esforços para aprimorar o texto e a implementação do Código Florestal, o Governo estará empenhado em apresentar subsídios e propostas para a consolidação de mecanismos destinados a coibir novos desmatamentos e estimular a recuperação das áreas degradadas.

Já o desenvolvimento de alternativas sustentáveis de uso das florestas públicas federais, por meio de concessões florestais, faz parte do conjunto de ações para a redução das desigualdades regionais e do desmatamento, para o ordenamento da ocupação do território amazônico e para a geração de um ambiente de legalidade do uso das florestas.

No ano de 2011, as concessões florestais foram consolidadas do ponto de vista técnico, jurídico e econômico, de modo a ampliar a segurança dos investimentos requeridos e também a sua escala operacional a partir de 2012. A concessão florestal, com base em contratos de longo prazo e no manejo florestal sustentável, tem o potencial de gerar milhares de empregos diretos e dinamismo econômico em regiões muito dependentes de repasses públicos e dos programas de transferência de renda.

Os mecanismos de controle da produção de madeira proveniente das concessões florestais, adotados nas operações em andamento, demonstram a vanguarda na implantação de medidas que asseguram a origem legal e sustentável dos produtos florestais. As concessões florestais contam com um sistema de controle que reúne modernas técnicas de rastreamento da produção e do monitoramento, garantindo a legalidade e a sustentabilidade do processo. À primeira experiência em andamento desenvolvida na Floresta Nacional do Jamari (RO), somam-se novas áreas nos Estados do Acre, Pará e Rondônia, que irão totalizar 1 milhão de hectares de contratos a partir de 2012.

Implementou-se o segundo Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instrumento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído em 2009 com vistas ao fortalecimento da atividade florestal praticada por agricultores familiares e comunidades tradicionais. As ações de assistência técnica e de capacitação em gestão florestal foram desenvolvidas no bioma Amazônia, abrangendo 37 florestas públicas em sete Estados, totalizando mais de 12 milhões de hectares e envolvendo 19 mil famílias. No bioma Caatinga, a atuação se deu em seis Estados, abrangendo 37 florestas públicas, com ênfase especial nos projetos de assentamento.

Para 2012, o foco estará na ampliação da escala de atuação para garantir a plena viabilização do manejo florestal comunitário como forma significativa de geração de renda e preservação do meio ambiente. As ações estarão direcionadas para a integração das políticas públicas estruturantes do manejo florestal comunitário; para a implantação de um programa de assistência técnica continuada e sistêmica, com foco nas atividades florestais, no fomento ao manejo por meio de instrumentos econômicos; e na ampliação das áreas habilitadas para o manejo florestal comunitário, por intermédio de maior agilidade nos processos de licenciamento ambiental.

Além disso, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis e de promover a inovação tecnológica no setor, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) contratou, em 2011, 21 projetos selecionados em quatro chamadas públicas lançadas em 2010, sendo: dez iniciativas para a promoção da restauração florestal da Mata Atlântica da Região Nordeste do Brasil; cinco iniciativas para a promoção do manejo florestal comunitário e familiar na





Caatinga do Estado do Piauí; e seis iniciativas para a promoção do manejo florestal comunitário e familiar em Reservas Extrativistas da Região Norte do Brasil.

Em 2012, serão realizadas chamadas públicas com o objetivo de apoiar projetos de desenvolvimento florestal conforme Plano Anual de Aplicação Regionalizada em elaboração.

Com relação à disponibilização de informações florestais, o Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR) é um instrumento de planejamento, estratégico para o setor florestal brasileiro, que visa fornecer informações sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, extensão, distribuição espacial, diversidade e dinâmica em todo o território nacional. O IFN-BR consiste em coleta de dados biofísicos e socioambientais em campo a cada cinco anos. Em 2011, foi realizado o Inventário Florestal Nacional no Estado de Santa Catarina e no Distrito Federal. Para o ano de 2012, está previsto o levantamento nos Estados do Rio de Janeiro, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Sul.

O Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF), disponível no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) desde 2010, forneceu, em 2011, dados atualizados sobre o manejo para a produção de bens e serviços nas florestas brasileiras naturais e plantadas, o que revelou sua importância no cenário nacional e internacional. No ano de 2012, espera-se consolidar o SNIF como um instrumento de transparência da gestão pública florestal, por meio da disponibilização das ações dos órgãos federais e estaduais em um portal nacional.

d) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas

d.1) Bioma Amazônia

Nos últimos anos, foi aprimorada a metodologia de monitoramento e ampliada a capacidade logística aplicada à execução das atividades de fiscalização ambiental na Amazônia Legal, o que resultou, em 2011, nos menores níveis de desmatamento desde 1988, segundo dados preliminares do Sistema Prodes do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe), que monitora o desflorestamento em áreas maiores do que 6,25 hectares.

Segundo os dados preliminares, a área desmatada de agosto de 2010 a julho de 2011 foi estimada em 6,2 mil km², sendo 11,7% inferior aos 7 mil km² registrados no mesmo período nos anos de 2009 e 2010. Essa estimativa tem uma margem de erro de aproximadamente 10%, sendo que os números finais serão divulgados em meados de 2012.

Em 2011, as ações de fiscalização centralizaram-se nos Municípios responsáveis pelos maiores índices de desmatamento. Sete Municípios foram adicionados à lista, a saber: Moju (PA), Grajaú (MA), Boca do Acre (AM), Alto Boa Vista (MT), Tapurah (MT), Cláudia (MT) e Santa Carmem (MT). Assim como a saída do Município de Paragominas (PA) da lista de maiores desmatadores em 2010, merece destaque a saída do Município de Querência (MT), em 2011, por atingir os resultados exigidos. Atualmente, a lista é composta de 48 Municípios que estão sendo alvo da Operação Arco Verde (OAV), destinada a apoiá-los na transição para uma economia desvinculada do desmatamento ilegal.

Em abril de 2011, quando o desmatamento começou a apresentar sinais de aumento, especialmente no Mato Grosso, foi instalado um gabinete de crise e, somente para esse Estado, o Ibama enviou 500 fiscais. Operações conjuntas com a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança, o Exército e a Aeronáutica estancaram esse crescimento.





Dentre as operações de fiscalização realizadas em 2011, destacam-se: i) Operação Guaricaya de combate ao desmatamento ilegal com a apreensão de toneladas de desfolhantes ilegais (agente laranja), realizada no Amazonas; ii) Operação Mauritia, destinada a coibir o corte seletivo ilegal praticado por madeireiras no Maranhão e apreender equipamentos, veículos, madeiras e desmontar serrarias ilegais, cujo abastecimento era feito com madeiras oriundas de áreas protegidas; iii) Operação Corcel Negro II, realizada em vários Estados de forma simultânea, visando ao combate à cadeia ilegal do carvão, alcançando, inclusive, proprietários de metalúrgicas partícipes de quadrilhas criminosas que fraudavam o Documento de Origem Florestal (DOF); e iv) Operação Disparada, realizada em cinco frentes nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, com o objetivo de verificar o cumprimento de embargos das áreas desmatadas ilegalmente.

Visando promover maior envolvimento dos Estados na gestão dos recursos florestais, em 2011, o Governo prestou apoio técnico à elaboração de planos de prevenção e controle do desmatamento e de queimadas dos Estados de Roraima e Maranhão. Destaca-se que esses planos foram construídos de forma participativa e possuem articulação com o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Em 2011 foi concluída a 2ª fase de implementação do PPCDAm e teve início o processo de revisão do seu planejamento para o período 2012-2015, considerando-se as mudanças na dinâmica do desmatamento ocorridas, as lições aprendidas no período recente e os desafios ainda a serem vencidos. A conclusão do processo de revisão subsidiado por consulta pública, prevista para o primeiro semestre de 2012, definirá as ações de prevenção e combate ao desmatamento ilegal na Amazônia.

d.2) Bioma Cerrado

O Cerrado ocupa 24% do território nacional, possui 5% de toda a biodiversidade mundial e é responsável por 70% da vazão das bacias do Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná/Paraguai. Apesar de sua grande importância, o Cerrado já teve mais de 47% de sua área desmatada ou queimada, por eventos, na maior parte, de origem antrópica, causando graves danos à biodiversidade, aos recursos hídricos e ao clima. Com o intuito de proteger esse bioma, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), instituído por meio do Decreto de 15 de setembro de 2010, apresenta um conjunto de ações tático-operacionais para a redução do desmatamento e a ocorrência de queimadas no Cerrado, bem como alternativas de uso sustentável dos recursos naturais.

Após um ano de execução do PPCerrado, foi divulgado em 2011 seu primeiro relatório gerencial de acompanhamento. Houve avanços na geração e na divulgação de dados sobre o desmatamento no bioma, além do planejamento estratégico e da execução de operações de fiscalização integradas.

Segundo dados oficiais, divulgados em 2011, o Cerrado perdeu cerca de 6.469 km² de vegetação nativa entre 2009 e 2010. Essa taxa equivale a uma redução de 15% do desmatamento em relação ao período anterior (2008-2009), um sinal positivo para a continuidade das medidas em implantação para a proteção do Cerrado. Em 2012, será concluída a revisão do PPCerrado para os próximos quatro anos.

d.3) Biomas Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa

Assim como no Bioma Cerrado, o combate ao desmatamento na Caatinga passou a ser uma das prioridades para o Governo, que definiu a elaboração do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Caatinga (PPCaatinga), a ser concluído em 2012, com a finalidade de proteger o bioma que já perdeu 45% de sua cobertura vegetal. Operações de fiscalização já realizadas em 2011, das quais se destacam a Operação Xerófita e a Operação Mandacaru, apreenderam grandes quantidades de carvão e lenha produzidos ilegalmente.





Em 2011, ainda, foram divulgadas a taxa de desmatamento da Caatinga e a lista dos Municípios que mais desmataram de 2008 a 2009. O bioma perdeu 1.921 km² de sua cobertura vegetal remanescente nesse período. Serão igualmente divulgados, a partir de 2012, os dados do desmatamento dos biomas Pantanal, Mata Atlântica e Pampa, em continuidade ao Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite, que já apresentou os dados referentes ao período 2002 a 2008.

d.4) Números de Focos de Calor

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 2010 foram registrados, por meio dos satélites NOAA 15 Noite e NOAA 12 Noite, 133.149 focos de calor em todo o País. O ano de 2011 manteve proximidade com relação aos anos anteriores, conforme constatação do satélite AQUA UMD Tarde com 115.497 focos registrados. Em decorrência, foram realizados 1.480 combates ao fogo pelo Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), tendo o Sistema sido acionado 84 vezes pelos Municípios para apoiar no combate ampliado, envolvendo, além de servidores do Ibama, 834 brigadistas.

e) Recursos Hídricos

A implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos tem sido prioridade do Governo, que busca sempre promover o avanço da gestão dos recursos hídricos nos moldes preconizados pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Com relação à diretriz de fortalecimento da participação da sociedade, foi concluído o processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH 2025) com a aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) do documento: PNRH – Ações Priorizadas 2012-2015 e Estratégias para a sua Implementação.

Cabe ainda ressaltar a continuidade, em 2011, das seguintes ações: i) o desenvolvimento da matriz de coeficientes técnicos de consumo de água nos processos produtivos e de um modelo de equilíbrio geral; ii) o desenvolvimento de estudos e estratégias para a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços; e iii) o planejamento estratégico do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento do CNRH.

e.1) Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

O CNRH é um colegiado que regulamenta em caráter complementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecendo diretrizes gerais para a implementação dos instrumentos de gestão, além de desenvolver regras de mediação entre os diversos usuários da água, sendo, assim, uma das instituições responsáveis pela implementação da gestão dos recursos hídricos no País.

Entre as deliberações do CNRH, em 2011, cita-se a aprovação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas (MDA), importante instrumento para o direcionamento de ações a serem desenvolvidas em bases sustentáveis naquela região. Outra de suas medidas foi a regulamentação dos instrumentos de gestão referentes à outorga de direito de uso de recursos hídricos, por meio da resolução que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes.

O CNRH desempenhou papel importante no fortalecimento e na implementação do Singreh, delegando competência ao Instituto BioAtlântica (IBio) para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, dotando, assim, essa bacia de estrutura para implementar as ações previstas no respectivo Plano de Recursos Hídricos. Adicionalmente, aprovou os valores e mecanismos para cobrança pelo uso dos recursos hídricos na mesma bacia hidrográfica.





Após consulta aos Comitês de Bacias Hidrográficas e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, com base nos planos, programas e ações do Plano Nacional de Recursos Hídricos, foi aprovada resolução da Agência Nacional de Águas (ANA) que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos para os exercícios de 2012 e 2013.

Ressalta-se que o Conselho iniciou o processo de regulamentação da recém-aprovada Política Nacional de Segurança de Barragens, instituída pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, além de acompanhar a implementação dos Comitês Paranapanema e Grande.

e.2) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas

Em 2011, o Brasil atingiu a marca de 4,5 milhões de km² (53% do território nacional) de cobertura por Planos de Recursos Hídricos. Esses planos são documentos programáticos que definem a agenda de recursos hídricos de uma região, identificando ações de gestão, planos, projetos, obras e investimentos prioritários, com a participação de órgãos governamentais, sociedade civil, usuários e diferentes instituições que participam do gerenciamento desses recursos.

As conquistas de 2011 incluem a aprovação pelo CNRH do já mencionado Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas e a conclusão e aprovação pelo Comitê de Bacia do Plano do Rio Verde Grande, importante afluente do rio São Francisco. Além disso, iniciou-se a implementação do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (2010-2020), com proposta de atualização do Enquadramento dos Corpos de Água até o ano de 2035.

Em 2012, deverá ser concluído o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, com a elaboração dos respectivos Planos de Ações de suas bacias afluentes e da proposta de enquadramento dos corpos de água da bacia. Para o período, também está prevista a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu.

e.3) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

A cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas vem sendo implementada desde 2001, tanto pela União quanto pelos Estados, em articulação com os respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas. Em rios de domínio da União, a cobrança já está funcionando nas bacias hidrográficas do rio Paraíba do Sul, desde 2003, envolvendo a gestão nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; no consórcio dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, em Minas Gerais e São Paulo, desde 2006; e no rio São Francisco, desde 2010, envolvendo ações em oito Estados da Federação. Em novembro de 2011, deu-se início à cobrança dos usuários na bacia hidrográfica do rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. São mais de 800 mil km² de área com a gestão descentralizada e participativa de recursos hídricos.

Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos retornam integralmente para as regiões em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação dos respectivos corpos d'água. A agência de bacia executa o plano de aplicação desses recursos de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica. A expectativa de arrecadação para o exercício de 2012 é da ordem de R\$ 65 milhões.

e.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas

No que se refere à revitalização de bacias hidrográficas, ressalta-se, em 2011, a continuidade das ações de saneamento na bacia do rio São Francisco implementadas pelo Governo com recursos contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento





(PAC), em que se destacam os resultados do Programa Água para Todos em Comunidades Ribeirinhas, com 32 obras concluídas, 334 obras em andamento, 151 obras programadas e aproximadamente 8 mil cisternas construídas, além de 22 obras de esgotamento sanitário concluídas, 54 em andamento e 98 obras em ação preparatória e licitação.

Na bacia hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), em 2011, deu-se continuidade à recuperação de matas ciliares ao longo do rio Aquidauana, aos serviços de terraceamento, à adequação de estradas rurais e à estabilização de processos erosivos (voçorocas), culminando com o plantio de mudas de espécies florestais nativas. Além disso, prosseguiram as atividades previstas nos projetos de recuperação de áreas degradadas em microbacias críticas e as atividades de capacitação já em desenvolvimento na sub-bacia do rio Taquari. Foi concedido apoio ao projeto da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso para recuperação de nascentes e matas ciliares do assentamento Laranjeiras I, com mobilização para conservação dos recursos hídricos no Pantanal Matogrossense, contemplando quatro fragmentos de mata ciliar, plantio de 5 mil mudas de árvores nativas e elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Assentamento Laranjeiras.

Na bacia hidrográfica dos rios Tocantins-Araguaia, destaca-se o projeto realizado no Estado do Tocantins para revitalização de fragmentos florestais sazonais na planície do Araguaia.

Em 2011, destacam-se ainda as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Água Doce (PAD), integrante do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) como uma das iniciativas do Programa Água para Todos. Sua finalidade é estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental socialmente sustentáveis. O PAD possui como meta implantar 1,2 mil sistemas de dessalinização, até 2014, beneficiando aproximadamente 500 mil pessoas, com investimentos de cerca de R\$ 168 milhões. Em 2011, foram estabelecidas parcerias com os Estados de Sergipe e Alagoas para aplicação da metodologia em 126 sistemas de dessalinização, atendendo aproximadamente 26 mil pessoas. Até o momento, o Programa beneficia cerca de 100 mil pessoas, em 152 localidades.

e.5) Atlas de Abastecimento Urbano de Água

A publicação do Atlas de Abastecimento Urbano de Água 2011 consolida um amplo trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das redes urbanas em todo o País. A sua elaboração buscou assegurar a convergência de decisões entre as instâncias de planejamento federal, estadual e municipal e, ao mesmo tempo, a integração desejada entre a gestão do uso da água e o abastecimento urbano.

Foram avaliados todos os mananciais e sistemas de produção de água das redes urbanas de todos os 5.565 Municípios brasileiros, indicando as principais obras e ações de gestão para o atendimento das demandas até 2025, inclusive ações necessárias para a proteção da qualidade das águas dos mananciais.

Tendo em vista a relevante amostragem de dados, o tratamento e as projeções de parâmetros quantitativos e qualitativos de informações de demanda de uso dos recursos hídricos, o Atlas de Abastecimento foi subsídio para elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo.

e.6) Programa de Desenvolvimento do Setor Águas – Interáguas

Outro instrumento de apoio ao planejamento é o Programa Interáguas, lançado no final de 2010, que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos





desenvolvidas do País, visando: i) aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços; ii) aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos; e iii) melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.

A assinatura do Acordo de Empréstimo ocorreu em 15 de dezembro de 2011. O início da execução está previsto para o primeiro trimestre de 2012 e tem prazo total de cinco anos para implantar as ações. O montante total de recursos do Programa é de US\$ 143,11 milhões e três ministérios serão responsáveis por sua execução: Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) e da Agência Nacional de Águas (ANA); Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA); e Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH), da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) e da Secretaria Nacional de Irrigação (Senir).

e.7) Atlas de Vulnerabilidade

Voltado à prevenção e redução de impactos de eventos hidrológicos críticos, o Atlas de Vulnerabilidade às Inundações do Brasil tem por objetivo diagnosticar a vulnerabilidade das bacias hidrográficas do País, identificando os trechos inundáveis dos principais rios e seu grau de vulnerabilidade, consolidando, de maneira inédita, as informações existentes nos Estados e na União sobre o tema. Esse trabalho irá subsidiar a construção de políticas públicas de previsão e prevenção de eventos hidrológicos críticos, além das atividades dos órgãos de defesa civil.

Em 2011, foram finalizados o levantamento e a consolidação das informações da Região Nordeste e iniciados os levantamentos nas regiões Sul e Norte. A publicação do Atlas abrangendo todo o território brasileiro está prevista para 2012.

f) Licenciamento e Qualidade Ambiental

f.1) Licenciamento Ambiental

As demandas por licenças ambientais cresceram cerca de 700% em uma década. Em 2000, havia 251 empreendimentos em análise. Em 2011, identificaram-se 1.829 processos na carteira do licenciamento ambiental federal. O mesmo quadro de crescimento é registrado nos demais órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Com o intuito de aprimorar a legislação ambiental, em 2011 foram publicadas sete portarias interministeriais estabelecendo regras mais claras para o licenciamento ambiental federal e prazos para os órgãos envolvidos apresentarem seus pareceres sobre os estudos de impacto ambiental de empreendimentos que estão sendo analisados pelo Ibama.

Foram estabelecidos procedimentos para regularizar empreendimentos construídos antes de 1981, quando ainda não havia legislação ambiental no País, e para tornar mais claras as regras de licenciamento nos setores de portos, rodovias, linhas de transmissão, petróleo e gás.

Ainda em 2011, foi criado o Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF), com a finalidade de definir a destinação dos recursos da compensação ambiental pela implantação de empreendimentos licenciados em nível federal, prevista na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

A previsão para os próximos anos é de contínuo aumento das demandas por licenciamento ambiental, consideradas as projeções do Plano Decenal de Energia (PDE) de novas usinas hidrelétricas e construção de linhas de transmissão no setor de energia; a expansão de rodovias e ferrovias prevista no Plano Nacional de Logística de Transporte para o período de 2012-2015; o aumento esperado na produção nacional de petróleo e gás; e os investimentos nos portos e hidrovias.





Número de licenças ambientais emitidas em 2011

| | |
|-----------------------|------------|
| Licença Prévia | 54 |
| Licença de Instalação | 149 |
| Licença de Operação | 137 |
| Outras | 284 |
| Total | 624 |

Fonte: Sistema de Licenciamento (SisLic/Ibama) – 16/01/2012.

f.2) Qualidade Ambiental

A Qualidade Ambiental fundamenta-se em um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Como parte desse processo, estão previstas a publicação e a divulgação oficial do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente (RQMA) durante a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

No que se refere à avaliação e ao controle de substâncias químicas, em 2011, foram iniciados os estudos para a reavaliação de agrotóxicos do grupo dos neonicotinoides e foi elaborado um manual de procedimentos operacionais padronizados sobre avaliação por equivalência para dar maior agilidade ao processo de registro dessa modalidade.

Como forma de fortalecimento do Sisnama, em 2011 foram repassados aos Estados conveniados com o Ibama até 60% do valor da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Ibama, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras.

As perspectivas na área de gestão da qualidade ambiental para 2012 são: a expansão do Cadastro Técnico Federal; a publicação periódica e sistemática do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente (RQMA); a implantação do Inventário Nacional de Solos Contaminados; a implantação do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa; a elaboração de procedimentos operacionais padronizados para a avaliação por equivalência; a implantação da Avaliação de Risco; a criação de novos sistemas (Avaliação, Impurezas e Relatório de Comercialização) e de novos produtos em reavaliação por motivação ambiental; e a publicação do Relatório de Comercialização com novas informações (RET).

g) Proteção da Camada de Ozônio

De acordo com o Protocolo de Montreal, que dispõe sobre os prazos de eliminação da produção e do consumo dos hidroclorofluorcarbonos (HCFC), o Brasil deverá cumprir as seguintes metas: congelamento do consumo dos HCFC em 2013, com base no consumo médio de 2009-2010; redução de 10% do consumo em 2015; de 35% em 2020; de 67,5% em 2025; de 97,5% em 2030; e eliminação do consumo em 2040.

Com o objetivo de desenvolver ações para eliminar o consumo de HCFC, o Governo coordenou a elaboração do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFC (PBH) entre os anos de 2009 e 2011, com a participação de diversos setores da sociedade e das agências implementadoras, quais sejam, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ).





O documento desenvolvido contempla o diagnóstico do consumo de HCFC nos diversos setores que utilizam essas substâncias, bem como a estratégia a ser adotada pelo Brasil para a eliminação do consumo de HCFC até 2040. Todas as etapas de elaboração foram discutidas com o Comitê Executivo Interministerial para a Proteção da Camada de Ozônio (Prozon), criado pelo Decreto de 6 de março de 2003, e com o grupo de trabalho GT – HCFC, instituído pela Portaria MMA nº 41, de 25 de fevereiro de 2010.

O Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFC foi aprovado na 64ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a implementação do Protocolo de Montreal (FML), ocorrida entre os dias 25 e 29 de julho de 2011, com um orçamento de cerca de R\$ 19,6 milhões que serão utilizados na implementação da primeira fase do Programa, que compõe as ações previstas até 2015.

Em 2012 está prevista a execução da primeira fase do PBH com as seguintes ações: i) ações regulatórias – definição de cotas de importação de HCFC, regras para limitar ou proibir o vazamento de HCFC em equipamentos de refrigeração, regras para importação de produtos contendo HCFC e apoio ao desenvolvimento de normas técnicas; ii) projetos de conversão tecnológica industrial para eliminação do HCFC-141b na expansão da espuma de poliuretano, mais especificamente, na fabricação de espuma moldada e flexível, pele integral, painéis contínuos, embalagens, tubulação e aquecedores de água; e iii) projetos no setor de serviços para redução do vazamento de HCFC-22 na refrigeração comercial e doméstica.

Com a aprovação do PBH, o Brasil se comprometeu em eliminar o consumo de 220,3 toneladas de Potencial de Destruição da Camada de Ozônio (PDO), o que equivale a 1.534,10 toneladas métricas e aproximadamente 4,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalente de emissões evitadas até o ano de 2015.

h) Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve)

Em 2011, foi dada continuidade ao processo de atualização do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), observando-se o disposto na Instrução Normativa Ibama nº 4, de 13 de maio de 2010, que regulamenta a aplicação do Sistema de Diagnóstico de Bordo (OBD) em veículos pesados novos a diesel homologados na fase P7 do programa.

De acordo com o Proconve P7, a partir de 1º de janeiro de 2012, todos os veículos pesados deverão ser fabricados nos padrões de Redução Seletiva Catalítica (SCR), tecnologia que consiste na filtragem dos poluentes emitidos pelos motores a diesel.

Ressalta-se que a emissão média de monóxido de carbono (CO) de um veículo leve era de 54g/km, antes do programa. Apesar do aumento da frota brasileira de veículos automotores, esse índice, atualmente, está por volta de 0,4 g/km, o que significa uma contribuição relevante para melhorar a qualidade do ar, sobretudo nas grandes cidades brasileiras.

i) Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), organizado de forma colegiada representativa de cinco setores: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil.

Em 2011, em cumprimento à sua missão, o Conselho aprovou as seguintes Resoluções: i) nº 429, que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs); ii) nº 430, que dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005; iii) nº 431, que altera o art. 3º da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002; iv) nº 432, que estabelece novas fases de controle de emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos, e dá outras providências; e v) nº 433, que dispõe sobre a inclusão no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos (Proconve) e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias novas.





j) Resíduos Sólidos

Com as inovações da Lei nº 12.305, 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e sua regulamentação pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, os resíduos sólidos passaram a ser vistos como um bem de valor econômico e social, passível de ser reutilizável e reciclável, gerando oportunidades, trabalho e inclusão social, minimizando o impacto ambiental e com potencial dinamizador para a economia.

A legislação tem, entre seus pilares, o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o que confere ao setor um novo ordenamento, demandando uma participação mais atuante do poder público, do setor produtivo, das associações de catadores e também da sociedade. Cabe à União, sobretudo, o papel de indutora e fomentadora dessas novas práticas.

Nessa linha, em março de 2011, foi instalado o Comitê Interministerial da PNRS, instituído pelo referido Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, composto por dez Ministérios, pela Casa Civil e pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. O Comitê tem por finalidade apoiar a estruturação e a implementação da PNRS, por meio da articulação com órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e metas previstas na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Dentre os assuntos de competência do Comitê, destaca-se a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que conterá um diagnóstico sobre os diversos tipos de resíduos gerados, alternativas de gestão e gerenciamento passíveis de implementação, bem como metas para diferentes cenários, programas, projetos e ações correspondentes. A versão preliminar foi debatida em cinco audiências públicas regionais e uma Audiência Pública Nacional, além de passar por um processo de consulta pública via Internet.

Em 2012, o Plano deverá ser aprovado no Comitê Interministerial da PNRS e, em seguida, apresentado nos Conselhos Nacionais de Meio Ambiente, das Cidades, de Recursos Hídricos, de Saúde e de Política Agrícola.

Também foi instalado o Comitê Orientador para a implantação da logística reversa. No âmbito desse Comitê, foram instituídos cinco grupos de trabalho que trataram das seguintes cadeias de produtos: lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; eletroeletrônicos; embalagens em geral; embalagens de óleo lubrificante; e descarte de medicamentos. Os grupos têm como competência elaborar minutas de editais de chamamento para os acordos setoriais, precedidos da apresentação de estudos de viabilidade técnica e econômica e de instrumentos de modelagem e de governança, a fim de implementar a logística reversa dessas cadeias. Em dezembro de 2011, foi publicado o edital de chamamento para embalagens de óleo lubrificante, estabelecendo prazo de 45 dias para o envio do acordo setorial. Para 2012, espera-se o lançamento dos editais para lâmpadas, embalagens em geral, eletroeletrônicos e descarte de medicamentos.

Merece menção a instalação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), instituído por meio do Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. O CIISC, coordenado conjuntamente pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem como finalidade integrar e articular as ações do Governo voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento. Em 2011, foram disponibilizados mais de R\$ 27 milhões para apoio a associações e cooperativas de catadores.

Outra diretriz presente no marco regulatório dos resíduos sólidos é a melhoria na gestão dos serviços. Assim, em 2011, o Governo continuou apoiando Estados, Municípios e consórcios, bem como planos de gestão integrada de resíduos sólidos, tendo a fase de capacitação sido executada no período de 2009 e 2010. Em 2011 foram realizados os estudos de regionalização





pelos Estados e a formalização dos consórcios públicos pelos Municípios. Dos 18 convênios existentes com Estados, dez estão com seus estudos de regionalização em fase de conclusão, o que terá grande significado para a elaboração dos Planos Estaduais, Municipais e Intermunicipais de Resíduos Sólidos previstos para 2012.

Ademais, foi lançado, em outubro de 2011, o Edital de Chamada Pública nº 001/2011, com a finalidade de apoiar Estados, Municípios e consórcios na elaboração dos planos de resíduos sólidos e programas de coleta seletiva.

Com relação à integração da bacia hidrográfica do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional, encontram-se em andamento as obras de aterros sanitários nos Municípios do Consórcio Público Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos (Ecotres/MG) para atendimento de três Municípios de Minas Gerais, estando com 30% de execução; em Juazeiro (BA), que atende dois Municípios, atualmente conta com 30% de execução; e em Curvelo (MG), que atende 27 Municípios estando com 90% executado. Também foi assinado convênio para construção de aterro sanitário em Irecê (BA), que atenderá 18 Municípios. Está em fase de licitação o aterro sanitário do Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos (Cigres/AL) que atenderá 13 Municípios alagoanos. Estão sendo elaborados os projetos básicos para obras de encerramento e remediação de lixões nos Municípios do Consórcio Ecotres (MG) e em Juazeiro (BA); Irecê (BA); Parnaíba (PI); Piri-piri (PI); Timbiras (PI); Itaparica/Moxotó (PE); e Moxotó/Agreste (PE), o que beneficiará 82 Municípios.

k) Biodiversidade

O Brasil abriga aproximadamente 13% do total de espécies existentes no planeta. Diante disso, a política ambiental federal vem buscando aprimorar iniciativas para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira, especialmente por meio da criação de Unidades de Conservação (UC), da proteção de espécies ameaçadas de extinção e do monitoramento da cobertura vegetal dos biomas brasileiros.

k.1) Unidades de Conservação

Estudos sobre a importância das UC no cenário nacional e outros eventos relevantes contribuíram em 2011 para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dentre eles destacam-se: a publicação Contribuição Econômica das UC para a Economia Nacional; o fortalecimento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC); e o reconhecimento dos Mosaicos Carioca e Mosaico da Amazônia Meridional.

O quadro a seguir apresenta um panorama das UC certificadas pelo CNUC. Esses dados demonstram o compromisso do Governo com o meio ambiente e ratificam o protagonismo brasileiro na proteção e conservação de recursos naturais.

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

| Esfera | Nº de UCs | Área em km ² | % incremento de área km ² em relação a 2010 |
|---|--------------|-------------------------|--|
| Federais | 310 | 746.729 | - |
| Estaduais | 566 | 753.539 | 38% |
| Municipais | 91 | 5.807 | 1% |
| RPPN(*) - Reconhecidas ICMBio | 574 | 4.728 | - |
| RPPN(*) - Reconhecidas por órgãos estaduais | 61 | 127 | - |
| TOTAL | 1.602 | 1.510.930 | 1% |

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/ICMBio (acesso: 30/12/2011).

Obs.: (*) RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.





Para 2012, os principais objetivos são a ampliação da área protegida por Unidades de Conservação em 1,4 milhão de hectares; o reconhecimento de dois mosaicos para fomentar a gestão integrada das áreas protegidas; a implementação da campanha de divulgação da importância de UC para a melhoria da qualidade de vida e o crescimento econômico regional; o estabelecimento de incentivos econômicos e parcerias com o setor privado para aportar investimentos mínimos; a regulamentação das categorias de manejo de unidades de conservação; e a regulamentação da concessão de serviços em UC, de modo a estimular o turismo em áreas naturais.

k.2) Espécies Ameaçadas

A elaboração de Listas Nacionais Oficiais das Espécies da Fauna e da Flora Brasileiras Ameaçadas de Extinção é considerada de extrema importância para o País, pois é um dos instrumentos da política de conservação. A atual Lista Oficial da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção registra 627 espécies ameaçadas, sendo 394 terrestres e 233 aquáticas.

Em 2011, para espécies da fauna, foram elaborados 12 Planos de Ação Nacionais (PAN), que contemplam 70 espécies ameaçadas, ou seja, 11% do total. Ainda no mesmo período, 1.888 espécies da fauna foram avaliadas quanto ao seu estado de conservação. Para 2012, estão previstos o lançamento de mais dez PAN, contemplando mais 95 espécies da fauna ameaçadas de extinção e também o levantamento de informações sobre o estado de conservação de mais 3.543 espécies.

A Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, definida por meio da Instrução Normativa MMA nº 06, de 26/09/2008, contém 472 espécies ameaçadas de extinção. Até 2011, foram avaliadas, com base nos critérios e categorias adotados pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), 42% das 4.725 espécies constantes de listas estaduais, nacionais e globais (que incluem não só as consideradas ameaçadas como também aquelas com deficiência de dados).

Para o ano de 2012, estão previstas a publicação do Livro Vermelho da Flora Ameaçada de Extinção do Brasil e o documento diagnóstico sobre as listas de espécies ameaçadas, além da elaboração do Atlas de Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora em Unidades de Conservação.

l) Produção e Consumo Sustentáveis

O objetivo principal do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em novembro de 2011, é aumentar em 50% o número de consumidores brasileiros que apresentam atitudes e comportamentos de menor impacto negativo no meio ambiente e maior impacto positivo no bem-estar e na qualidade de vida da sociedade em geral.

O primeiro ciclo do PPCS vai de 2012 a 2014, período no qual serão priorizadas ações voltadas para seis temas: i) Educação para o Consumo Sustentável; ii) Varejo e Consumo Sustentável; iii) Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; iv) Compras Públicas Sustentáveis; v) Construções Sustentáveis; e vi) Aumento da Reciclagem de Resíduos Sólidos.

O Plano é uma agenda positiva de ações em curso ou a serem desenvolvidas no curto prazo, com resultados que serão monitorados e avaliados ao longo do seu período de implementação. A implementação do PPCS será monitorada pelo MMA, que divulgará, a partir de 2012, informações relacionadas no portal do Plano.

Em 2011 foram lançadas campanhas de consumo consciente, voltadas para a população em geral, com o intuito de sensibilizar os cidadãos acerca da importância de reduzir o desperdício e descartar corretamente seus resíduos.





A campanha “Separe o lixo e acerte na lata” foi lançada em junho, e busca, por meio de peças publicitárias e publicidade na Internet, orientar o consumidor sobre a importância da separação e correto descarte dos resíduos úmidos (orgânicos) e secos (materiais recicláveis). Além da redução do volume de lixo encaminhado a aterros, ao separar o lixo, o consumidor auxilia o trabalho de milhares de catadores de materiais recicláveis, proporcionando dignidade em seu trabalho e maior geração de renda. A campanha e suas peças podem ser consultadas no portal: <www.separeolixo.com>.

Em outubro de 2011, foi lançada a campanha “Mês do Consumo Sustentável”, que envolveu diversos parceiros na divulgação dos conceitos e práticas de consumo sustentável em todo o Brasil. Entre 12 e 26 de outubro, foram disponibilizados contêineres de coleta de equipamentos eletroeletrônicos sem conserto em estações de metrô de quatro capitais – Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – sensibilizando cidadãos a descartarem em local apropriado dez toneladas desses resíduos.

m) Agenda Internacional

Em 2011, o Brasil continuou se destacando no debate internacional relacionado à área ambiental. O País sediou a 8ª Reunião do Basic, grupo integrado por Brasil, África do Sul, Índia e China, ocasião em que se consertaram posições e formularam-se propostas conjuntas para apresentação na 17ª Conferência das Partes (COP-17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), ocorrida conjuntamente com a 7ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto.

Na área de mudança do clima, o Brasil participou de negociações para avançar o detalhamento e a operacionalização de novas instituições do regime de clima acordadas na Conferência de Cancun, como o Fundo Verde para o Clima, o Comitê de Financiamento, o Mecanismo Tecnológico e o Comitê de Adaptação. O Brasil ainda exerceu com a França a copresidência da parceria interina sobre redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+).

Quanto à 10ª Conferência das Partes da Convenção da Basileia, o País trabalhou ativamente para aprovação do documento Guias Técnicos para um Manejo Ambiental Equilibrado de Resíduos de Pneus Usados. Também reafirmou seu compromisso com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD), ao assumir a Presidência do Comitê de Ciência e Tecnologia, e foi o primeiro país a assinar o Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ABS).

Além disso, firmou importantes parcerias e iniciativas voltadas para a sustentabilidade urbana, enquanto país-sede de grandes eventos esportivos internacionais, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016.

No âmbito dos recursos hídricos, foram assinados acordos de cooperação bilateral com a China, a Colômbia e a Guatemala. Ações de cooperação técnica foram concluídas com amplo apoio da Agência Brasileira de Cooperação, do Programa Hidrológico Internacional da Unesco, da Conferência de Diretores Ibero-americanos de Água (Codia), da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial.

Contribuiu, ainda, para o processo de preparação da participação brasileira no 6º Fórum Mundial da Água, promovido pelo Conselho Mundial da Água (WWC), que será realizado em março de 2012, em Marselha, França. O documento a ser apresentado deverá refletir as posições e experiências brasileiras sobre o tema.

Para 2012, o Brasil buscará fortalecer sua inserção no âmbito internacional com vistas ao fortalecimento institucional e técnico junto aos parceiros, incluindo os países da América do Sul e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e as redes e fóruns internacionais no âmbito dos recursos hídricos.





n) Gestão Ambiental Rural, Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

Em 2011, foram realizadas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento agrícola e rural do País, tendo como referência a redefinição dos processos de ocupação, o uso do território e o manejo sustentável dos recursos naturais, tanto nas áreas de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária e terras indígenas e comunidades extrativistas como nas áreas de produção agropecuária de grande escala. Em reconhecimento à necessidade de se adequar uma agenda ambiental positiva e indutiva da sustentabilidade às distintas realidades e demandas dos grupos sociais, para 2012 está prevista a elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Como parte das realizações da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), ressalta-se que, em 2011, 429 famílias foram incluídas na Relação de Beneficiários Extrativistas (REB), banco de identificação dos extrativistas usado para possibilitar o acesso a diversas políticas públicas. Também foram emitidas mais de 42 mil Declarações de Aptidão Agrícola (DAP) extrativistas e ainda estão sendo promovidos 18 Arranjos Produtivos Locais de produtos extrativistas.

Por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMbio), até novembro de 2011, mais de 23 mil famílias foram beneficiadas com a aquisição de aproximadamente 6 mil toneladas de produtos da sociobiodiversidade, no valor R\$ 6,7 milhões. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) já beneficiou aproximadamente 5,5 mil famílias agroextrativistas, com valor próximo a R\$ 16 milhões. Para orientar o acesso a essas políticas públicas, 110 técnicos foram capacitados. Para 2012, a prioridade será a ampliação progressiva do Plano para outros produtos que contemplem todos os biomas brasileiros.

n.1) Regularização Ambiental Rural

O Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (Programa Mais Ambiente) tem como objetivo promover e apoiar a regularização ambiental de cerca de 5 milhões de imóveis rurais em todo o País. Um dos instrumentos do programa é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que permite monitoramento mais acurado da utilização dos recursos naturais nas posses e propriedades rurais.

Entre as iniciativas implementadas ressalta-se que, além do Pará e do Mato Grosso, que já possuíam sistemas próprios de CAR, outros cinco Estados da Amazônia Legal – Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Tocantins – iniciaram a implementação do CAR em 2011, em parceria com o Governo Federal. No Mato Grosso, já foram cadastrados mais de 13,6 mil imóveis rurais, superando 19,1 milhões de hectares. No Pará, cerca de 40 mil imóveis estão registrados no sistema estadual de monitoramento e licenciamento ambiental, superando 20 milhões de hectares.

Encontra-se em fase final de teste o Sistema Federal de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que integrará informações de todo o território nacional. Em 2012, está previsto o investimento de recursos da ordem de R\$ 14 milhões para estruturar os sistemas estaduais de CAR, de forma integrada com o federal, e viabilizar a implementação do Programa Mais Ambiente em todo o País.

n.2) Bolsa Verde – Plano Brasil Sem Miséria

Entre as ações inovadoras do Brasil Sem Miséria para retirar a população em situação de extrema pobreza, merece destaque, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, Bolsa Verde, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. São beneficiárias do Programa famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de uso sustentável dos recursos naturais.





O Programa Bolsa Verde requer uma gestão compartilhada e, nesse sentido, conta com um arranjo institucional entre os órgãos e entidades federais e entre estes e os entes federativos.

O Programa tem o objetivo de incentivar a conservação dos ecossistemas, de promover a cidadania, de elevar a renda da população beneficiária e de incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Sua instituição é um marco diferencial a favor das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, representando um passo importante na direção de reconhecer e compensar esses grupos pelos serviços ambientais que prestam à sociedade.

A título de compensação, o repasse é feito a cada três meses no valor de R\$ 300,00 por família beneficiária, durante o prazo de até dois anos, que poderá ser renovado. Em 2011, foram 16 mil beneficiários e todos já estão recebendo recursos na Amazônia Legal, com investimentos de R\$ 7,6 milhões e em 2012 há previsão de beneficiar um total de 73 mil beneficiários.

o) Gerenciamento Costeiro

Em 2011, foram intensificadas as ações para a implementação do Sistema de Modelagem Costeira (SMC Brasil), no âmbito do acordo de cooperação técnica entre o Governo do Brasil e o da Espanha.

Como meio de enfrentamento ao desafio de adaptação de zonas costeiras aos efeitos das mudanças climáticas, foi lançado um edital visando à captação de projetos para desenvolver estudos de vulnerabilidade da zona costeira, em escala local. O objetivo é avançar na elaboração de uma metodologia estruturada e replicável, que permita posteriormente a comparação qualitativa entre os resultados, condição indispensável para a construção de políticas públicas de adaptação.

Já o Projeto Orla fortaleceu sua atuação cobrindo cerca de 25% dos Municípios costeiros e ampliando sua base temática, com a adaptação da metodologia para as orlas fluviais e estuarinas. As 15 Comissões Técnicas Estaduais vêm sendo fortalecidas por meio de capacitações e apoio institucional da Coordenação Nacional do Projeto Orla. Os gestores costeiros dos Estados com sedes da Copa do Mundo FIFA 2014 foram mobilizados objetivando discutir ações convergentes na preparação do evento.

Em 2012, será priorizado o acompanhamento dos projetos de mapeamento de vulnerabilidades em escala local apoiados pelo Fundo Clima. O Projeto SMC Brasil estará em uma fase decisiva com o desenvolvimento dos novos estudos de caso, a disseminação do sistema e a definição da infraestrutura para sua implantação na gestão costeira no Brasil. No Projeto Orla deve ser estabelecido o marco regulatório para acesso à praia e instalação de estruturas náuticas. Também permanecem os desafios de formar instrutores para a expansão do projeto e de estabelecer o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados.

10. Ciência, Tecnologia e Inovação

Na última década, ocorreram avanços significativos no campo científico e tecnológico no Brasil, incluindo: o aumento expressivo dos recursos destinados às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI); a ampliação da formação de recursos humanos altamente qualificados, nas diversas áreas do conhecimento; o fortalecimento institucional do sistema de CTI; a melhoria e ampliação da infraestrutura de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico (P&D); bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novos instrumentos de política de inovação.





Atualmente, as empresas brasileiras que investem em P&D dispõem de uma série de facilidades para realizar este tipo de atividade, dentre as quais: incentivos fiscais automáticos e sem exigências burocráticas; subvenção direta das agências de fomento a projetos considerados relevantes para o desenvolvimento tecnológico nacional; subsídios para a fixação de pesquisadores nas empresas; programas de financiamento à inovação de capital empreendedor; e arcabouço legal mais propício para a interação com universidades e institutos públicos de pesquisa.

A melhoria do ambiente de inovação, aliada à conjuntura econômica favorável, tem atraído para o Brasil investimentos e centros de P&D de grandes empresas multinacionais. Por outro lado, o empresariado brasileiro também está empenhado em ampliar as atividades de inovação como estratégia para elevar a competitividade das firmas nacionais, como demonstra a Mobilização Empresarial para a Inovação (MEI). Esse tipo de iniciativa representa uma nova atitude do setor empresarial, que tem propiciado novas parcerias com o Governo e uma maior difusão da utilização dos instrumentos da política de inovação.

Nos últimos anos, a elevação progressiva do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) permitiu ao Governo avançar com uma política para o setor que enfatiza as ações de formação e capacitação de recursos humanos, aperfeiçoamento e expansão da infraestrutura de pesquisa, melhoria do ambiente de inovação e de CTI para a inclusão social. Em 2011, o MCTI atingiu um orçamento de R\$ 8,1 bilhões, sendo cerca de R\$ 3,3 bilhões oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Apesar desse avanço, o Brasil permanece qualificado como um país em estágio intermediário de desenvolvimento tecnológico. Para reduzir a defasagem tecnológica que nos separa dos países desenvolvidos, é essencial o crescimento do esforço tecnológico brasileiro – expresso nos investimentos em P&D. Assim, o País precisa avançar ainda mais no incremento dos investimentos em P&D, tanto públicos quanto, e especialmente, investimentos privados. Para fazer frente a esse desafio, algumas diretrizes são fundamentais.

Para aumentar a participação empresarial nos investimentos em P&D, a promoção da inovação é o principal alicerce da política industrial, expressa no Plano Brasil Maior. É necessário, também, definir setores e segmentos tecnológicos prioritários, que são aqueles com maior potencial de geração de externalidades para o conjunto da economia, ou ainda aqueles setores críticos e intensivos em tecnologia nos quais o Brasil ainda possui elevados déficits comerciais. Também é preciso aproveitar a liderança brasileira em alguns setores intensivos em recursos naturais para alavancar o desenvolvimento tecnológico dos segmentos a montante dessas cadeias.

O Brasil já é um país de destaque na produção de energia a partir de fontes renováveis e de combustíveis alternativos; sua matriz energética é das mais limpas do mundo e tem, portanto, capacitações científicas e tecnológicas que o credenciam a se tornar um líder mundial nessa esfera.

Em síntese, é papel do Governo colaborar para impulsionar ainda mais o desenvolvimento da economia brasileira, apoiando os setores portadores de futuro; preparando o Brasil para a economia do conhecimento e da informação; auxiliando na transição para uma economia verde e criativa; e contribuindo para a inclusão produtiva.

Em 2012, e nos anos seguintes, o Governo irá impulsionar o desenvolvimento de áreas estratégicas para o País, como as de tecnologias da informação e comunicação; o complexo industrial da saúde; os setores ligados à energia, com foco nas fontes renováveis; a área espacial; biodiversidade; nanotecnologia e biotecnologia; além das áreas relacionadas com a economia verde.





Destacam-se a seguir alguns dos projetos e ações prioritárias nessa área.

a) Promoção da Inovação

A promoção da inovação tecnológica é um dos pilares da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). No Brasil, a participação do setor empresarial nos esforços científicos e tecnológicos nacionais ainda é relativamente reduzida, especialmente se comparada com a situação observada nos países líderes em desenvolvimento tecnológico. No Brasil, 45,7% dos dispêndios nacionais em P&D são realizados pelas empresas, enquanto na Alemanha e nos Estados Unidos a participação das empresas nos esforços de P&D em 2008 ficou em 67,3%; na China, no Japão e na Coreia essa participação foi superior a 70% – respectivamente, 71,7% (2009), 72,9%(2008) e 75,3% (2009).

As empresas brasileiras precisam melhorar a sua produtividade e a competitividade de seus bens e serviços para manter e conquistar mercados num mundo cada vez mais competitivo e globalizado.

A ampliação da participação empresarial nos esforços científicos e tecnológicos do País, no entanto, não implica redução do papel do Estado. Nos países desenvolvidos, grande parte dos recursos investidos pelas empresas em P&D é financiada por recursos públicos, que normalmente são colocados à disposição das firmas por meio de subvenção direta ou com juros subsidiados. O fortalecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) como instituição de financiamento e fomento à inovação no setor produtivo brasileiro e o Programa de Parques Tecnológicos e Incubadoras são parte essencial dessa estratégia.

É preciso, também, aproveitar o bom momento vivido por alguns setores intensivos em recursos naturais para impulsionar o desenvolvimento tecnológico da economia brasileira. O Pré-Sal, por exemplo, abre uma janela de oportunidades sem precedentes para o País e que deve ser aproveitada em prol do desenvolvimento de novas tecnologias e do fomento a uma indústria petroleira capaz de desempenhar um papel de liderança global.

O Brasil tem-se destacado internacionalmente pelo crescimento de sua produção científica, acima da média observada em muitos dos países desenvolvidos. Entretanto, o êxito da produção científica não se tem refletido, com a mesma intensidade, em termos de capacitação tecnológica do setor produtivo nacional. Por isso, a ampliação da nossa capacidade de inovação também depende de maior articulação entre as empresas e universidades ou centros de pesquisa. Nesse sentido, é necessário – além de aprimorar continuamente o marco legal relativo à interação de universidades, institutos de pesquisa e empresas – criar novos instrumentos voltados a ampliar essa interação. Esse é o objetivo da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), que será criada ao longo de 2012 a partir de parceria com o setor privado.

A Lei de Inovação nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, avançou ao permitir a participação de pesquisadores e a utilização da infraestrutura, dos laboratórios e equipamentos das instituições científicas e tecnológicas públicas em projetos de P&D desenvolvidos em parceria com as empresas. Além disso, a Lei possibilitou a criação do Programa de Subvenção Econômica, que aporta recursos públicos não reembolsáveis em programas de P&D desenvolvidos diretamente pelas empresas. Desde a sua criação até 2011, foram aprovados mais de R\$ 2,2 bilhões para 2.715 projetos de subvenção econômica, nas mais diversas áreas.

A Lei do Bem – Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – possibilitou a concessão de incentivos fiscais para as empresas inovadoras de forma ágil e desburocratizada, propiciando um crescimento significativo do número de empresas beneficiadas. Entre 2006 e 2010, o número de empresas que usufruíram do benefício subiu de 130 para mais de 875. A melhoria contínua e a ampliação desses instrumentos são fundamentais para o desenvolvimento tecnológico do País.





No âmbito dos acordos internacionais que envolvem inovação e tecnologia, merece destaque o Mecanismo de Consultas do Diálogo Comercial, que prevê reuniões periódicas entre os governos brasileiro e o americano. Nesse sentido, em 2011, foram realizadas visitas técnicas e um *Workshop* sobre as melhores práticas no tema Sustentabilidade na Cadeia de Produção.

Na área de Energia, com o objetivo de transformar o bioetanol em *commodity*, foram realizados diversos trabalhos, com vistas a criar regras comuns de especificação e diminuir as barreiras ao comércio internacional.

Os investimentos em energia solar têm-se concentrado em debates para o estabelecimento de uma política ampla e consistente para o setor. A aproximação com grandes *players* mundiais de energia fotovoltaica tem sido realizada em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex- Brasil).

Com relação à biotecnologia, em 2011, por ocasião do maior evento mundial desse segmento – BIO 2011, realizado em Washington –, o Brasil divulgou o Mapeamento Nacional de Biotecnologia e o resultado de propostas surgidas no Comitê Nacional de Biotecnologia (CNB) e no Fórum de Competitividade de Biotecnologia. Também foi realizada missão prospectiva à China, com o propósito de desenvolver projeto de uma plataforma de inovação tecnológica. Para 2012, está prevista a contratação de serviço comum para elaboração de Diagnóstico de Referência, tendo em vista a identificação da demanda de micro, pequenas e médias indústrias de biotecnologias em relação ao uso de serviços de escalonamento de biotecnologias no Brasil.

No âmbito do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, foram produzidos diagnósticos e propostas relacionadas à nanotecnologia, nas áreas de mercado, marco regulatório e recursos humanos. Dois eventos se destacaram, ambos sobre nanotecnologias e o mundo dos negócios: o primeiro em São Bernardo do Campo, em outubro, e o segundo em São Paulo, em dezembro. O objetivo desses eventos foi o de verificar qual o impacto da nanotecnologia na visão estratégica de setores produtivos como o automotivo, óleo & gás, cosméticos, embalagens e químico. Está prevista para 2012 a elaboração de estudo de viabilidade do uso de insumos nanométricos como matéria-prima da indústria brasileira de embalagens, de maneira a apropriar para o setor as vantagens competitivas em relação aos avanços do conhecimento em nanotecnologia.

Na frente de *Software* e Serviços de Tecnologia da Informação (TIC), o Fórum de Competitividade de *Software* e Serviços de TI concluiu trabalho de consolidação e análise da Legislação de *Software* e Serviços de TI, com o objetivo de detectar os conflitos, as sobreposições e as lacunas existentes na legislação. Para 2012, serão desenvolvidas estratégias na área de *software* e *hardware* com a intenção de adensar a cadeia produtiva e diminuir na área o crescente déficit na balança comercial. A promoção do mercado brasileiro de TIC no exterior será fortalecida, bem como o incentivo às empresas de base tecnológica.

Além da continuidade das atividades na área de inovação já relatadas, em 2012, também serão realizados esforços para: i) promoção comercial e tecnológica de empresas brasileiras para a Copa do Mundo FIFA 2014, com foco em promoção de setores e desenvolvimento de inovação para fornecimento de produtos e serviços durante o evento; ii) o aprimoramento do marco legal de propriedade intelectual no Brasil e a avaliação e negociação de tratados internacionais na área de propriedade intelectual; e iii) o levantamento da demanda por qualificação profissional e tecnológica dos setores prioritários do Plano Brasil Maior. Após esse levantamento, será realizada uma comparação dos resultados com os dos programas de qualificação Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), Pró-Engenharia e Ciência sem Fronteiras, com o objetivo de integrar a qualificação do trabalhador com as demandas do mercado.





a.1) Fortalecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Entre as iniciativas de apoio à inovação que terão prioridade em 2012, estão a conversão da Finep em instituição financeira e a criação da Finep Participações. Essas iniciativas vão contribuir para ampliar consideravelmente a captação e o volume de recursos privados destinados ao financiamento da inovação e ao investimento em empresas de base tecnológica.

Em 2010, foram disponibilizados R\$ 1,8 bilhão de recursos para crédito, subvenção e equalização de juros. Em 2011, foram destinados cerca de R\$ 4,7 bilhões do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) para alavancar as operações de crédito. A disponibilidade de recursos, aliada à redução do tempo médio de análise de projetos pela Finep, possibilitou a constituição de uma carteira de 326 projetos, com valor total superior a R\$ 9 bilhões, em distintas fases de análise. Desse total, foram contratados, em 2011, R\$ 2,5 bilhões em projetos de crédito, um crescimento de mais de 50% em relação a 2010.

A consolidação da Finep como instituição financeira e, complementarmente, o estabelecimento de novos Fundos Setoriais constituir-se-ão em novos instrumentos para elevar a um novo patamar o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no País. Nesse contexto, é fundamental a integração com outros instrumentos públicos de apoio à inovação, com outras agências, tais como o BNDES, e com outros programas de Governo, a exemplo daqueles voltados a utilizar o poder de compra do Governo para alavancar a produção doméstica de bens e serviços intensivos em tecnologia. Outro ponto importante é a articulação com todas as unidades da Federação, tanto por meio de editais, como os do Programa de Apoio à Pesquisa a Micro e Pequenas Empresas (Pappe subvenção), quanto por meio de Conselhos, como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CTI (Consecti) e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

a.2) Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)

Outra iniciativa que visa ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do País é a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

A Embrapii visa a contribuir para suprir uma evidente lacuna no que diz respeito à necessidade de maior articulação institucional entre os setores público e privado, de modo a complementar a atuação das agências de fomento existentes e as ações em curso. Seu objetivo principal é a ampliação da articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas no desenvolvimento de tecnologias inovadoras, com ênfase na fase final do desenvolvimento de produtos, em atividades como escalonamento, prova de conceito e planta demonstração.

A Embrapii deverá ter forte participação do setor privado, tanto em seu financiamento quanto em sua gestão, garantindo gestão moderna, ágil, transparente e flexível, como demandado por ações no campo da inovação. A nova empresa terá como característica principal o balizamento de seus programas pelo atendimento às demandas dos setores associados, desde as empresas tradicionais que inovam até as pequenas empresas nascentes baseadas em conhecimento intensivo ou de forte conteúdo tecnológico. A Embrapii fará uso intensivo das redes de institutos e centros de pesquisa já existentes, com capilaridade e competência comprovada em projetos com empresas.

Em 2012, essa iniciativa será implementada por meio de projeto-piloto com a participação inicial de três institutos de pesquisa: i) o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), na área de Bionanotecnologia; ii) o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), nas áreas de Energia e Saúde; e iii) o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), nas áreas de Automação e Manufaturas. A incorporação de novos institutos, desde o projeto-piloto, será possível e desejável desde que atendidos requisitos técnicos. Outro parceiro fundamental nessa iniciativa é a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o que garantirá que a Embrapii esteja sempre atenta às necessidades de inovação do setor produtivo brasileiro.





a.3) Parques Tecnológicos

As incubadoras de empresas e os parques tecnológicos têm assumido importância crescente na criação e no fortalecimento de empresas inovadoras intensivas em conhecimento em setores estratégicos. Incubadoras e parques representam parcela cada vez mais significativa da infraestrutura de pesquisa disponível no País e, dessa forma, também têm contribuído para a atração de centros de P&D de empresas multinacionais.

O Governo, por meio do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI), tem contribuído para o crescimento do número de parques no Brasil no período recente, especialmente por meio de editais da Finep voltados para o tema.

Ênfase especial será dada, em 2012, ao fortalecimento de parques tecnológicos voltados ao aproveitamento da biodiversidade brasileira, especialmente na Amazônia.

No momento, o PNI está concluindo a contratação de dez projetos de apoio a incubadoras selecionados por meio de chamada pública, com valor aproximado de R\$ 9 milhões, e a contratação de projetos para apoio a parques tecnológicos, selecionados em chamada pública de novembro de 2010, no valor de R\$ 40 milhões.

a.4) Tecnologias da Informação e da Comunicação

A área da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) pode ser vista como a combinação de quatro grandes setores: *software*; *hardware* e sistemas; semicondutores e microeletrônica; e infraestrutura de TI. Para fazer frente aos desafios impostos pelo cenário mundial e evoluir em termos de escala e de qualidade, cada um desses setores requer uma visão de futuro e uma estratégia científica e tecnológica própria.

A indústria de equipamentos de processamento digital da informação e comunicação é composta pelos segmentos de microinformática, automação, telecomunicações e equipamentos médico-hospitalares.

O País dispõe de um conjunto de instrumentos que podem ser aperfeiçoados para viabilizar um salto qualitativo no patamar alcançado pela indústria local, fortalecendo as empresas inovadoras locais e viabilizando sua inserção de forma competitiva no ambiente internacional. Entre outros, cabe fortalecer o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação (PADSTI), vinculando-o aos demais instrumentos de política pública existentes para impulsionar o desenvolvimento de produtos realmente inovadores.

Em 2011, o mercado mundial estimado para os componentes eletrônicos foi superior a US\$ 500 bilhões, ficando praticamente no mesmo patamar de 2010, mas com estimativa de crescimento de 7% em 2012. No Brasil, o sistema produtivo na área de semicondutores ainda é incipiente e voltado para o mercado interno. Apenas em 2011, o País gastou cerca de US\$ 10,9 bilhões com a importação de componentes eletrônicos, sendo 80% desse montante, que representa cerca de US\$ 8,78 bilhões, com a compra de semicondutores e *displays* com tecnologias LCD e plasma.

A estratégia do Governo para esse setor tem como foco a consolidação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec S.A.); a atração de investimentos internacionais para a instalação no País de empresas produtoras de *displays* e semicondutores; e a consolidação de 22 empresas de projeto de circuitos integrados em funcionamento no País.





Para atingir esses objetivos, em 2011, por meio do Decreto nº 7.600, de 7 de novembro de 2011, que alterou o Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, foi realizada revisão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) – instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007 – tendo sido regulamentada a concessão de incentivos de tecnologia da informação, tecnologia *chip on board* e investimento em P&D, além de terem sido promovidas alterações na lista de produtos que terão os incentivos do Programa.

Em 2012, a Ceitec iniciará o desenvolvimento de um *chip* nacional para o passaporte brasileiro, em parceria com a Casa da Moeda do Brasil (CMB). Esse *chip* deverá estar em produção dentro de três anos e, com isso, a CMB terá o controle estratégico de toda a cadeia de produção do passaporte eletrônico.

A Ceitec também estabeleceu uma parceria com a Novus, fabricante de equipamentos eletrônicos, para o desenvolvimento de uma nova linha de *chips* de identificação por radiofrequência (RFID), que permitirá o registro da temperatura de alimentos e outros produtos perecíveis durante seu transporte e armazenamento. Os primeiros protótipos estarão disponíveis para teste até meados de 2013. Essa tecnologia terá um custo até cinco vezes inferior ao de outras tecnologias empregadas atualmente e vai permitir uma padronização mundial dos sistemas de leitura de RFID, o que facilitará a operação em transportes internacionais de cargas.

Cabe destacar que em 2012 a produção comercial do primeiro *chip* para rastreamento de gado – *Chip do Boi* – será consolidada. O dispositivo está sendo fabricado pela X-FAB, empresa alemã com a qual a Ceitec firmou acordo de transferência de tecnologia. Esse acordo representa um importante marco no esforço do País para desenvolver uma indústria de microeletrônica nacional.

b) Ciência sem Fronteiras

O Governo Federal lançou, em 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras, que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional; fortalecer a internacionalização das universidades brasileiras; e aumentar o conhecimento inovador das indústrias nacionais. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) –, e das Secretarias de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, instituições essas que são os operacionalizadores do Programa, o qual de modo geral será feito por chamadas públicas nacionais e/ou internacionais.

A governança do Programa se dá por meio do Comitê de Acompanhamento e Assessoramento, composto por Governo e empresas, e de seu Comitê-Executivo com representantes governamentais.

O Programa prevê a concessão de até mil bolsas até 2015, sendo 75 mil bolsas de responsabilidade do Governo Federal e 26 mil da iniciativa privada. O objetivo é promover intercâmbio, propiciando a alunos de graduação e pós-graduação estágios no exterior, proporcionando contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.





| Modalidades de Bolsas e Metas Globais (2011 – 2015) | |
|---|----------------|
| Bolsa Brasil Graduação (1 ano) | 27.100 |
| Bolsa Brasil Doutorado (1 ano) | 24.600 |
| Bolsa Brasil Doutorado Integral (4 anos) | 9.790 |
| Bolsa Brasil Pós-doutorado (1 ou 2 anos) | 8.900 |
| Bolsa Brasil Jovens Cientistas de Grande Talento (3 anos) | 860 |
| Pesquisadores Visitantes Especiais no Brasil (3 anos) | 390 |
| Outras modalidades de bolsas | 3.360 |
| Total de bolsas do Governo | 75.000 |
| Total de bolsas das empresas (distribuídas entre as modalidades) | 26.000 |
| Total de bolsas | 101.000 |

Fonte: CNPq.

O Programa prioriza áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, especialmente os seguintes temas e áreas de interesse: Engenharias e Demais Áreas Tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra (Física, Química, Geociências); Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos.

Ao CNPq, caberá a implementação de 35 mil bolsas, sendo que já em 2011, o recém-lançado Programa concedeu cerca de 5,5 mil bolsas na modalidade de graduação sanduíche, sendo que 4 mil dessas foram concedidas pelo CNPq aos Coordenadores do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI) das áreas prioritárias, programas esses voltados à Iniciação Científica e Tecnológica.

Lançada também pelo CNPq e pela Capes a Chamada Pública para Bolsa Atração de Jovem Talento, com vista a atração de jovens talentos para o País e a Chamada Pública para Bolsa Pesquisador Visitante Especial na modalidade de pesquisador visitante especial. Essas chamadas ainda se encontram abertas e em processo de análise. Cabe esclarecer que, além das bolsas desse novo Programa, houve a continuidade das concessões ao exterior por meio de programas tradicionais do CNPq, que em 2011 foram cerca de 400.

Para a graduação no exterior, estão abertas as seguintes chamadas públicas conjuntas CNPq/Capes: i) Chamada Pública para Bolsa Graduação Sanduíche na Alemanha; ii) Chamada Pública para Bolsa Graduação Sanduíche na Itália; iii) Chamada Pública para Bolsa Graduação Sanduíche no Reino Unido; iv) Chamada Pública para Bolsa Graduação Sanduíche na França; e v) Chamada Pública para Bolsa Graduação Sanduíche no Canadá, esta somente para estudantes de Cursos de Formação de Tecnólogos).





Distribuição das Bolsas de Estudo

Bolsas já acordadas com os países referentes à primeira chamada

| País | Quantidade de bolsas |
|----------------|----------------------|
| Estados Unidos | 18.000 |
| Reino Unido | 10.000 |
| Alemanha | 10.200 |
| França | 10.000 |
| Itália | 6.000 |

Fonte: CNPq.

Obs.: Outros países em fase final de acordos – chamadas a serem lançadas até fevereiro de 2012: Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal, Austrália, Canadá, Suécia, Coreia do Sul, China, Índia, Japão e outros.

Finalmente, o cronograma global de implementação de novas bolsas previsto para o CNPq é de 6.140 bolsas em 2012; 10.230 em 2013 e 14.740 em 2014.

c) Fortalecimento da Pesquisa e da Infraestrutura Científica e Tecnológica

Nas últimas décadas, a matriz de C&T mundial se tornou mais densa e complexa e o desenvolvimento de novas tecnologias passou a depender, cada vez mais, do fortalecimento da produção científica nacional. Por isso, os países mais inovadores e competitivos são justamente aqueles nos quais houve maior avanço da ciência.

O Brasil, especialmente nos últimos anos, realizou intensos esforços para melhorar seu sistema de ciência, tecnologia e inovação e ampliou de forma significativa a sua participação na produção científica mundial. Para alcançar a fronteira da ciência mundial, o País está determinado a investir fortemente na ciência básica e na modernização e ampliação de sua infraestrutura científica e tecnológica.

c.1) Nova Fonte de Luz Síncrotron (Sirius)

Nos últimos 20 anos, o uso de radiação síncrotron em pesquisas científicas e tecnológicas registrou um enorme avanço, em função do desenvolvimento da biologia molecular estrutural, de novos materiais, da nanociência, entre outras. Entre 2000 e 2010, o número de usuários de luz síncrotron nas fontes mantidas pelo *Department of Energy (DOE)*, dos Estados Unidos, cresceu cerca de 40%, sendo que em 2009 alcançou 1,9 mil usuários, enquanto em 2010 chegou a 2,2 mil. No *European Synchrotron Radiation Facility (ESRF)*, o aumento foi de cerca de 30% entre 2003 e 2009, alcançando 6.927 usuários em 2009.

No Brasil, esse aumento foi ainda maior: entre 1997, quando a Fonte de Luz Síncrotron do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) entrou em operação, e 2010, o número de usuários mais que decuplicou de 229 para 2.716, acréscimo de 1.186%. Em 2011 o total foi de 2.280 usuários, número um pouco inferior ao de 2010 em função de uma seleção mais rígida na aprovação das propostas, seguindo a Recomendação do Comitê Científico Internacional. Tem-se, então, maior utilização dos turnos por proposta, ou seja, mais turnos disponibilizados com propostas mais qualificadas. A Fonte foi sendo aperfeiçoada ao longo dos anos e atingiu um alto grau de desempenho para máquinas de 2ª geração. No entanto, ela se aproxima dos limites físicos de expansão. Por isso, entre as prioridades do PPA 2012-2015, está a construção de uma nova Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração, que represente o estado da arte mundial. O objetivo é prover a comunidade científica e tecnológica





de uma ferramenta essencial para manter a competitividade brasileira em áreas estratégicas e portadoras de futuro, como nanotecnologia, biotecnologia e materiais avançados, entre outras.

Essa máquina, projetada e construída no Brasil, representará um salto qualitativo e quantitativo. A fonte atual do LNS opera com 1.4 GeV e baixo brilho, enquanto a nova terá um novo anel síncrotron de 3 GeV e altíssimo brilho. Essa atualização permitirá a realização de trabalhos que não podiam ser executados no País. Das cerca de 50 fontes de luz síncrotron existentes no mundo, 16 já são de 3ª geração. Para 2012, este projeto contará com cerca de R\$ 15,5 milhões.

d) Política Nuclear

No Brasil, as atividades do setor nuclear visam à exploração segura e econômica do potencial científico, tecnológico e industrial do País, em todos os campos de aplicação pacífica da tecnologia nuclear. Além da geração de energia elétrica, há uma ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, saúde, meio ambiente e agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

Essa política envolve áreas diversas, como: enriquecimento do urânio; desenvolvimento tecnológico para a cadeia produtiva do ciclo do combustível nuclear; atualização do parque industrial de equipamentos pesados; apoio ao desenvolvimento de novos protocolos de segurança; deposição de rejeitos nucleares; e existência de infraestrutura de pesquisa voltada para o setor.

Algumas realizações merecem destaque, como a concessão, em junho de 2011, da Autorização para a Operação Permanente (AOP) da Usina Nuclear Angra 2, após as avaliações de segurança pertinentes.

Outro aspecto importante diz respeito ao tratamento dos rejeitos radioativos oriundos das atividades nucleares desenvolvidas no País. Em 2011 foram acertadas as condições gerais de preço e de escopo do contrato de suporte técnico a ser firmado com a agência francesa criada para tratar da armazenagem e do destino final dos rejeitos radioativos de baixa e média atividade na França. Adicionalmente, foi aprofundado o estudo de seleção de locais para deposição de rejeitos, com base em banco de dados das informações geológicas e geopolíticas das regiões potenciais.

Para o ano de 2012, estão sendo previstos os seguintes avanços: i) a produção de 21 milhões de mci (milicurie) de substâncias radioativas para a área médica; ii) o início da implantação do Laboratório Nacional de Fusão; e iii) a conclusão dos estudos para definição do local para o Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível.

d.1) Energia Nuclear

O Brasil é um dos três únicos países, ao lado dos Estados Unidos e da Rússia, que têm reservas de urânio e tecnologia capazes de suprir a demanda de ciclo do combustível nuclear destinadas às usinas nucleares. O ciclo do combustível nuclear para geração de energia elétrica possui as seguintes etapas: mineração/beneficiamento de urânio; conversão; enriquecimento; reconversão; fabricação de pastilhas e componentes/montagem do elemento combustível.

O País domina a tecnologia de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, mas não dispõe de capacidade industrial instalada para atender à demanda das usinas nucleares. Isso representa uma vulnerabilidade para a soberania energética do País uma vez que os serviços de conversão e de enriquecimento de urânio ainda são contratados no exterior, pois a Usina de Enriquecimento das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende (RJ), ainda está em fase inicial de implantação.





Atualmente, a demanda do País pelo ciclo do combustível nuclear restringe-se às usinas de Angra 1 e Angra 2. No entanto, esta demanda será ampliada com a entrada em operação da Usina de Angra 3, o que pode acarretar maior dependência com relação a serviços e insumos externos. Por isso, ganha relevância a necessidade de expansão da capacidade industrial do ciclo do combustível nuclear, em busca da autonomia e sustentabilidade na produção de energia nucleoeleétrica.

d.2) Reator Multipropósito Brasileiro (RMB)

A medicina nuclear é uma das áreas de aplicações da energia nuclear na qual são utilizados radioisótopos para a avaliação e o tratamento de neoplasias, cardiopatias, neuropatias e outras enfermidades.

Os insumos que viabilizam a realização desses procedimentos são produzidos, em sua maioria, em reatores nucleares de pequeno porte. Os reatores de pesquisa existentes no Brasil não têm capacidade para produzir esses insumos em escala comercial, o que acarreta uma forte dependência do País em relação aos fornecedores estrangeiros.

Por isso, uma das prioridades do PPA 2012-2015 é o desenvolvimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). Esse reator, além de atender integralmente à demanda nacional por radioisótopos para aplicação médica, servirá como instalação de suporte para a formação de recursos humanos e para a realização de atividades de P&D nas áreas de geração de energia, propulsão nuclear e aplicações, entre outras.

Dessa forma, o RMB é um projeto de arraste tecnológico e de infraestrutura logística para o setor nuclear. Encontra-se na fase de contratação dos serviços de engenharia para elaboração do projeto básico e, posteriormente, do projeto detalhado para implementação do empreendimento.

Em 2011, ocorreu a assinatura de acordo de cooperação, no âmbito do Mecanismo de Integração de Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), para o desenvolvimento conjunto do RMB. Também ocorreu a cessão do terreno de 1,2 milhão de m² onde será implantado o RMB, localizado no Centro Tecnológico da Marinha em Aramar, Município de Iperó (SP).

d.3) Programa Nuclear da Marinha

O Programa Nuclear da Marinha continua avançando na construção do protótipo, em terra, do reator de propulsão naval e seu combustível, inclusive com o reforço do preparo e a formação de recursos humanos. No Ciclo do Combustível Nuclear, a Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio (Uhexa) encontra-se em fase de testes pré-operacionais para a produção inicial de nitrato de urânio. A conclusão das obras e o início do seu comissionamento estão previstos para o final de 2012.

As obras civis do protótipo do reator nuclear, em terra, no Laboratório de Geração de Energia Nucleoeleétrica (Labgene) avançam em ritmo acelerado, com a construção simultânea de 11 prédios do seu complexo. Em 2011, foram concluídas a montagem eletromecânica da subestação elétrica e as construções do prédio de apoio operacional, de preparo e teste de embalados e do Centro de Instrução e Adestramento Nuclear de Aramar, em Iperó (SP). A perspectiva para 2012 é a conclusão da construção do prédio de armazenamento intermediário de rejeitos e o início da montagem eletromecânica de sistemas e equipamentos do Labgene.

Na parceria desenvolvida entre a Marinha e as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), ressalta-se o comissionamento da terceira cascata de enriquecimento isotópico, em Resende (RJ), o que confirma, ainda mais, a posição do Brasil dentro do pequeno e seleto grupo de países com tecnologia de enriquecimento de urânio. A expectativa é de que em 2012 seja comissionada a quarta cascata.





d.4) Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro

O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) objetiva desenvolver atividades e supervisionar e coordenar ações que visem manter permanente capacidade para a pronta resposta a situações de emergência nuclear no País e para a proteção dos materiais e conhecimentos sensíveis relacionados aos programas e projetos da área nuclear em desenvolvimento.

A realização de simulações de acidentes, chamadas de exercícios gerais, é considerada de fundamental importância para validação do planejamento de resposta à emergência nuclear, com vistas à redução de danos e à agilidade da resposta, em caso de um eventual acidente nuclear. Esses exercícios ocorrem a cada dois anos. Em 2011 foi realizado exercício geral de resposta à emergência nuclear – Angra 2011, na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), em Angra dos Reis (RJ), com o propósito de avaliar e aperfeiçoar a capacidade de resposta das organizações das três esferas de governo envolvidas no Plano de Emergência Externo do Estado do Rio de Janeiro (PEE/RJ).

O exercício geral – Angra 2011 apresentou importantes inovações, quais sejam: a coordenação das ações do PEE/RJ foi feita por representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro; a duração do exercício foi de dois dias, mantendo-se os Centros de Emergência ativados durante todo o tempo; o cenário do exercício envolveu dois supostos acidentes nucleares simultâneos nas Usinas de Angra 1 e 2; simulou-se a distribuição de pastilhas de iodeto de potássio, conforme protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde; realizou-se a implementação da possibilidade de evacuação da população por mar, com o apoio das embarcações da Marinha do Brasil (MB); ocorreu a evacuação de mais de 4 mil trabalhadores da CNAAA, em mais de 100 ônibus; e verificou-se significativo aprimoramento na integração dos Centros de Emergência por meio de videoconferência.

e) Política Espacial

As informações obtidas a partir dos dados de satélites meteorológicos e de observação da Terra são essenciais para o Brasil. Essas informações são imprescindíveis para aplicações relacionadas ao monitoramento da Amazônia, ao acompanhamento de safras agrícolas e à previsão do tempo. O desenvolvimento de produtos e serviços a partir de dados espaciais colocou o Brasil como um dos líderes mundiais em monitoramento ambiental. Com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está transferindo seus conhecimentos sobre aplicações espaciais para países da África e da América Latina.

Como parte do cronograma de ensaios do programa espacial para o novo lançamento do Veículo Lançador de Satélites (VLS), em 2011 foi testado, com êxito, o motor S43 do VLS-1. Foram realizadas, também, no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), as Operações FOGTREIN I/2011 e FOGTREIN II/2011 com lançamento e rastreamento de dois Foguetes de Treinamento Intermediário (FTI) em cada operação. O Projeto FOGTREIN tem como finalidade o treinamento operacional dos Centros de Lançamento.

Ainda em 2011 foi procedida a modernização do CLA, incluindo a ampliação da sala de controle, dos sistemas de radares de trajetografia e meteorologia e da casamata. O grande marco desse processo foi o término da construção da Torre Móvel de Integração (TMI), que será usada pelo lançador VLS.

Outro evento no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno foi a Operação Camurupim, com o lançamento de foguete Orion e o recebimento e a utilização de uma nova plataforma de lançamento (móvel), além de uma estação móvel de telemedidas, do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), com a participação do pessoal do CLA e da Agência Espacial Alemã (DLR).

Para os próximos anos, os principais objetivos do Programa Espacial Brasileiro (PEB) são: atender a demanda nacional por satélites de telecomunicações, de observação da Terra, de meteorologia e de missões científicas e tecnológicas; conquistar





autonomia para acessar o espaço e participar do mercado internacional de lançamento de satélites; dominar tecnologias críticas para o desenvolvimento do PEB; aumentar a participação da indústria nacional no PEB e consolidar a cadeia produtiva do setor espacial; e reestruturar o modelo de governança do setor.

Nesse sentido, entre as principais ações a serem executadas em 2012 estão: o lançamento do satélite de sensoriamento remoto CBERS-3; a continuidade da capitalização da empresa binacional brasileiro-ucraniana Alcântara Cyclone Space, que permitirá ao Brasil participar do restrito mercado internacional de lançamento de satélites; a realização do primeiro voo experimental do VLS-1 (VSISNAV). No prazo de um ano após esse voo, deve ocorrer o segundo lançamento do VLS-1. Também está prevista, para dezembro de 2012, a formatura da primeira turma de Engenharia Aeroespacial do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

f) Ciência e Tecnologia para Defesa Nacional

No universo das ações de CTI, merecem destaque também as realizadas na área de defesa. Cite-se, como exemplo, a implantação do Parque Tecnológico do Exército Brasileiro, potencial catalisador do desenvolvimento da indústria nacional de defesa, o que vem ao encontro dos planos de desenvolvimento e inovação do Governo.

Merece destaque, também, o projeto de fabricação de veículos da família de blindados médios sobre rodas Guarani, um dos grandes vetores de transformação do Exército. Desenvolvido com cobertura de aço balístico, o blindado oferece níveis de desempenho em termos de mobilidade, potência de fogo e proteção que atendem às demandas atuais e futuras da Força Terrestre. O protótipo encontra-se em teste e, em 2012, será avaliado o lote piloto.

Quanto ao Sistema de Apoio de Fogo da Força Terrestre, está em curso o Projeto do Foguete Astros 2020, concebido pela empresa Avibras Indústria Aeroespacial, a partir da versão mais atual já fabricada. As características do foguete incluem o alcance de 300 km, a possibilidade de guiamento nos estágios finais e dimensões adequadas para o transporte em aeronaves da Força Aérea Brasileira. A previsão de entrega das unidades é de cinco anos para os foguetes e de dez anos para conclusão da versão destinada à exportação. A intenção da empresa é desenvolver um produto que atenda aos requisitos operacionais das três Forças Armadas. É importante ressaltar que o projeto Astros 2020 proporcionará ao País os meios de apoio de fogo capazes de atuar como vetores de dissuasão no nível estratégico, a exemplo do que ocorre em países desenvolvidos e nas potências emergentes.

Com referência aos projetos da indústria naval, destaca-se, inicialmente, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), criado a partir do acordo firmado entre Brasil e França em 2008.

O Programa compreende a construção de quatro submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica e um submarino de propulsão nuclear (SN-BR), incluindo um Estaleiro e Base Naval (EBN), cuja conclusão deverá ocorrer em 2015. O acordo prevê a transferência para o País de tecnologia francesa, na elaboração de projetos de submarinos e na fabricação de suas peças, conhecimento hoje dominado apenas pela China, Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia.

No que concerne ao SN-BR, estão em andamento algumas atividades de transferência de tecnologia, com visitas técnicas aos fabricantes de equipamentos e a realização de cursos na França, pelos engenheiros projetistas brasileiros. Em 2012, deverá ser iniciado o desenvolvimento do Projeto Básico do SN-BR.

Na aviação militar, o País prosseguiu com o desenvolvimento do avião KC-390, aeronave de transporte tático/logístico e de reabastecimento em voo. Ressalta-se que 2011 foi um ano marcado pela busca de parceiros nacionais, para o fornecimento de itens que podem ser fabricados no Brasil, bem como de parceiros internacionais.





As oportunidades para as empresas brasileiras foram apresentadas em seminário realizado em 19 de outubro de 2011 no Parque de Desenvolvimento Tecnológico de São José dos Campos (SP), com a participação de várias empresas nacionais. Na oportunidade, empresa nacional foi selecionada para fornecer os sistemas de autoproteção, de contramedidas direcionais infravermelho e de orientação do piloto, como também para o fornecimento dos computadores de missão do novo jato.

g) Fomento à Sustentabilidade Ambiental e a uma Economia de Baixo Carbono

g.1) Etanol

A expressiva participação de fontes renováveis na matriz energética nacional encontra um suporte importante nos biocombustíveis, dentre os quais se destaca o etanol carburante, produzido de cana-de-açúcar, com seus desdobramentos na cogeração de energia elétrica. Como destacado em outras partes desta Mensagem, o Brasil ocupa posição privilegiada no cenário internacional desse biocombustível. Além de investimentos em lavouras e usinas, o aumento da capacidade de produção nacional exigirá aporte de recursos em PD&I no desenvolvimento do etanol de 2ª geração, o chamado etanol celulósico, obtido de resíduos da cana. Para tanto, o Governo vai consolidar o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) como centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação de excelência na área de etanol de cana-de-açúcar, de modo a contribuir para manter a liderança brasileira na produção de bioetanol, buscando respostas para desafios científicos e tecnológicos presentes no ciclo produtivo desse biocombustível.

g.2) Mar, Zona Costeira e Antártida e Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (Inpo)

O Brasil possui uma extensa costa litorânea e uma gigantesca área marinha sob sua jurisdição. O mar e a plataforma continental são fontes de alimentos, energia e novos materiais que podem e devem ser explorados de forma sustentável. A exploração dos recursos vivos e não vivos do mar e dos ambientes costeiros requer o uso de alta tecnologia e de recursos humanos qualificados.

Desse modo, torna-se imprescindível o incentivo ao desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada voltada para o avanço do conhecimento sobre os processos físicos, químicos, geológicos e biológicos que ocorrem nos oceanos e nas regiões costeiras, incluindo suas interações com sistemas terrestres, hidrológicos e atmosféricos. Por outro lado, é fundamental fomentar o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços relacionados com a exploração sustentável dos recursos do mar.

Em 2011, o Governo deu continuidade às atividades voltadas para a efetiva utilização, exploração racional e aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. Por intermédio de diversos programas conduzidos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Governo influenciou na formação de recursos humanos e apoiou o desenvolvimento de pesquisas científicas no mar e na Antártida. Estimulou, ainda, ações educativas e de divulgação, com o objetivo de ampliar a mentalidade marítima e ressaltar a importância das riquezas da Amazônia Azul.

No âmbito do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (Protrindade), foram ampliadas as pesquisas na Estação Científica e nas áreas marítimas adjacentes, com a aquisição de equipamentos de mergulho. Participaram do Programa cerca de 100 pesquisadores brasileiros que desenvolveram 23 projetos de pesquisa, tendo sido realizadas 11 expedições científicas à Ilha. Para 2012 está previsto o início da instalação, na Ilha da Trindade, de um sistema de geração de energia renovável (solar e eólica), que permitirá uma economia de 90% no consumo de óleo combustível.

A respeito do Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Proarquipélago), foi instalada na Ilha Belmonte uma estação sismográfica completa, que permitirá à estação científica, construída há 13 anos, o monitoramento dos abalos sísmicos





registrados na região. Esse trabalho conta com o suporte técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o que contribui com os estudos de sismicidade do litoral Nordeste do Brasil.

O Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea) é um importante instrumento para ampliar a presença brasileira naquela área e também para promover o desenvolvimento socioeconômico do País e contribuir para a inserção brasileira no cenário internacional. Foram realizadas, em 2011, duas expedições de pesquisas biológicas e coleta de rochas na Elevação do Rio Grande, coordenadas por pesquisadores e técnicos de diversas universidades brasileiras e do Serviço Geológico do Brasil, das áreas de geociências e biologia. O resultado dessas expedições subsidiará a proposta brasileira para requisição de exploração mineral que será submetida à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), logo após a aprovação do código de exploração das crostas cobaltíferas.

Na área do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira (Remplac), foram contratados navios que atenderão aos projetos do Programa. Além disso, em decorrência da inclusão do tema Ciências do Mar no contexto da cooperação científica Brasil-Japão, existente há mais de 30 anos, foram iniciadas as tratativas com a *Japan Agency for Marine-Earth Science and Technology* (JAMSTEC) para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas nas diversas áreas do conhecimento do mar. Está prevista para 2013 a realização da primeira comissão de pesquisa empregando meios da JAMSTEC, com a participação de pesquisadores brasileiros.

O Programa Mar, Zona Costeira e Antártida deve contribuir para consolidar a posição ativa do Brasil nas negociações globais sobre as mudanças climáticas. O Programa visa apoiar o uso sustentável dos recursos do mar e a realização de pesquisas multidisciplinares sobre a Região Antártica e área adjacente. Além disso, deve promover a consolidação de uma Política Nacional de C,T&I para os Oceanos e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (Inpo).

O Inpo será um importante instrumento de execução da política nacional para o setor e contará com toda a infraestrutura necessária para promover a pesquisa científica e tecnológica de alta qualidade sobre os oceanos e suas interações com a atmosfera e com os continentes. Nos próximos anos, ainda no âmbito do Mar e Zona Costeira, deve-se dar continuidade ao projeto voltado para a plataforma continental, com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre o Oceano Atlântico. O projeto inclui o incentivo a pesquisas em diversas áreas, entre elas a oceanografia (física, biológica e geológica) e a pesquisa sobre pesca. Serão feitos investimentos na recuperação dos navios *Cruzeiro do Sul* e *Maximiano* e na compra de um novo navio para pesquisa oceanográfica – uma parceria entre MCTI, Marinha do Brasil, Ministério da Defesa, Petrobras, Vale e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além disso, encontra-se em negociação a construção, em estaleiro brasileiro, de outro navio de pesquisa.

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) realiza, ao longo de quase 30 anos de existência, pesquisas científicas em diversas áreas de conhecimento, de forma a respaldar a condição do Brasil de membro consultivo do Tratado da Antártida, o que assegura a participação do País nos processos e fóruns decisórios relativos ao futuro daquele Continente.

O País mantém universidades e instituições de pesquisa, que conduzem anualmente atividades do Proantar, destacando-se a realização das campanhas antárticas, denominadas Operação Antártica (Operantar). A Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) é um ponto de apoio fundamental para o desenvolvimento das atividades do Programa.

Em 2011, durante a realização da Operantar XXIX, foram apoiados 17 projetos científicos, que contaram com a participação de 230 pesquisadores. Na oportunidade, foram selecionados e treinados o Grupo de Base Pré-Antártico, composto de 15 militares da Marinha do Brasil, o qual ficará responsável pelo guarnecimento e manutenção da EACF no período de 2012





a 2013; bem como o grupo de 83 novos pesquisadores que participarão da Operantar XXX, a qual tem previsão de apoiar 280 pesquisadores em 18 projetos científicos.

Em 12 de janeiro de 2012, o Proantar completará 30 anos. No decorrer desse tempo, tem contribuído para a formação de gerações de pesquisadores e para o desenvolvimento de uma logística de alcance internacional, com inúmeros benefícios à comunidade científica e ao País. Atualmente, cabe destacar, na área da pesquisa, o início do experimento científico pioneiro de geração de energia elétrica limpa para a Estação a partir de biocombustível renovável e de baixo impacto ambiental, com a utilização de um motor gerador a etanol, produzido com tecnologia brasileira.

h) Superação da Pobreza e Redução das Desigualdades Sociais

h.1) Cidades Sustentáveis

O nível de desenvolvimento social de um país se mede não só pela renda, mas também pelo acesso aos serviços básicos e às condições de sustentabilidade dos aglomerados urbanos. Para atender a população ainda marginalizada da oferta desses serviços e que vive em condições precárias nas cidades brasileiras, é necessário desenvolver e difundir tecnologias que sejam adequadas às características econômicas, sociais e de urbanização do País.

Faz parte desse esforço o apoio a atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas à inovação e à transferência de tecnologia para a racionalização do uso de recursos naturais e a promoção da sustentabilidade ambiental. É o caso, por exemplo, dos resíduos sólidos provenientes de descarte eletrônico, que geralmente contaminam o meio ambiente, pois não têm destinação correta. O desenvolvimento de projetos sustentáveis nessa área possibilita o aproveitamento de tais componentes eletrônicos e gera a oportunidade de transformar o que antes era lixo em insumo, muitas vezes escasso.

O desenvolvimento de tecnologias que reduzam os custos de instalação e aumentem a eficiência de redes de saneamento em aglomerados urbanos constitui outra iniciativa fundamental para a universalização do saneamento básico no País, contribuindo com alternativas criativas para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente à de baixa renda ou em situação de pobreza.

Nesse sentido, em 2012, serão priorizadas as seguintes estratégias: apoio a inovações tecnológicas para o desenvolvimento de projetos de cidades sustentáveis, em especial nas áreas de habitação popular, saneamento básico, redução das emissões de carbono e fontes alternativas de energia; e apoio ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias para a coleta, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos, especialmente de resíduos eletroeletrônicos cujo reaproveitamento também pode constituir fonte de geração de emprego e renda.

h.2) Tecnologias Assistivas

Nos últimos anos, o Governo implementou uma série de ações inovadoras no campo das tecnologias assistivas. Essas ações incluíram, em 2011, a divulgação do tema e sensibilização da sociedade e da comunidade científica sobre a importância do investimento nessa área. Além disso, houve uma importante experiência de apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico, com resultados extremamente positivos.

Foi lançado em novembro de 2011 o Programa Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Programa proporcionará, a partir de 2012, linhas de crédito a universidades, centros de tecnologia e empresas com ações e





pesquisas no setor de tecnologia assistiva, com estimativa de recursos da ordem de R\$ 150 milhões para o período 2012-2014. Assim sendo, a implementação do programa promoverá a articulação e a aproximação entre os diferentes atores envolvidos nesse campo, incluindo: a comunidade científica das áreas de neurociências, computação, automação e robótica, entre outras; as indústrias que se ocupam com a fabricação de equipamentos e dispositivos voltados para a acessibilidade; e as entidades e organizações que representam e atuam com e para as pessoas com deficiência.

No âmbito desse Programa, há três iniciativas particularmente vinculadas à C,T &I, quais sejam: Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva, voltado para o desenvolvimento tecnológico e a promoção da inovação de produtos, processos e serviços destinados às pessoas com deficiência, idosas e com mobilidade reduzida; criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva na unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em Campinas (SP), e a disponibilização, na rede mundial de computadores, do Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva.

